

1

2

3

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 256 • Ano 13 • Cr\$ 300,00

7

8

9

4

15

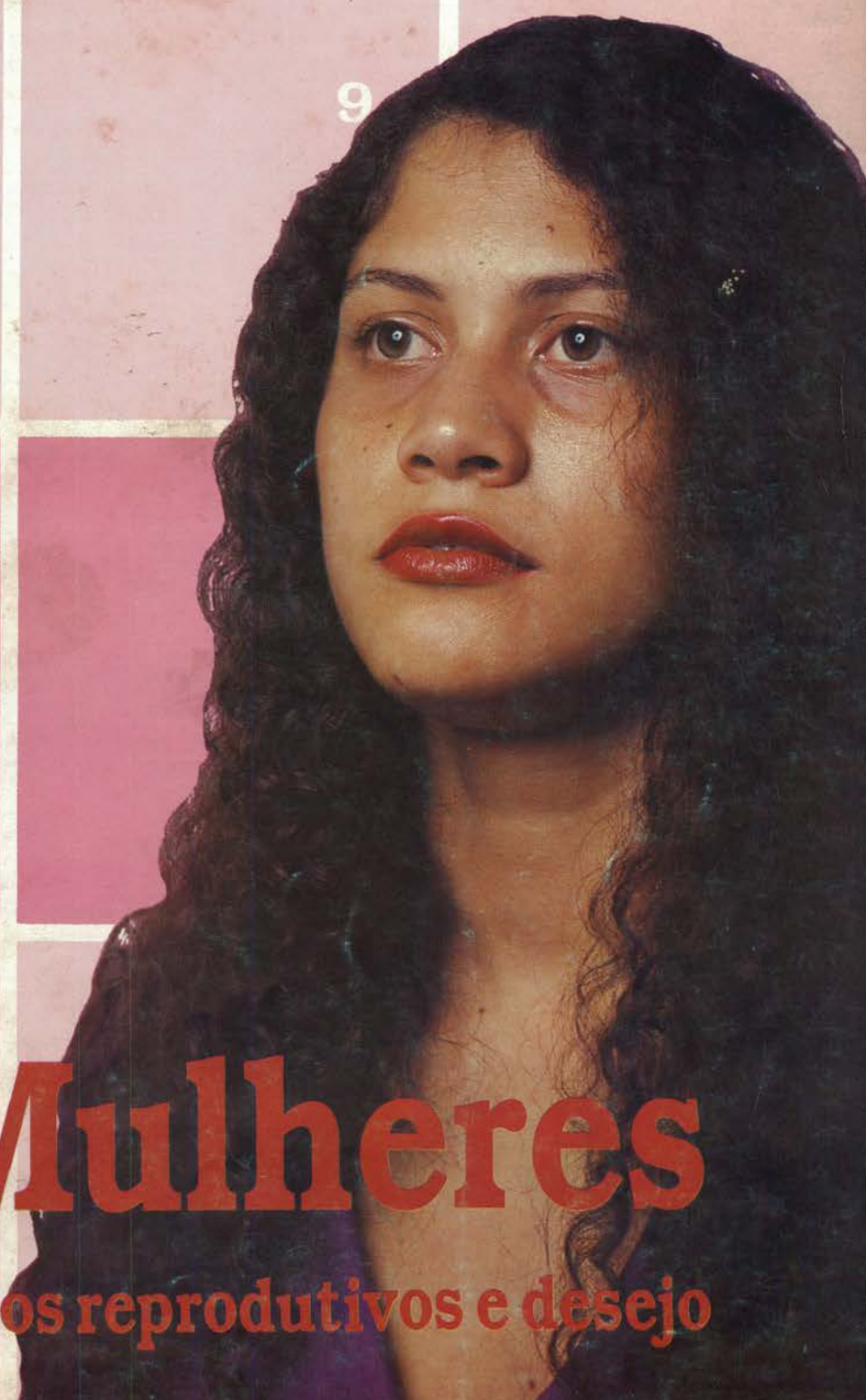
X

1

22

Mulheres

Direitos reprodutivos e desejo



DIREITOS REPRODUTIVOS

A temática da reprodução humana tem sido, no decorrer da história, alvo de muitos debates, com perspectivas diferentes, algumas extremamente reducionistas; outras tentando aprofundar a questão, encarando-a num aspecto mais totalizante. Inegavelmente é temática que está mais do que presente na realidade brasileira. Não se pode escamotear o debate, pois se trata de algo substantivo na nossa cotidianidade.

Um estudo historiográfico vai indicar que, durante muito tempo, as práticas relativas à reprodução humana estiveram inicialmente sob o controle das próprias mulheres. Com o avanço da ciência médica, das teorias demográficas e de determinados sistemas políticos, essas práticas passam a fazer parte dos planos econômicos, das pesquisas médico-científicas e da ação do Estado.

Observa-se que o fortalecimento das teorias controlistas da natalidade trará consequências muito mais amplas do que se pode imaginar: reduzem o corpo da mulher a um aparelho de produção, tentam alterar a própria fisiologia feminina, colocam a questão do prazer e do desejo sexual em um nível secundário.

A própria terminologia "re-produção" já traz em si mesma certa postura ideológica: aproxima-se de um sentido de fábrica, dividindo o processo em pedaços, que podem mesmo ser produzidos em locais e com atores diversos. Os chamados "bebês de proveta", "bancos de óvulos" são exemplos inquestionáveis de uma perspectiva de mercado para o problema.

Hoje, com o crescimento da pobreza e aumento do número de crianças carentes nos países subdesenvolvidos, a questão do "excesso populacional" passou a ser preocupação das classes dominantes e atraente armadilha ideológica que coloca o problema superficialmente e encobre questões mais estruturais. Frente a essa problemática passou a ser evidente a hegemonia da prática controlista como solução. Essa prática, entretanto, tem muitas facetas e questionamentos. Não se pode restringi-la a um simples processo massivo e definitivo. Há tendência crescente de se eleger a esterilização feminina como mais eficaz sem se considerar em profundidade o que significam, em toda a sua complexidade, os efeitos resultantes, especialmente na mulher.

Também nas práticas controlistas aparece, de forma dramática e polêmica, a utilização do aborto. O que se dizer quando se toma consciência dos milhões de abortos feitos anualmente, na clandestinidade, com milhares de sacrifícios de vidas? Os novos métodos contraceptivos, cada vez se aperfeiçoam mais. Se por um lado, eles proporcionam mais possibilidade de opção às mulheres, de outro são instrumentalizados por campanhas massivas, principalmente nos setores carentes, com modernos recursos de comunicação e com formas autoritárias, sutilmente introduzidas.

E como fica a questão do corpo da mulher? Simplesmente instrumento de reprodução? Objeto de experimentos científicos? Dados de política econômica e demográfica? O corpo de cada mulher pode ser a origem e o fonte de uma nova história, e exige respeito e direitos. Não se pode debater o tema da procriação sem relacioná-lo ao direito de cidadania, com todas as implicações políticas e éticas que isso significa. Afinal, quem pode decidir sobre o corpo e a vida dos outros?

Numa discussão como essa, tão abrangente, constata-se certa atitude machista dos homens em não assumirem em toda a extensão a sua participação no processo da concepção humana. Também nos movimentos populares a problemática da reprodução humana não tem tido a importância que merece. Aliás, em todos os segmentos da sociedade há certa omissão e falta de coragem em debater francamente problema tão fundamental. Para as igrejas as coisas se complicam ainda mais, pois outros fatores incidem no debate.

O atual fortalecimento das diversas organizações de mulheres e o envolvimento de alguns desses movimentos no sentido de avaliar e tornar mais transparentes todos esses mecanismos controladores da natalidade são fatos novos e altamente significativos, sob todos os aspectos. A falta de informações sobre o direito de reprodução e todas as suas implicações é instrumento utilizado para manipulações que se fazem sobre a questão.

Tempo e Presença dedicou este número a assunto tão controvertido e polêmico, certo de que só no diálogo aberto e sem preconceitos é que se pode avançar na compreensão dessa problemática vital para milhões de pessoas.



Índice

Mulheres

- 5 DIREITOS REPRODUTIVOS E CIDADANIA
Maria Betania de Melo Ávila

- 10 ROMPENDO O CATIVEIRO DO TRABALHO
Fernanda Carneiro

- 15 SINAL ABERTO À PARTICIPAÇÃO
Maria Teresa Citeli

- 19 A SAÚDE A PARTIR DO CORPO
Eleonora Menicucci de Oliveira,
Hilda Rodrigues da Silva,
Josefa Ferreira Cardoso,
Maria da Penha do Nascimento
e Maria Soledade Leite

- 23 OS ESQUERDOS DA PROcriação
Ana Regina Gomes dos Reis

- 28 SUELY CARVALHO E DJANIRA RIBEIRO
'NASCER DE FORMA MAIS HUMANIZADA'
Entrevista a Márcia Lorangeira/SOS Corpo

- 31 ESTERILIZAÇÃO
SOLUÇÃO PARA A POBREZA
Fátima Vianna Mello

- 34 ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA
Jurema Pinto Werneck

- 37 ABORTO
ENTRE A FOME E O DESEJO
Haidi Jarschel

Ecumenismo

- 40 CERTEZAS E INCERTEZAS NO CMI
Julio de Santa Ana

Bíblia Hoje

- 48 A FORÇA SIMBÓLICA DAS MULHERES
Lori Altmann

Livros

- 51 MULHERES
A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO
SINDICAL
Paola Cappellin

Encarte

ÍNDICE 1990
Compilado por Ângela Galvão

Mulheres

As exploradas rompem barreiras

Em Alagoa Grande (PB), as trabalhadoras rurais avançaram sua organização para além dos sindicatos e incorporaram às pautas de reivindicações o direito ao próprio corpo e à maternidade. Apesar da falta de atendimento de saúde, da dupla jornada de trabalho e da violência sexual, elas criam formas de resistência e procuram resgatar a cidadania feminina. (página 19)

Produzindo a democracia do corpo

Na lógica capitalista, a maternidade é um empecilho para a produção. Análise da pesquisadora Fernanda Carneiro mostra o tardio reconhecimento da função reprodutiva das operárias e a instrumentalização feita até hoje do corpo feminino, para impedir a chamada "explosão demográfica". Para ela, o respeito aos direitos reprodutivos é essencial para a construção da democracia, que começa com a organização das mulheres. (página 10)

Concepção vai para o tubo de ensaio

Nos últimos anos a engenharia genética investiu em novas formas de reprodução humana. Ana Regina Gomes dos Reis discute as razões ideológicas do controle do corpo feminino pela ciência e pelo Estado. (página 23)

O corte oficial no ventre da pobreza

Para consecutivos governos, a solução para a pobreza está na esterilização de mulheres pobres. Fátima Vianna Mello e Jurema Pinto Werneck mostram as razões políticas e os efeitos do controle populacional. (página 31)

A humana prática de fazer nascer

Suely Carvalo e Djanira Ribeiro falam do trabalho das parteiras de Pernambuco, da falta de reconhecimento da profissão, da marginalização e, principalmente, da necessidade de humanizar o parto e a maternidade. (página 28)

'Ser ou não ser' na ótica cristã

A pastora luterana Haidi Jarschel analisa o direito da mulher optar ou não pela maternidade e a prática do aborto. Para ela, "a recuperação da integridade da vida exige uma postura contra a exploração". (página 37)

Canberra impulsiona movimento ecumênico

A 7ª Assembléia do CMI, realizada em fevereiro, trouxe vários desafios para o movimento ecumênico mundial, entre eles a ecologia e a participação das mulheres. (página 40)

Êxodo mostra a força feminina

O livro do Êxodo mostra a importância das mulheres no processo de libertação de um povo. Elas enfrentam o Estado através do controle da reprodução e de seus corpos. (página 48)

tempo e presença

Revista Bimestral do CEDI
Março/Abril 91

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 224-6713
Telex: 021 37892 CIED BR
Fax: (021) 205-5993

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECU M BR
Fax: (011) 825-7861

Conselho Editorial
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho
Editora Assistente e
Jornalista Responsável
Bernadete Toneto
MTb 14.350

Assessoria especial
desta edição
Nilde Balcão e CIM

Editor de Arte e
Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação, Capa e
Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação
Márcia Marisa Veloso

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão
Maria Anita Romeo

Fotos de capa e contracapa
Jailton Garcia Siqueira

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:
Cr\$ 300,00
Assinatura anual:
Cr\$ 1.400,00
Assinatura de apoio:
Cr\$ 1.800,00
Assinatura/Exterior:
US\$ 50

ISSN 0103-569X

Parabenizo a equipe de *Tempo e Presença* pelo brilhante artigo publicado no número 252, sobre a “morte” do socialismo, notadamente os enfoques autênticos e corajosos sobre a verdadeira face dos eventos sócio-políticos ocorridos no Leste europeu. Ótimo o artigo do Rubem Alves, “Conversa ao pé do fogão”, uma abordagem nítida da teologia que, infelizmente, ainda se ensina, mesmo que na sala de visitas.

Raimundo Alves de Lima
Feira de Santana, BA

Gostamos muito da revista *Tempo e Presença*, que serve de subsídio para nossa luta e nos coloca a par de tantos fatos concretos que ocorrem com a classe traba-

lhadora, tanto no campo político como econômico e social.

Eurides Luis Ruchs
Marcelino Ramos, RS

Quero reafirmar o empenho do CEDI em permanecer fiel ao ideal de luta por um mundo justo e fraterno, através da informação e documentação ecumênica. Estamos vivendo o quinto plano de estabilização financeira desde 1986. Os filhos das trevas com seus planos diabolicamente destroem a vida do povo brasileiro e manipulam o saber popular através dos meios de comunicação de

A morte de
Isac Aço deixa
uma lacuna no
movimento
ecumênico

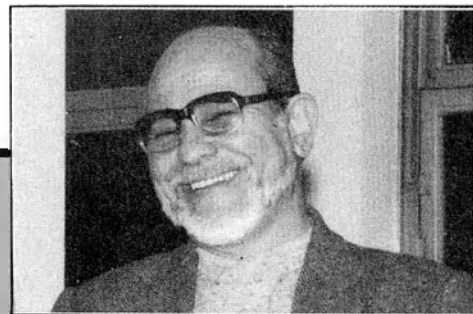
massa. Mas a sabedoria do povo ainda está no poder deste mesmo povo, que o CEDI tem contribuído para que seja conscientizado e sujeito da História.

João Oliveira Souza
Goiânia, GO

Parabenizo o excelente trabalho da equipe de *Tempo e Presença*, que resultou nos números 252 e 253. Os exemplares sobre pastoral e socialismo prestam um inestimável serviço à animação da luta dos pobres e daqueles a que ela se incorpora.

Itacir Brassiani
Belo Horizonte, MG

Angela C. Fernandes



ACIDENTE TIRA A VIDA DO PRESIDENTE DO CONIC

O presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), o bispo metodista Isac Alberto Rodrigues Aço, de 54 anos, faleceu em acidente de automóvel, no dia 25 de março. O acidente ocorreu na rodovia BR-386, em Montenegro (RS), quando o bispo retornava de uma visita pastoral, causando também a morte de seu filho Marcos Wesley, de 18 anos. Outro filho, João Paulo, de 27 anos, foi internado em estado grave.

Isac Aço nasceu em Angola, filho de uma família de missionários. Sua família teve forte engajamento na luta de libertação de seu país. Seu pai permaneceu preso por vários anos e seu irmão foi ministro da Educação e Cultura do novo governo. Veio para o Brasil em 1962, passando a estudar na Faculdade de Teologia em São Bernardo do Campo (SP).

Durante muitos anos Isac Aço atuou como pastor em diversas congregações

metodistas do Rio Grande do Sul, até que, em 1981, passou à função de diretor da Faculdade de Teologia, onde se formou. Dois anos depois, Isac Aço foi eleito e sagrado bispo da Igreja Metodista na Segunda Região Eclesiástica (Rio Grande do Sul).

Além de atuar ativamente na Igreja Metodista e no movimento ecumênico nacional, era presidente do Conselho de Bispos das Igrejas Evangélicas Metodistas da América Latina e Caribe (Ciemal).

A morte do bispo Isac Aço deixa uma grande lacuna no trabalho pela unidade dos cristãos e por uma Igreja realmente comprometida com os valores do Reino de Deus.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) se solidariza com o Conic e com a Igreja Metodista nesse momento em que o movimento ecumênico perde um de seus mais autênticos participantes.

DIREITOS REPRODUTIVOS E CIDADANIA

No Brasil, as mulheres continuam vítimas das políticas de controle de natalidade, uma violência aos direitos reprodutivos femininos

Maria Betania de Melo Ávila

Até hoje no Brasil tem sido tarefa das entidades privadas a oferta gratuita dos meios de evitar filhos. A prática dessas entidades tem sido até agora controlista, tanto é que, ao longo desses vinte anos, tem privilegiado a pílula como método ideal. Temas como a informação e a saúde não são considerados. A busca de um método ideal é uma característica da prática dos controlistas, e o conceito de ideal se vincula única e exclusivamente à eficácia.

A prática reprodutiva — Tome-mos como exemplo a prática da Bemfam que exerce uma ação hegemônica no Nordeste junto às mulheres de baixa renda. Observamos questões bem reveladoras do absurdos que envolvem “os direitos da reprodução”. Com o apoio do poder público e as cartelas de pílulas na mão, a Bemfam se lançou no Nordeste brasileiro com toda garra e sem nenhum respeito à saúde física e mental das mulheres. Nos anos 70, houve uma tentativa malograda de implantação do DIU que trouxe consequências graves não só de saúde, mas também de ordem cultural. Os DIUs eram colocados sem nenhuma explicação, muitas vezes de maneira inadequada e o acompanhamento médico era inexistente ou ineficaz. A partir daí criou-se um pânico



Nando Neves

com relação a este objeto estranho colocado num lugar misterioso, o útero, provocando hemorragias constantes. Do médico se ouvia que isto era normal, fazia parte do processo de adaptação. O limite deste processo era a própria vida.

A pílula continuou a reinar soberana sobre os corpos femininos. Os outros métodos, como a espuma e a camisinha, servem mais para enfeitar as prateleiras dos postos de distribuição. Uma pesquisa realizada pela Prefeitura do Recife, para avaliar o desempenho da Bemfam nos postos da Secretaria de Saúde Municipal da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), revelou uma prevalência do uso da pílula da ordem de 100%,

vindo em segundo lugar a camisinha com índice de uso em torno de 7%. Um dado importante de salientar em relação a pesquisa da PCR é que 60.2% das mulheres haviam feito uso incorreto da pílula.

As farmácias também são pontos importantes na disseminação de contracepção. Um outro método, muito procurado pelas mulheres nesses locais, são as injeções contraceptivas de uso mensal ou trimensal (proibida nos Estados Unidos) facilmente adquiridas nas farmácias sob a orientação do vendedor. Estas injeções trazem, como efeitos colaterais imediatos, distúrbios no ciclo-menstrual, que já são anunciados nas farmácias na hora da compra como uma conse-

A esterilização no país é ilegal. Mas inteiramente facilitada e até exigida na obtenção de empregos

qüência “normal”, sobre a qual não é necessário se preocupar.

Existe um discurso oficial, técnico e médico, sobre a disseminação da contracepção, que atribui a não utilização dos métodos, ou mesmo os erros de utilização, à ausência de uma rede de informações precisas. Há entretanto, um outro tipo de dificuldade que nunca é mencionada e tem lugar no terreno privado e subjacente das representações, fantasias e fantasmas que a contracepção produz na experiência pessoal das mulheres. Embora essas dificuldades se expressem, principalmente de forma individual, no conjunto elas compõem uma saga cultural. As novas técnicas introduzidas de forma arbitrária, sem informação e/ou assistência médica, criaram novas ou modernizaram antigas crenças. O corpo de cada mulher pode ser a fonte de uma nova história. Um sintoma desconhecido, o medo de enfrentar um novo método, a ambigüidade do desejo, aliados à falta de referência

mais precisa sobre o funcionamento dos métodos e do corpo, podem sempre produzir uma nova explicação. Essas construções acabam se integrando ao rol de informações “científicas” sobre os métodos e seu funcionamento que circula através dos mais diferentes canais: televisão, explicações adquiridas nos postos de distribuição e nos gabinetes médicos. Elas constituem hoje uma mitologia da contracepção, que acaba por intervir nas formas de utilização dos métodos, bem como nas suas consequências.

A forma precária de viver a contracepção, aliada à falta de condições materiais, tem levado as mulheres a uma opção radical de esterilização. Essa é uma prática em plena expansão, que tem contado com a conivência do Poder Público, sendo realizada dentro da própria rede do Inamps (nestes casos, em geral, é paga uma taxa em dinheiro ao médico que faz a operação). Existe a informação de que algumas clínicas privadas, que se dedicam a esta prática, recebem um incentivo em dólares por cada ligadura realizada. Parece que os programas financiados pela AVS (Association for Voluntary Sterilization) contam com este incentivo.

Douglas Mansur/Imagens da Terra

Entre o uso de hormônios e o recurso aos abortos provocados, com seus corpos estropiados e sem ter com quem dividir a responsabilidade da tarefa contraceptiva, a esterilização aparece para as mulheres como uma luz no fundo do túnel. Esta solução, considerada a mais segura, se impõe arbitrariamente e sem reflexão, transformando-se em um legado das mulheres mais velhas para as mais jovens, como forma de evitar o caminho tortuoso e doloroso já percorrido pelas mães e avós.

A esterilização neste país é ilegal, mas inteiramente facilitada e em algumas circunstâncias exigida, como é o caso de empresas que pedem atestado de ligadura de trompas como condição de acesso ao emprego.

O aborto tem sido uma das questões mais polêmicas no contexto dos Direitos Reprodutivos. Proibido por lei, condenado pela Igreja, é uma prática amplamente difundida. As estatísticas variam de 3 a 5 milhões de abortos por ano, feitos na clandestinidade. As mulheres vivem esta experiência, com mais riscos ou menos riscos, dependendo da sua situação financeira. Para aquelas de pouco recursos, os meios utilizados são geralmente os mais rudimentares, como as gotas, as sondas, a introdução de objetos pontiagudos no útero etc., o que traz complicações graves e muito frequentemente essas mulheres têm que recorrer ao serviço público para uma curetagem. Segundo os depoimentos de muitas mulheres, esse atendimento além de precário, muitas vezes se reveste de uma atitude punitiva, por parte dos profissionais de saúde.

A ilegalidade do aborto transforma a sua prática em um negócio lucrativo, garantindo também a impunidade das barbaridades cometidas. A maioria das mulheres vive esta experiência solitária e amedrontadamente.

O difícil exercício da maternidade começa na gravidez. Muitas mulheres se queixam da falta de apoio

As mulheres brasileiras são incentivadas pelo governo, por entidades e empresas a não terem filhos





O difícil exercício da maternidade começa na gravidez: medo de abandono, falta de estrutura de saúde pública

e de carinho neste período da vida. É constante nas conversas entre mulheres a explicitação do medo do abandono na gravidez. O atendimento ao parto na rede de Saúde Pública é também visto com temores e incertezas. As precárias condições de vida em que vive a população feminina trazem dificuldades para os partos em casa. A opção é feita, em geral, em função do que é possível e não do que se deseja. Através dos impedimentos e dificuldades se constrói um modelo eivado de perversidade e que traz conseqüências imprevisíveis para a vida das mulheres.

Os homens, tão ausentes dessa vivência, parecem desconhecer a sua participação na concepção. Apesar das mudanças no campo das idéias, permanece uma prática que se baseia na separação: relação sexual/homem/lugar de prazer e relação sexual/mulher/lugar de procriação. Não é por acaso que o condom — único método contraceptivo disponível no mercado e inventado há mais de três

mil anos pelos egípcios — teve o seu uso associado fundamentalmente à proteção da saúde masculina. Enquanto meio contraceptivo tem sido alvo de recusa sistemática por parte dos homens. O crescimento e uso da camisinha em função da Aids, recoloca com muita evidência a sua função primordial como instrumento de prevenção de doenças.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho se choca com o exercício da maternidade quando se

submete o emprego de mão-de-obra feminina ao compromisso do não engravidamento ou se dificulta de forma definitiva a “combinação” das atividades. Lembramos aqui que as instituições públicas e as empresas privadas não obedecem às leis de “proteção” à maternidade, como a lei de creches e de garantia aos horários de amamentação.

Ação governamental — Nesse contexto as mulheres pagam um alto custo: entre os efeitos colaterais dos métodos hormonais, o medo do parto, a falta de condições econômicas, o pânico do aborto clandestino, elas se deparam com o vazio da ação governamental. Os programas de assistência materno-infantil, formulados no início dos anos 70, não garantiram as condições dignas de assistência à gravidez, parto e puerpério. Serviram muito mais para legitimar a posição natalista oficial.

Oficiosamente, no entanto, já se permitia e estimulava a ação das entidades de controle da natalidade. Em 1971 o governo Médici reconhece a Bemfam como entidade de utilidade pública, o que permitiu os convênios com a rede pública de saúde e expandiu enormemente sua atuação iniciada nos anos 60. Em

Vera Jursys



No trabalho, as mulheres pagam um alto custo pois o emprego está condicionado à não-maternidade

BRASIL É LÍDER EM ESTERILIZAÇÃO

Alegando assistência à mãe e à criança, os governos legitimaram as ações de controle de natalidade

Bucareste, 1974, por ocasião da Conferência Internacional de População, a delegação brasileira defende o direito dos casais de decidirem o número de filhos.

Algumas modificações são anunciadas nos programas de assistência materno infantil, visando a disseminação de meios anticoncepcionais. A primeira tentativa de um projeto em nível federal, objetivando a distribuição de contraceptivos, surge em 1977, tendo como justificativa fundamental a prevenção da gravidez de alto risco. O projeto salienta a não intenção do "controle de natalidade". Esta ação deveria estar dentro de um programa global de assistência materno-infantil, que não foi, entretanto, implantado por razões de ordem política.

Em 1980, apareceu um esboço de programa de planejamento familiar mais ambicioso, dentro de um projeto que privilegiava as ações básicas de saúde, o Prev-Saúde. Mais uma vez se fazia menção a que o objetivo não era o controle da natalidade. Entretanto, uma referência indireta à relação entre crescimento populacional e problemas sociais — como, por exemplo, a questão do menor abandonado — está contida no documento. Este texto apresenta justificativas, sobretudo no campo da saúde, para a formulação de tal proposta, deixando evidente que o acesso a um planejamento familiar, compreendido como um direito de escolha de ter ou não ter filhos e garantido pelo Estado aos indivíduos e sobretudo às mulheres,

Exigência do FMI para emprestar dinheiro ao Brasil: formulação de uma política de controle populacional

Em 1986, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez uma pesquisa nacional sobre a esterilização feminina e chegou a um resultado significativo: entre as mulheres de 15 a 54 anos que utilizavam algum método anticonceptivo, 49% tinham feito ligadura de trompas. Segundo o órgão do governo federal, o estado com maior índice de esterilização era o do então presidente da República José Sarney, o Maranhão, com o recorde de 79,8%, seguido de perto por Goiás (74,7%) e Alagoas (64,3%). Mesmo o Estado com menor porcentagem, o Rio Grande do Sul (22,6%), era líder se comparado à média dos Estados Unidos, onde, em 1976, a esterilização atingia 12,8% das mulheres brancas entre 15 e 44 anos.

De acordo com o médico pernambucano Aurélio Molina, que recentemente defendeu na Universidade de Leeds, na Inglaterra, uma tese de mestrado sobre a saúde da mulher, mais de 30% dos partos realizados pela Previdência Social são cesárias, quando a média aceitável é 10%. Na maioria das cirurgias, as mulheres são submetidas à ligadura de trompas, sem consulta prévia e acreditando que, ao serem esterilizadas, não terão mais problemas de saúde. "Estudos recentes mostram que oito entre dez mulheres que ligaram as trompas têm as funções ovarianas alteradas e muitas sofrem com processos inflamatórios crônicos nas trompas, varizes pélvicas e irregularidades no ciclo menstrual", diz o ginecologista.

não é o objetivo que norteia os formuladores dessa política. Os métodos naturais e mecânicos são privilegiados, numa deferência à Igreja Católica, sugerindo o uso da pílula em caso de necessidade. Este programa, a exemplo do anterior, ficou apenas em nível de um esboço e não previa as necessidades educativas, de ampliação e aprimoramento das ações da rede de saúde. Na prática as maternidades públicas continuam oferecendo um atendimento precário. Em compensação, o controle da natalidade se expandiu através das entidades privadas que proliferaram. No início da década de 80 se evidenciaram, no setor público, as pressões internacionais para que o Brasil formulasse uma política de população, sendo este inclusive, um requisito do Fundo Monetário Internacional para concessão de empréstimos.

Os debates sobre as propostas de implantação de programas de planejamento familiar no país, que durante as duas últimas décadas vinham suscitando controvérsias, tornaram-se mais acirrados, ocorrendo uma disputa

entre vários setores do governo que reivindicavam a eventual direção desses programas. O movimento de mulheres articulado em torno dessa questão se impôs como um novo interlocutor.

Nesse contexto político surge o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism) que prevê como uma de suas ações o planejamento familiar. Os responsáveis pela formulação do Paism foram buscar inspiração nas idéias geradas no interior do movimento de mulheres.

A aprovação oficial do Paism, no entanto, foi precedida por uma arraigada discussão entre a Igreja e os responsáveis do programa, em função da legalização dos dispositivos intra-uterinos (DIU), considerado como um método abortivo, devendo por isso ter sua utilização proibida. Depois de muitos debates, o DIU foi liberado e a aprovação oficializada.

A implantação desse programa ainda não foi viabilizada, e os impedimentos de ordem política parecem fortes, apesar das declarações oficiais reiterando sua importância. A Igreja

Católica, desconhecendo todos os outros aspectos do programa, tem interferido fortemente, exigindo um privilegiamento dos métodos naturais e mantendo radicalmente sua oposição à utilização do DIU. O *staff* controlista, por outro lado, tenta ganhar espaço dentro do programa.

Foi criada em 1985, no âmbito do Ministério da Saúde, a Comissão Nacional de Estudos dos Direitos da Reprodução Humana. Sua perspectiva é a defesa dos Direitos Reprodutivos, no entanto a atuação dessa comissão tem sido limitada. O fato mais importante que envolve a ação dessa comissão foi a proibição da pesquisa de Norplant no Brasil.

Recentemente, foram feitas duas tentativas de instituir um programa oficial de controle da natalidade no país. A primeira, diz respeito ao anteprojeto de lei (abril de 85), que estabelece uma política populacional com fixação de taxas de aumento ou diminuição da população, e prevê a participação de entidades.

Direitos reprodutivos: um conceito feminista — O conceito de Direitos Reprodutivos foi formulado a partir da reflexão das próprias mulheres a respeito de seu papel e das condições sociais e políticas que a sociedade tem oferecido para o exercício da função reprodutiva. A formulação é recente e traz uma nova perspectiva para a condição da mulher na medida em que coloca como fundamental para o exercício da cidadania feminina a possibilidade de optar livremente por ter ou evitar filhos. A questão da maternidade, da contracepção e do aborto são colocadas dentro de um mesmo contexto como fatos interligados, onde a impossibilidade de acesso a qualquer uma dessas instâncias remete a mulher a um lugar de opressão.

A formulação deste conceito apresenta, também, uma redefinição do próprio pensamento feminista sobre a liberdade reprodutiva, levando em conta as práticas anteriores das



João R. Ripper/Imagens da Terra

mulheres envolvidas na questão e as suas conseqüências. Duas questões que permearam a ação feminista neste território, do final do século 19 até a metade do século 20 e ainda presentes no feminismo dos anos 60, são postas em causa: o seu conteúdo nominalista e a simplificação como foi tratada a equação — maternidade obrigatória versus contracepção moderna libertadora.

O feminismo dos anos 60, no que diz respeito à questão reprodutiva, teve como fio condutor da sua teoria e ação política, os temas da contracepção e do aborto, possivelmente como um contraponto ao exercício de uma maternidade obrigatória imposta como único lugar de realização e identidade social. Nesta época, surgiram no mercado mundial as pílulas anticoncepcionais anunciadas por todos, inclusive pelas feministas, como a grande aliada da liberação das mulheres. De lá até agora, muitas águas rolaram e a prática do movimento, seus estudos e reflexões reavaliaram os custos da “liberdade” e levaram a uma reformulação de conceitos e estratégias. Atualmente, a contracepção é percebida como um espaço de confronto entre o saber científico e a vivência, entre os dispositivos de controle e a fluência do desejo. A maternidade é repensada, pela ótica do desejo e do direi-

A contracepção é tida como o espaço de confronto entre os dispositivos de controle e a fluência do desejo

to. Evidenciaram-se as armadilhas criadas com a chegada das novas tecnologias contraceptivas.

A teórica feminista americana Betsy Hartmann, na introdução do seu livro, *Reproductive rights and wrongs*, ilustra bem as facetas deste início: “Entrando na vida adulta no final dos anos 60, eu fui membro da geração da pílula. Enquanto a mídia exaltava a revolução contraceptiva, como a chave da liberação sexual, a clínica de saúde da universidade prescrevia a pílula com grande entusiasmo. Como tantas outras jovens mulheres, eu cedo descobri que a pílula me faz sentir pesada e deprimida, que a liberação sexual era freqüentemente um eufemismo de estar prontamente disponível para os homens. Quando o feminismo começou a redesenhar minha visão de política sexual e de política em geral, eu abandonei a pílula e retornei aos métodos de barreira mais seguros, da geração de minha mãe. E eu me perguntava porque na clínica eles nunca encorajavam seu uso”.

A noção de Direitos Reprodutivos rompe com a perspectiva do determinismo biológico, mas insere a liberdade de escolha reprodutiva dentro de um contexto mais amplo de exercício de cidadania. Dessa forma, essa liberdade não se restringe ao lugar único da prática reprodutiva, nem se resume a garantia frente ao poder do Estado e/ou do poder médico, mas incorpora também a idéia de participação nas decisões públicas, bem como das garantias para o exercício de direitos civis, sociais e políticos.

Maria Betania de Melo Ávila, socióloga, é responsável pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do SOS Corpo.

ROMPENDO O CATIVEIRO DO TRABALHO

No capitalismo, a reprodução humana é campo de exercício de poder. Mas as trabalhadoras resistem e fazem do corpo uma expressão de luta

Fernanda Carneiro

Imaginemos uma prosa acontecendo entre operárias no intervalo de almoço. Há entre elas uma novata contadora de histórias e com uma imaginação quase infantil. Ela puxa um fio de conversa:

— Eu tenho um relógio no corpo e também um calendário. Dependendo do dia e da lua, eu sangro. E eu me sinto ligada ao universo.

Todas ouviam atentas.

— Mas, aqui na fábrica, eu me sinto estranha. Dizem que mulher trabalhadora é igual ao homem. Basta saber trabalhar. Mas mulher é diferente de homem. Desde criança que eu sei disso.

Alguém embarcou no papo:

— Principalmente nas desvantagens. Somos tantas por aqui e parece que não é lugar prá gente. Quando eu menstruo e sinto dores, tomo remédio e me dá um sono... A máquina que eu manejo roda a 200 por minuto. Quando não coincide com feriado ou fim de semana, eu fico na minha e falto ao trabalho.

— Será que homem tem lá suas coisas e também sofre com isso?

— Não sei. Só sei que me exigiram um tal de TIG (Teste Imunológico da Gravidez) pra poder começar a trabalhar. Será que operária não pode ser mãe? Quem decide is-

so é o patrão? Não poder menstruar? Tem que passar por homem? Estar grávida é estar inválida?

— Escutem só essa história que ouvi de uma vizinha que trabalha na Fábrica União: lá existe um médico que atende as mulheres fazendo exames periódicos de gravidez. Em 88 ela sentiu alguns sintomas que a levaram a pensar que estava grávida. Falou com o doutor Moacir que pediu exames. O próprio médico trouxe os resultados dizendo que ela tinha um mioma e já marcaria uma pequena cirurgia na qual o retiraria. Ela mesma resolveu ir a outro médico. Encaminhou-se para a Casa de Saúde Santa Helena, nesta cidade, onde um médico, que não sabe o nome, fez o toque e a ausculta, dizendo que ela estava grávida de mais ou menos quatro meses. Ela disse que sabe que vão mandá-la embora, porque não querem empregadas grávidas. Também disse: “Agora eu não quero ficar lá porque vão querer matar meu bebê. As minhas colegas estão fazendo aborto sem saber porque. Tem sempre alguém com mioma lá. Por isso é que a gente diz que este tal de mioma pega, tem um monte de mulher que já fez a operação na Casa de Saúde Santa Inês”.

Houve um silêncio e alguns suspiros...

— Ei, gente! Que papo chatol! Eu sou ligada e acho menstruação um saco. Se eu pudesse me livrar... Vocês mulheres... Uma coisa é produzir filho e outra é ser operária. Tem que escolher.

Tem que escolher, tem que escolher, tem que escolher...

O sinal bateu. O turno vai recomeçar. (O depoimento sobre gravidez foi colhido pelo Movimento de Apoio à Gestante de Caxias, RJ,



Sergio Sade/Abril

em 1988. As outras falas foram inspiradas na escuta dos grupos de reflexão coordenados pela autora).

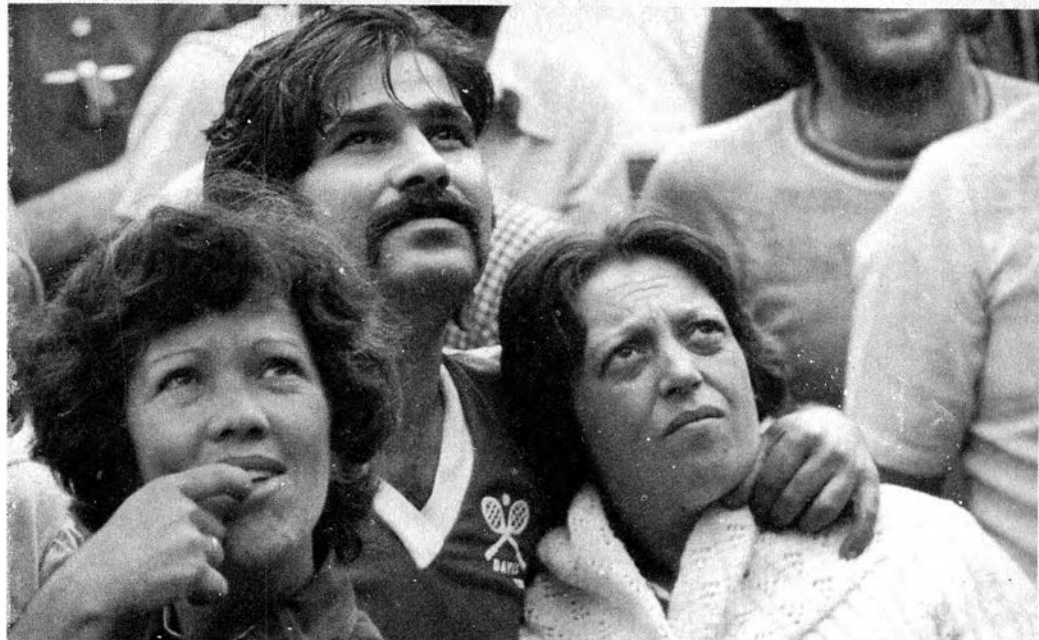
E há dez coisas que as trabalhadoras já poderiam saber:

1. Os estudos mais avançados da biologia já evidenciaram que tanto as mulheres quanto os homens possuem ciclos biológicos relativos ao sono, à temperatura, ao ritmo cardíaco e à secreção dos hormônios não apenas sexuais. O corpo humano não é uma máquina com peças independentes interligadas; é um complexo de ritmos e ciclos harmônicos entre si. O ciclo menstrual, essencialmente da mulher, é referência fundamental para a formação da identidade feminina. Apesar de alguns "cientistas" afirmarem que "a menstruação é um sangramento inútil e nocivo à saúde da mulher", qualquer alteração neste movimento vivo, e singular, pode causar impactos danosos para sua saúde física e mental.

2. Pesquisas desenvolvidas acerca da saúde da mulher trabalhadora constatarem que "não são todas as mulheres que passam por variação de performance em razão de seu estado hormonal. Alguns estudos feitos em mulheres que sofrem cólicas menstruais revelam que esses sofrimentos podem ser devido ao stress provocado pela cadência rápida da linha de produção ou pelo frio, pelo calor..." (Karen Messing. *As diferenças biológicas entre homens e mulheres justificam guetos no emprego?*, mimeografado, CNQMT/CUT, 1990), ficando evidente a perversidade das realidades dos processos de trabalho atingindo homens e mulheres.

3. Se a toxicidade da produção e a forma de organização dos processos de trabalho adoecem e matam os trabalhadores, podemos e devemos investigar que tipo de alteração provocam no organismo feminino com seus ritmos e ciclos próprios e com suas especificidades de gênero.

4. Nas faixas etárias correspondentes à idade da procriação, as mulheres que têm filhos ficam mais desem-



José Lucena da Cruz/Diário do Grande ABC

pregadas, confirmando que a maternidade é um fator de forte limitação para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho (CNQMT/CUT, *A mulher e o mercado de trabalho*, texto preliminar, 1990).

5. O capitalismo provoca na mulher uma dissociação: ela é considerada igual como indivíduo que pode vender sua força de trabalho mas diferente e desigual quando considerada a mulher como sujeito portador de uma identidade referenciada na esfera doméstica da reprodução, lhe impedindo o acesso ao emprego, a promoções, lhe atribuindo tarefas monótonas e repetitivas, inclusive todas as tarefas de cuidado da família, exigindo atestados de não gravidez etc. Essa dissociação é origem da extensa jornada de trabalho das mulheres, de muitas doenças mentais e de uma baixa auto-estima.

6. A condição feminina tem propiciado um sentimento de autodesvalorização constante entre as mulheres, levando muitas trabalhadoras a renegarem o grupo de sexo ao qual pertencem. Tudo se passa como se para existir fosse preciso se diferenciar das outras a qualquer preço: eu não sou assim. (Daniele Kergoat. *Lutas operárias e relações de sexo: sobre a construção do sujeito coletivo no universo de trabalho operário*, mimeografado, 1989).

7. O modelo de esterilização se disseminou pelo Brasil e é viabilizado pelos médicos que até adotam tal modelo em suas próprias famílias.

No capitalismo, a mulher é igual como força de trabalho, mas diferente na esfera doméstica de produção

São milhões de mulheres que já estão esterilizadas. Por vontade própria, acabam aderindo a projetos de "planejamento familiar", daqueles que desejam ver reduzidas as taxas de natalidade entre os pobres, sem nenhuma melhoria real na condição social de suas famílias, acarretando, não raro, consequências negativas na sua saúde mental e afetiva. Desde 1980 os organismos voltados para a questão do controle populacional começaram a investir recursos facilitando a vasectomia, iniciando uma escalada de controle também da saúde reprodutiva masculina. Mas os problemas de saúde dos homens não são os mesmos das mulheres.

8. As opções que as trabalhadoras vão tomando ao longo de sua vida procriativa e de trabalho (ter ou não ter filhos, ligar ou não ligar as trompas, aceitar ou não um emprego, estudar ou parar de estudar...) são desprovidas de liberdade, já que tais ações podem ser executadas em decorrência de uma força externa internalizada, acontecendo uma espécie

Milhões foram esterilizadas. É o 'planejamento familiar' sem melhoria real na condição social das famílias

As pesquisas biomédicas têm como estratégia o controle da qualidade e quantidade da população do planeta

de “desapropriação” de parte de si mesma em cada opção tomada ao longo de sua vida.

9. Pesquisas biomédicas vêm sendo desenvolvidas no sentido de viabilizar o mais novo ramo do capitalismo — a produção de bebês. Até hoje “mais de cem bebês de proveta já foram produzidos no Brasil. A vacina contra a gravidez e o Norplant, autênticos métodos de controle populacional, também já foram testados em mulheres brasileiras. Tratam-se de pesquisas ‘científicas’ com objetivos aparentemente contraditórios: induzir a reprodução humana por um lado e inibi-la, por outro”. Seria mais ou menos uma estratégia para o controle da qualidade e quantidade da população que habita o planeta. (*Boletim da Rede de Defesa da Espécie Humana*, RJ, 1990).

10. A criação de espaços de reflexão entre mulheres tornou-se uma alternativa possível para a redescoberta de seus corpos e das articulações entre seus ciclos de vida procria-

tiva e de trabalho produtivo e reprodutivo, vale dizer, entre a relação de exploração do trabalho e de opressão como gênero. Superar o autodesconhecimento não significa apenas “se informar” mas recuperar o controle daquilo que é suporte fundamental para suas identidades. Um dos instrumentos que faltam às mulheres trabalhadoras para fortalecer seus processos de vida e de luta tem sido um conhecimento crítico sobre sua condição de gênero e sobre seu corpo desejante, produtivo e potencialmente procriador.

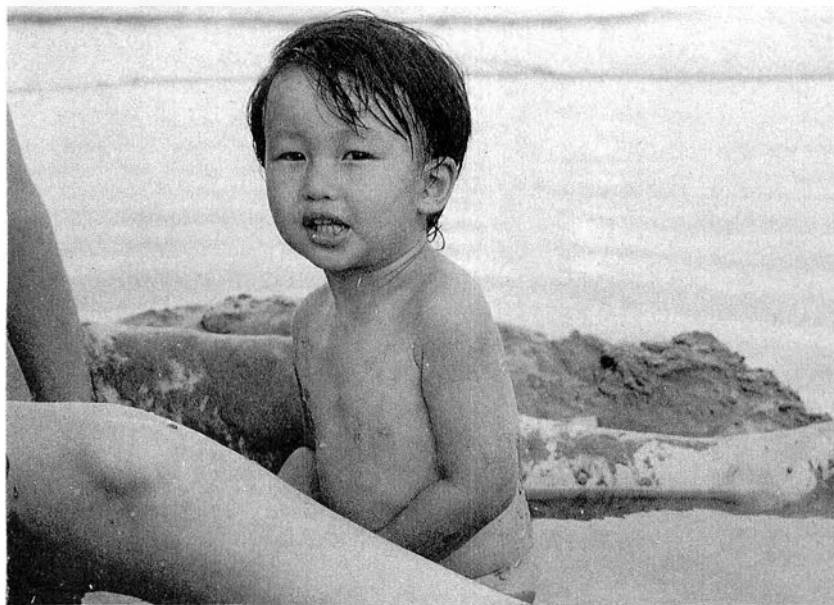
Direito de cidadania — Há muito o que refletir sobre as mudanças profundas que andam acontecendo com o lugar das mulheres na reprodução, na procriação e na organização dos processos de trabalho. Conforme desenvolve Marilena Chauí, o termo reprodução vem sendo usado nas Ciências Sociais se referindo à manutenção dos seres humanos e à continuidade da espécie. Adotamos o termo procriação na intenção de destacar a especificidade da função reprodutiva na produção de seres humanos.

Desde as primeiras décadas do século 20, o movimento operário já esboçava a problemática relativa às

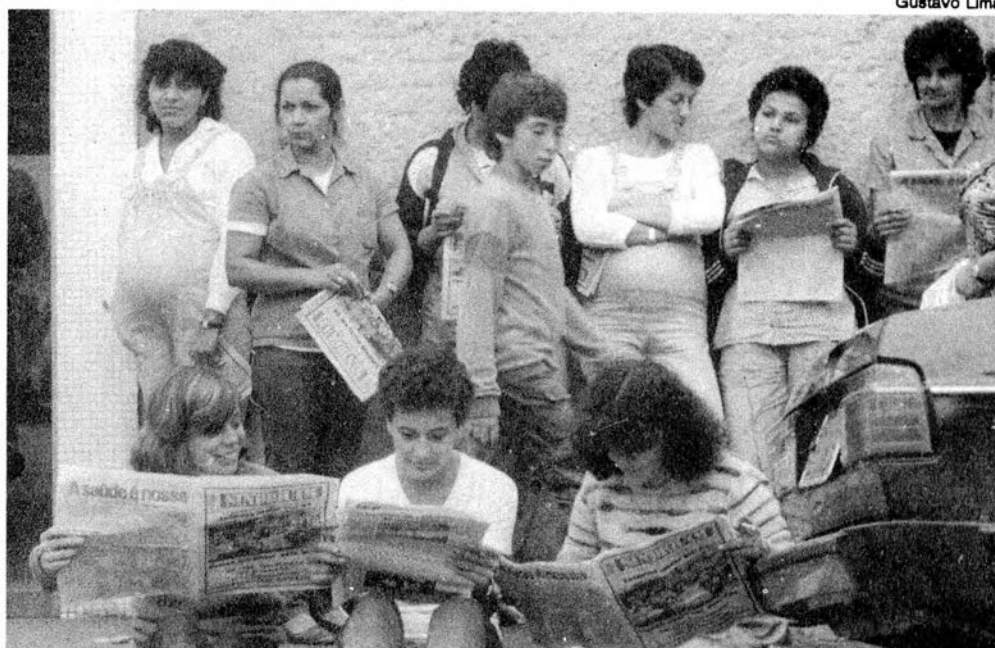
garantias do trabalho feminino. Mas é na década de 70 que mulheres passam a falar coletivamente do seu cotidiano em casa, no bairro, nas ruas, na vida sexual e nos empregos. Começaram a refletir em grupos e através de estudos e pesquisas, de forma a dar um outro sentido a experiências humanas muito antigas. Começaram a perceber que as suas experiências corporais e as relações da chamada vida privada, ao invés de significarem privacidade e intimidade, prazeres e reconhecimento de desejos significam, na maioria das vezes, privação. E que essa privação se dá porque se vêm despossuídas da possibilidade de compartilhar pela palavra e pela ação nos processos de decisão relativos ao mundo comum, isto é, a existência política.

Perceberam que sua casa, seu trabalho e seu corpo são lugares onde os outros realizavam seus desejos e poderes. As demandas nascem de fora: filhos, maridos, igreja, empregadores, indústria farmacêutica e biomédica, planejadores demográficos, meios de comunicação... A vida privada, a sexualidade, a reprodução humana passaram a ser colocadas não mais como fatos da natureza feminina mas como condições sociais e políticas.

Cabe lembrar que o reconhecimento da função reprodutiva como social e política no capitalismo industrial se deu entre o final do século 18 e início do 19, por Malthus, um economista inglês. Pela primeira vez se teoriza sobre a correlação entre o crescimento populacional e a produção econômica de alimentos e recursos não renováveis, afirmando que o aumento demográfico é uma ameaça permanente à distribuição igualitária de “riquezas”. Para impedir essa ameaçadora “explosão demográfica”, a partir daí a reprodução humana vem sendo um campo explícito de exercício de poderes dominantes, freqüentemente alvo de abusos, e é no corpo feminino que se viabilizam suas intervenções. Tal teo-



Vera Jursys



ria já foi desmistificada suficientemente, tendo sido demonstrada sua inconsistência ao considerar o controle de nascimentos como via para superar o desenvolvimento desigual entre os povos e classes sociais.

Despertas no século 20, as mulheres nas últimas três décadas passaram de lugar de sujeição a ser sujeitos do conhecimento acerca de seu próprio corpo e a canalizar sua criatividade e interesses para outros campos além da maternidade e da vida doméstica, trazendo o aspecto vivencial como indispensável ao desenvolvimento do saber.

A reivindicação de uma outra identidade passou a constituir ações muitas vezes impregnadas de revolta e colocou novos temas na pauta dos movimentos políticos e para as Ciências Sociais. Embora nada indique a supremacia de um sexo sobre outro, constatou-se, universalmente, o *status* secundário vivido pelas mulheres, com múltiplas variações culturais.

Estudos preocupados em problematizar a questão da diferença a partir do limite concreto entre homens e mulheres — o homem fecunda, a mulher menstrua, gesta, pare e amamenta — vem indicando que todas as variações e opções em torno de tais eventos (aborto provocado ou espontâneo, contracepção, cesariana, desmame precoce, doenças específicas...), longe de significarem apenas interligações de uma vivência pessoal, são condicionadas por interesses sociais, econômicos, políticos, costumes, legislações, dispositivos e valores sociais que constroem *status* desiguais entre os sexos.

Outros estudos e reflexões desenvolvidas em grupo de mulheres voltados para a questão da identidade constatam que o nascimento de uma criança é antecedido por uma série de expectativas sobre “aquele que virá a ser mas que já vai sendo”, de acordo com os significados e valores atribuídos caso seja homem ou mulher. É impossível que as diferentes subjetividades, percepções, inteligências

e habilidades, adquiridas desde a infância, sejam imputadas mais à biologia do que à formação. Ao se analisarem os sinais de autonomia ou subordinação presentes nas opções e caminhos tomados ao longo dos diversos ciclos de sua sexualidade e de trabalho, constata-se que o lugar que a mulher ocupa nesses processos articulados fica submetido a uma engrenagem de relações sociais, que a remetem a um lugar de opressão. O corpo guarda sinais e marcas desse processo sócio-cultural.

Foi nessa linha de pensamento que o movimento feminista construiu o conceito de direitos da reprodução humana, entendendo que a feminilidade e as diferenças sexuais — marcadas corporalmente e reguladas pela cultura — são direitos de cidadania a serem ainda conquistados.

Sair da solidão — Este processo revelou para a mulher que também seu corpo é uma expressão de luta e é o lugar de onde parte sua ação para o mundo. Contudo, o resgate das experiências das trabalhadoras, como sujeitos coletivos, ainda está por ser feita.

As situações de risco à saúde física, mental e procriativa são vivi-

Uma revelação: o corpo da mulher é uma expressão de luta e o lugar de onde parte sua ação para o mundo

das na maioria das vezes em silêncio. Suas vivências, frequentemente, se expressam em queixas e demandas colocadas nos serviços de saúde, em espaços alternativos de educação, nos depoimentos e entrevistas levantados por pesquisas acadêmicas, em encontros feministas, comunitários e de mulheres sindicalizadas. São discursos de solidão. As denúncias à opressão e à violência de que as mulheres são alvo, devido às imbricações perversas do processo de trabalho articulado à sua vida procriativa e à sua condição de gênero, ainda não têm saídas institucionais que garantam seus direitos.

Em se tratando do movimento sindical, ainda há um longo caminho a percorrer. Embora cresça a partici-

Opressão, violência... Ainda não há saídas institucionais que garantam os direitos das trabalhadoras



Hoje o patriarcado dá sinais de vigor bélico. As feministas colocam em debate a sobrevivência do planeta

pação das mulheres no mercado de trabalho e nas lutas sindicais, as ativistas feministas encontram dificuldades em discutir as questões femininas entre os homens, correndo riscos de se organizarem, de novo, em guetos. Além disso, se a saúde ocupacional sequer é um tema privilegiado (existindo algumas iniciativas importantes sendo gestadas) é

possível imaginar os obstáculos para a priorização da questão de gênero. A imagem do movimento sindical ainda é de figuras barbudas e de voz grossa.

Se os homens não levam em conta as diferenças nas lutas sindicais e políticas, as trabalhadoras, ao contrário, as colocam como problemas a serem solucionados. (Daniele Kergoat, *op. cit.*). E quando o fazem, vêm com um conteúdo e propostas de caráter subversivos: propõem mudanças nas relações sociais como um todo; questionam a desmesura da "civilização" industrial.

Vivemos um tempo em que a humanidade passa por um momento decisivo de sua história com o patriarcado dando sinais de pleno vigor bélico. Ao mesmo tempo, os movimentos pacifistas e eco-feministas colocam em debate a sobrevivência do planeta e da espécie humana. Enquanto isso, há no encontro entre sindicalistas brasileiras e feministas uma rebeldia latente e emergente, e um esforço de organização que tende a crescer de forma singular. Os espaços tradicionais da luta indicam esgotamento quando se trata de direitos das mulheres. A criatividade só poderá, necessariamente, vir de nós mesmas ao se pensar saúde, direitos e trabalho no feminino. Respostas virão no nível teórico e no nível concreto da luta e do cotidiano, de forma tal que se desenvolva a metodologia de uma práxis que articule o mundo produtivo e reprodutivo e o processo de procriação.

Para todos aqueles que se voltam para a construção da democracia — essa nossa desconhecida — os direitos da reprodução humana estão na pauta como uma exigência feminista para a ordem ética e política.

Fernanda Carneiro é auxiliar de pesquisa do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e da Ecologia Humana (Cesteh/Fiocruz) e do Grupo de Saúde Nós Mulheres.



LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, publicação voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual: Cr\$ 1.400,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.800,00

Exterior: US\$ 50

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.

Av. Higienópolis, 983 - cep 01238 - São Paulo SP

SINAL ABERTO À PARTICIPAÇÃO

Em busca da saúde coletiva, as mulheres se organizaram, saíram às ruas e são maioria nos movimentos populares. Mas, e os seus direitos?

João Roberto Ripper/Imagens da Terra



Maria Teresa Citeli

A partir da experiência de militância com mulheres nos movimentos populares, da observação e de depoimentos colhidos junto a militantes dos Movimentos de Saúde da Zona Leste de São Paulo (MSZL) e de Campinas (SP), este artigo aponta conquistas relacionadas direta ou indiretamente com os direitos reprodutivos e a saúde da mulher. Salienta, ainda, a importância da nova sociabilidade desenvolvida entre as mulheres.

Identifica, por outro lado, fatores internos e externos aos movimentos que dificultam o alcance de maiores conquistas nesse sentido, ressaltando a presença majoritariamente fe-

minina na base desses movimentos.

Analisar estas conquistas e obstáculos no âmbito dos movimentos populares exige que seja assinalada a opressão imposta às classes populares pela negação de seus direitos básicos relativos à saúde. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de considerar dois níveis de demandas relativas ao estreito vínculo entre mulher e saúde.

O primeiro diz respeito à recorrência da atribuição à mulher da tarefa de cuidar da vida e da saúde de todos os dependentes da família (filhos, maridos, idosos, incapacitados) que faz essa incumbência parecer tão natural, escondendo assim a atribui-

ção social de papéis diferenciados para mulheres e homens.

Esta situação leva mulheres e homens a acreditarem que tais tarefas fazem parte de um destino traçado pela biologia e, portanto, impossível de ser mudado. Chamamos de necessidades práticas das mulheres aquelas que respondem ao desempenho dessas tarefas: saneamento básico, ambulatórios e postos para consulta e vacinação, pronto-socorro para emergências, hospitais e ambulatórios gerais. Assim, a própria atividade organizativa para reivindicar esses itens acaba se caracterizando como extensão tanto do papel provedor dos cuidados com saúde quanto das tarefas correspondentes.

Contraditoriamente, os mesmos valores que exaltam esse papel feminino encobrem ou relegam a plano secundário itens que se referem diretamente à saúde da própria mulher. Tais questões correspondem ao segundo nível de demandas e podem ser consideradas como necessidades estratégicas, indispensáveis ao exercício dos direitos reprodutivos.

- Acesso a programas educativos que permitam à mulher superar o desconhecimento de seu próprio corpo e exercer plenamente sua sexualidade;

- Acesso à informação e aos meios que permitam efetiva escolha de se ter filhos e quando tê-los (a escolha informada sobre anticoncepção poderia até conter os esforços controlistas e as altas taxas atuais de esterilização feminina);

- Direito a uma relação médico-paciente que não inferiorize a mulher, com atendimento ao parto que priorize a mãe e não apenas a criança;

- Direito ao aborto tratado como uma questão de saúde;

Como se fosse destino traçado pela biologia, as mulheres têm por tarefa cuidar da vida e saúde da família

- Informação e atenção médica a aspectos específicos da saúde feminina, inclusive em relação ao diagnóstico precoce de várias formas de câncer;
- Atendimento especial às mulheres vítimas de violência;
- Cuidados adequados relativos à saúde mental.

Embora seja difícil identificar esses itens nas pautas reivindicativas dos movimentos de saúde, é possível reconhecer que a maciça participação de mulheres trouxe alguns dividendos nesse sentido.

Sensibilização de lideranças — Não pode deixar de ser mencionada a sensibilização de lideranças femi-

Vera Jursys



nas que promoveu a sua predisposição a ações em prol da saúde da mulher. Suas experiências no mundo público, a convivência com outras mulheres, a percepção da precariedade vigente no atendimento aos requisitos básicos da saúde da mulher e, sobretudo, o contato (embora episódico e pontual) com centros feministas e ONGs voltadas para a saúde da mulher sensibilizaram lideranças femininas para o reconhecimento das necessidades estratégicas das mulheres.

Essas lideranças, sensíveis e ligadas à ágil rede de comunicação informal tecida entre as militantes dos movimentos, compõem um valioso recurso utilizado quando a situação exige ações de impacto em favor da saúde da mulher.

Ainda do ano passado, podemos mencionar dois episódios envolvendo a saúde da mulher que contaram com a presença de militantes do Movimento de Saúde da Zona Leste. Logo no começo do ano, elas tomaram parte da “campanha contra o criminoso do ácido” deflagrada pelo movimento de mulheres daquela região. Tratava-se de uma mobilização visando localizar todas as vítimas, exigir providências policiais contra os suspeitos e pressionar as autoridades da área de saúde para garantir o atendimento médico-hospitalar necessários às vítimas de lesões provocadas por criminosos que atacavam mulheres com ácido, numa versão machista da guerra química tão em evidência atualmente.

Também acorreram em massa ao ato realizado no Dia Internacional da Luta pela Saúde da Mulher (28 de maio) defronte ao hospital Leonor Mendes de Barros, exigindo o aumento de leitos hospitalares destinados a maternidades.

Ainda que grande parte das conquistas destes movimentos se refiram mais diretamente às necessidades práticas do que às estratégias, há outros aspectos que merecem ser salientados: a construção de espaços onde

brotaram novas formas de sociabilidade, cresceu a auto-estima e surgiu a possibilidade de exercício do poder decisório entre as mulheres.

Para aquelas que já participavam de atividades ligadas à Igreja Católica (Pastorais, CEBs e Clube de Mães) e que constituem a grande maioria da base dos movimentos populares de saúde, este novo tipo de participação proporcionou uma abertura para o mundo e oportunidade de crescimento pessoal:

“Eu comecei a me respeitar, continuei me encontrar e me realizei através desse trabalho. Antes eu era pessoa de cabeça fechada, que ficava só ali limpando a casa, agora eu continuo limpando mas enquanto isso a minha cabeça está em mil lugares. Às vezes, ele (o marido) implica porque eu não paro em casa. A minha vida é mesmo muito corrida, uma hora estou aqui, outra já estou lá. É a comunidade (CEB), é o posto de saúde, o esgoto, a penitenciária...”

“A gente muda mesmo. É sempre a mulher que vai atrás do que precisa. Aí a gente não vai do jeito que está em casa: tem atos, as manifestações, as audiências com as autoridades, a gente não pode ir de qualquer jeito senão eles nem recebem a gente. Eu comecei a me arrumar um pouco, eu mudei muito!”

Estes depoimentos sintetizam as falas de quase todas as mulheres que “estão nas lutas populares” e ressaltam uma valorização da imagem da mulher, não apenas porque cada uma começou a se perceber como capaz de conquistas para além do espaço doméstico, ao qual muitas estavam confinadas, mas também porque deixaram de ser invisíveis e passaram a ser reconhecidas pela opinião pública e pelas autoridades como empreendedoras, corajosas e politizadas.

Poder de decisão: conflitos — Os movimentos em questão apresentam, também, uma peculiar chegada de mulheres às instâncias internas de decisão. Dentro do quadro frequente-

Nas lutas populares, a mulher mostra ser capaz de conquistas e é reconhecida por seu empreendimento



mente observado nos movimentos populares, onde as mulheres encaminham e muitas vezes até lideram as lutas e os homens assumem as posições de comando, um fato que desperta nossa atenção é a composição da Coordenação do MSZL que, entre seus 24 membros, conta com 23 mulheres. Também no Conselho Municipal da Saúde, em Campinas, a maioria esmagadora dos representantes dos movimentos é mulher.

O acesso a instâncias decisórias e institucionais proporciona entre outras vantagens um aprofundamento da formação política que é muitas vezes negada aos quadros femininos. Porém, isso não significa que as mulheres tenham levado consigo a reivindicação das necessidades estratégicas para as pautas dos movimentos. E porque deveriam levar?

“Já é duro convencer as pessoas — até gente da família — da importância da nossa luta por saúde. A gente já leva tanta cacetada... Já pensou se a gente for fazer reivindicação da saúde da mulher, é mais pausada na cabeça ainda.”

Este depoimento revela que assumir lutas coletivas exige muita coragem, decisão e dedicação, e que as mulheres têm a percepção de que enfrentar a opressão de classe e de gênero, ao mesmo tempo, as colocaria diante de dificuldades maiores ainda.

Do ponto de vista da dinâmica interna de funcionamento, devemos levar em consideração o efeito homogeneizador do sentimento de igualdade entre todos os membros dos movimentos. A igualdade é de tal forma exaltada que as diferenças (de sexo, por exemplo) acabam negadas e obscurecidas. Esta ênfase colocada na igualdade utópica acaba até por dificultar o reconhecimento da existência de uma maioria esmagadora de mulheres nos movimentos. Um militante do movimento de saúde de Campinas, diante da insistência da entrevistadora em saber se as mulheres eram maioria no movimen-

to, recorreu a um malabarismo verbal para responder:

“Eu não diria que a maioria do movimento é de mulheres. Eu diria que a *maioria é mista*! Não tem diferença na participação de mulheres e homens, porque os dois lados têm a mesma força. O que tem sentido é a presença para cobrar, manifestar e exigir num ato público” (grifo meu).

Esse é um dos inúmeros exemplos do apego a uma suposta igualdade que, além de negar uma visibilidade que as mulheres já alcançaram fora dos movimentos, sufoca o reconhecimento de necessidades específicas tão necessário ao surgimento das reivindicações.

Gostaria de lembrar que embora se enfatize tanto o caráter igualitário de participação de mulheres e homens e se encontre nos movimentos homens capazes de proferir discursos indignados contra o machismo, é quase impossível encontrar aqueles que aceitem assumir tarefas decorrentes das lutas relativas aos direitos reprodutivos, ou mesmo, que até se interessem pela sua discussão.

Bom indicador desse desinteresse nós encontraríamos se fosse possível descobrir quantos homens se interessaram por este número es-

As mulheres são maioria no movimento. Assumir lutas coletivas exige coragem, decisão e dedicação

pecial da revista, ou mesmo estão lendo este artigo. Será que os direitos reprodutivos e a saúde da mulher não interessam nem um pouco aos nossos companheiros de luta?

A dinâmica avassaladora, que envolve como uma torrente e esgota o tempo, também tem sido apontada por muitas como responsável pela debilidade das lutas específicas. De acordo com esse argumento, muitas lideranças, sensibilizadas pelas necessidades estratégicas das mulheres, não encontram formas de se desencilhar das tarefas do movimento, nem tempo para se dedicar, de modo continuado, a essas questões. Bom exemplo nos é fornecido pelas dificuldades que tem encontrado para seu funcionamento a Comissão de Saúde

Apesar da igualdade de participação, os homens não despertaram para a discussão dos direitos reprodutivos

Nos movimentos, o debate sobre a saúde da mulher ainda está restrito a poucas iniciativas individuais

da Mulher proposta no Movimento de Saúde da Zona Leste já há algum tempo.

“A questão da saúde da mulher é difícil de pintar no movimento. Quando eu levo, o movimento dá o aval, mas eu tenho que encontrar as pessoas para trabalhar no processo. Isso é muito difícil, estão todas sobrecarregadas.”

Desta forma, tais questões ficam restritas a iniciativas individuais, que acabam por não caracterizar nenhum trabalho conjunto da comissão, nem encontram respaldo para serem absorvidas pelo movimento como um todo.

Não podemos deixar de mencionar a influência da Igreja Católica, cujas posições sobre os direitos reprodutivos ficaram bem claras durante a Assembléia Constituinte quando jogou todo o peso institucional para impor seu ponto de vista contrário à legalização do aborto. Também são muito conhecidas as restri-

ções que faz ao uso de métodos anticoncepcionais, admitindo oficialmente apenas aqueles considerados naturais.

Neste sentido, a Igreja, que tem exercido um papel tão decisivo na organização dos movimentos populares, acaba inibindo a militância na incorporação e discussão dos temas relativos aos direitos reprodutivos. Assim, se há grande acolhida e incentivo na hora de reivindicar água, esgoto, creche e hospitais; há empecilhos e negativas na hora de se usar os mesmos espaços da Igreja para a discussão da sexualidade, do aborto etc.

Embora a instituição seja intransigente e intolerante nesse aspecto, vale lembrar a existência de muitas vozes clericais que lutam contra esta intolerância e clamam pelos direitos reprodutivos da mulher. O peso da instituição parece, contudo, sempre falar mais alto.

As dificuldades apontadas (e muitas outras) acabam fazendo com que os direitos reprodutivos e a saúde da mulher continuem sendo, em grande parte, encaminhados, pesquisados, propostos e reivindicados pelas ONGs, centros e casas feministas, movimento de mulheres e grupos feministas em sua maioria integrados por mulheres profissionalizadas, acadêmicas e técnicas, geralmente de classe média. Apesar dos esforços desenvolvidos pelas mulheres dos

movimentos populares, de um lado, e pelas feministas, de outro, no sentido de realizar o sonhado encontro entre ambas, este é episódico e pontual. Existe um fosso que as separa, dificultando a maior socialização dos recursos metodológicos e instrumentais destinados à identificação e análise das necessidades estratégicas da mulher.

Como se percebe, este artigo não aponta um balanço muito favorável no que concerne à conquista, pelos movimentos populares de saúde, de itens relacionados com os direitos reprodutivos. Suas conquistas referem-se fundamentalmente à abertura de novos espaços, que embora tenham sido decisivos na busca de soluções para as necessidades práticas, bem como contribuído para um certo rompimento da domesticidade, esses movimentos sociais incorporam muito pouco a luta pelos direitos reprodutivos.

Ao apontar problemas, o presente artigo pretende contribuir com o debate e a reflexão que possibilitem a organização dos espaços coletivos que viabilizem a conquista de reivindicações estratégicas da mulher e (quem sabe?) possam ampliar suas fronteiras articulando-se com as lutas gerais.

Maria Teresa Citeli é mestranda no Departamento de Sociologia da USP e Técnica do SOF (Serviço de Orientação da Família).

Atendendo as necessidades práticas, as mulheres abriram novos espaços mas se esqueceram da própria saúde

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Uma revista mensal do IBASE, com a avaliação das medidas do governo federal e as suas implicações na sociedade brasileira.

**Participe conosco nesta reflexão
Faça sua assinatura anual**

Assinatura Individual Cr\$ 3.900,00

Assinatura Institucional Cr\$ 5.600,00

Solicite um exemplar gratuito para consulta

Escreva para IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Rua Vicente de Souza, 29 — Rio de Janeiro, RJ — 22251 — Tel: (021) 286-0348

A SAÚDE A PARTIR DO CORPO

Exploradas no trabalho rural, as mulheres de Alagoa Grande traçam estratégias de resistência buscando resgatar o saber e o poder do corpo

Eleonora Menicucci de Oliveira, Hilda Rodrigues da Silva, Josefa Ferreira Cardoso, Maria da Penha do Nascimento e Maria Soledade Leite

Quando se fala em saúde integral da mulher é necessário falar da sexualidade, do aborto, da esterilização, do parto, da cesária, da mortalidade materna, da saúde mental, do sistema público de saúde, do desejo e da política. São essas as questões que constituem os direitos reprodutivos das mulheres. Então, o que é isso? Será que tem alguma coisa a ver com o corpo e a identidade feminina? A maneira pela qual as mulheres se relacionam com essas questões representa o quanto elas conhecem seu corpo e gostam

dele. No entanto, convém olhar com atenção como o Estado relaciona-se com a saúde da mulher.

Dessas questões vamos tratar neste texto, construído em co-autoria com algumas mulheres trabalhadoras rurais, feministas, sindicalistas, que incorporaram a sua vida cotidiana as questões que falam de seu corpo, de sua saúde, de sua sexualidade. Elas compreenderam a necessidade de lutar pela especificidade da saúde da mulher, como algo tão importante quanto a luta pelo direito à terra.

Essas mulheres são lideranças sindicais de uma das poucas regiões onde uma mulher chegou à presidência de sindicato rural — Margarida Maria Alves, assassinada pelos latifundiários em 1983.

São essas mulheres que hoje enfrentam o mundo masculino no interior do sindicato, da CUT, dos partidos políticos. Essas mulheres são algumas das milhares que corajosamente inventam no cotidiano outras e diferentes maneiras de pensar e agir a política. São as protagonistas da luta pela autonomia de decisão sobre os cuidados com sua saúde e sobre ter ou não ter filhos, decisão que tem sua dimensão social ampliada quando se pensa em mudanças radicais da sociedade.

Os direitos reprodutivos numa área rural — As questões dos direitos reprodutivos são preocupações do movimento feminista que há décadas insistentemente denuncia, dia-

Sidney Walemann



Há décadas o movimento feminista denuncia e reivindica qualidade nas políticas públicas de saúde

loga, pressiona e reivindica políticas públicas de saúde de qualidade e mais eficazes. Foi no interior do movimento feminista que emergiu a reflexão sobre os direitos reprodutivos, elaborada pelas próprias mulheres e que consistia em pensar o seu papel enquanto mulheres e as condições sociais e políticas que a sociedade tem oferecido para o exercício da atividade reprodutiva. É uma formulação que une os direitos reprodutivos com os direitos humanos da mulher enquanto cidadã, isto é, a possibilidade da mulher optar livremente por ter ou não ter filhos, contestando uma das

mais conhecidas e debatidas práticas da relação de dominação do gênero no interior da sociedade.

As questões dos direitos reprodutivos devem ser colocadas como fatos interligados de um mesmo contexto, onde a impossibilidade de acesso a qualquer desses direitos se remete a um lugar de opressão da mulher.

Bem, olhamos agora a realidade da saúde dos brasileiros. É bem verdade que os dados apontam para um quadro alarmante, onde mais de 53% da população brasileira não tem acesso ao serviço público de saúde de qualidade e nem tampouco àquele de natureza preventiva. Se esse quadro já nos assusta, principalmente quando se trata de um país de dimensão continental como o Brasil, o que dizer das condições de saúde da população rural?

Neste trabalho pretende-se visualizar a situação da saúde das mulheres na área rural e mais especificamente em uma região rural do estado da Paraíba onde as mulheres se organizaram em grupo de mulheres na luta miúda do dia-a-dia pela institucionalização do poder feminino dentro dos serviços de saúde, dos sindicatos, além de incorporar nas pautas de reivindicações e em todos os espaços onde atuam o reconhecimento da voz das mulheres, protagonistas do processo da maternidade.

Saúde em Alagoa Grande — O município de Alagoa Grande, na Paraíba, tem como principal produto a cana-de-açúcar. Ali as mulheres desenvolvem basicamente atividades do campo e atividades domésticas, não sendo reconhecidas como trabalhadoras rurais, recebendo metade do salário pago à mão de obra masculina. O não reconhecimento como trabalhadora rural dificulta e nega direitos, principalmente à mulher casada. Ela somente terá direitos à aposentadoria aos setenta anos de idade, o que chamamos de “setentão”, enquanto a média de vida do brasileiro é de 52 anos de idade.

As condições de trabalho rural são precárias para homens e mulheres. Nos canaviais não existe nenhum material de proteção, não há equipamento de trabalho, nem água potável ou banheiros. Os transportes são bastantes inseguros e as trabalhadoras são transportadas em caminhões junto com ferramentas de trabalho. As mulheres não têm carteira de trabalho assinada e não têm direito à licença maternidade.

Além de todo trabalho no campo (canavial ou outra lavoura) as mulheres enfrentam uma segunda jornada de trabalho: em casa elas exercem as atividades domésticas (lavar, passar, cozinhar e cuidar das crianças) sem o apoio do esposo, pois, para o homem, as tarefas domésticas não existem.

DIMINUI TAMANHO DAS FAMÍLIAS RURAIS

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Uma projeção feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, no ano de 2050, cada casal brasileiro terá só dois filhos, reduzindo a zero o crescimento populacional do país. Em 1950, a média era de quatro crianças por casal.

A tendência de queda do tamanho das famílias, verificada há quarenta anos, deixou também de ser um fenômeno urbano, pois a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) provou que, na zona rural, as taxas de fecundidade baixaram de 7,72% em 1970 para 6,40% em 1980 e 5,32% em 1990.

Os menores índices são os das regiões Sul (3,62%) e Centro-Oeste (4,57%). No Nordeste, o menor índice verificado foi o do ano passado, 6,47%.

Alagoa Grande tem apenas um hospital, que dispõe de oito médicos para atender a vários municípios e à zona rural. Os pacientes da zona rural se deslocam até 17 quilômetros a pé e às vezes nem conseguem ficha para serem atendidos. Existe apenas um ginecologista para cada 30 mil mulheres.

As mulheres não têm orientação ou acompanhamento à sua saúde. Muitas acabam procurando o serviço de saúde pública quando seu problema já não tem solução.

Como a região não dispõe de médicos especialistas, são feitos encaminhamentos médicos para cidades maiores, como João Pessoa e Campina Grande, a uma distância de aproximadamente 125 quilômetros.

No tocante ao planejamento familiar, as comunidades não recebem esclarecimentos, acompanhamento ao casal etc. As filhas solteiras que engravidam são discriminadas pela sociedade e muitos pais de família as expulsam de casa.

Diante da falta de esclarecimento ou formação, a violência sexual é enorme, praticada pelos patrões, feitores ou pelos próprios maridos, quando suas esposas encontram-se grávidas, com problemas de saúde ou até mesmo com crianças recém-nascidas. O pré-natal não é feito; inúmeras são as dificuldades para educar e criar os filhos.

As necessidades que as famílias carentes passam fazem com que algumas mulheres, sem maiores esclarecimentos sobre os cuidados com a saúde, pratiquem o aborto com o risco de vida, assunto ainda pouco discutido na sociedade. Esse tipo de aborto provocado é feito de forma "sigilosa" e muitos são feitos com medicamentos caseiros, porque o tema ainda é discriminado e "preconceituoso". Muitas mulheres morrem em consequência dos abortamentos mal feitos.

As mulheres trabalhadoras casadas que engravidam passam por imensas dificuldades, pois não há

creches onde podem deixar os filhos menores.

No contexto geral, convém citar também os casos de violência contra as mulheres chefes de família, quando estas reclamam os seus direitos trabalhistas. A violência se dá desde o espancamento, queimas de mordidas ou até a morte.

Com todas as dificuldades descritas as mulheres são as quem mais sofrem o problema da moradia e da alimentação, porque fazem a vez de chefe-de-família, visto que seus maridos viajam para o sul do país em busca de melhores condições de vida. Alguns nem voltam, ficando as mulheres "viúvas de maridos vivos". Toda essa situação gera um aglomerado de problemas, como o relacionamento de pais e filhos que na maioria das vezes não é dos melhores.

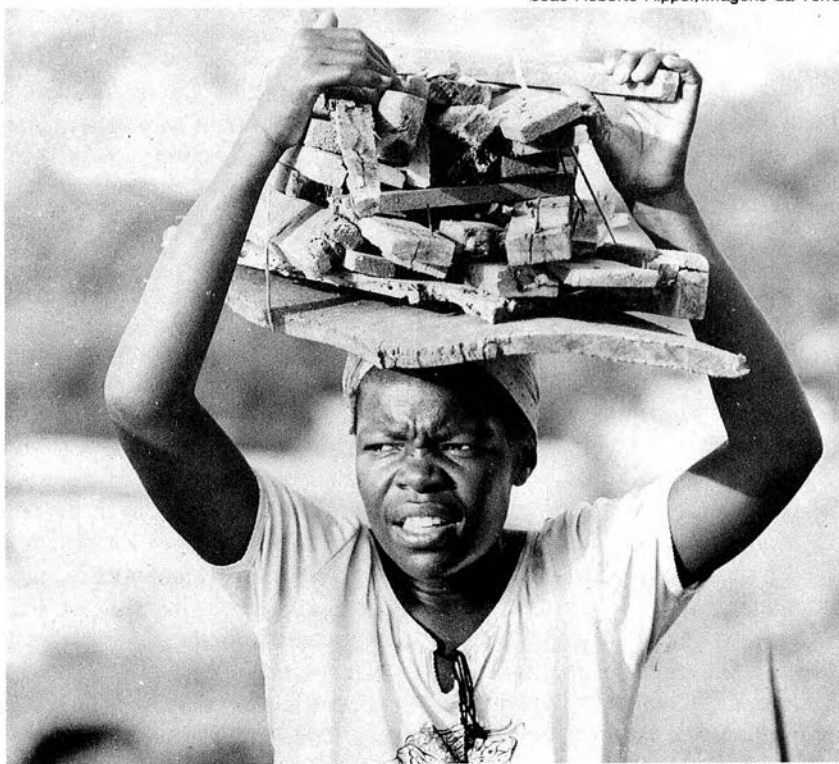
As crianças não se dedicam aos estudos pois muito cedo precisam trabalhar para ajudar na manutenção da casa, além de residirem em lugares distantes e existirem poucas vagas nas escolas. Por tudo isso e

Na Paraíba, as mulheres se organizam na luta miúda do dia-a-dia pela institucionalização do poder feminino

muito mais, surge a necessidade de discussão por parte das mulheres, seja nos sindicatos ou comunidades, sobre seus direitos, o que é ser mulher, a sua participação na sociedade, a saúde da mulher, o machismo. Com esta discussão nos locais de trabalho, as mulheres se articulam com outras categorias junto à CUT, se capacitam, conhecem outras realidades, se preparam para assumir lideranças.

Identidade própria — A situação de saúde da mulher rural em Alagoa Grande e as estratégias de resistência, criadas no cotidiano pelas mulheres na busca por transformar as condições atuais, indica que o resgate de um saber e um poder ligado ao corpo pode ser pensado do ponto de vista dos excluídos, como uma produção de diferentes

João Roberto Ripper/Imagens da Terra



MOVIMENTO DE MULHERES PERDE DUAS COMPANHEIRAS

Maria da Penha do Nascimento, uma das autoras deste artigo, e Elizabeth de Souza Lobo, que também já colaborou com *Tempo e Presença*, faleceram após um acidente automobilístico no estado da Paraíba, no dia 15 de março deste ano, quando se dirigiam a Alagoa Grande (PB) para uma reunião com as trabalhadoras rurais.

Maria da Penha nasceu na Paraíba e desde os sete anos trabalhou nos canaviais. Foi militante no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande a partir de 1972, juntamente com Margarida Alves. Participou ativamente da construção da Central Única dos Trabalhadores, do Movimento dos Sem Terra e do Partido dos Trabalhadores. Destacou-se também na organização e articulação das mulheres no campo.

Elizabeth Lobo nasceu em Porto Alegre, onde fez o curso de Letras. Foi para Paris, no início

do regime militar, de onde só voltou em 1979. Era professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, militante do PT, do movimento de mulheres e assessora da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT. Esteve sempre repensando as teorias nas Ciências Sociais, trazendo tanto para o debate acadêmico como para os movimentos sociais, as experiências do cotidiano das mulheres.

Foram duas trajetórias diferentes que se encontraram na construção de um projeto de sociedade sem discriminações de gênero e dominações de classes. Elas deixam lacunas e saudades nos movimentos dos quais participaram e, em particular, junto às mulheres que com elas conviveram, pois como companheiras apontaram com coragem e paixão as mágoas e o prazer de ser mulher.

(Nilde Balcão)

Lutando pela cidadania as mulheres tecem os fios de uma nova concepção histórica, social, política e econômica

práticas sociais necessárias para substituírem a representação dominante sobre a identidade feminina, de maneira que uma trabalhadora, dona de casa "insignificante", negligenciada ou negligenciável, oprimida e humilhada, consiga ver a si mesma como uma mulher popular, rebelde, ativa, resistente, participante e com identidade própria.

Essa conquista não é estática nem fixa. É um processo permanente de busca pela autonomia de decidir sobre seu corpo, assumindo cada dia mais a responsabilidade por cuidar de sua própria saúde, sem retirar do Estado a responsabilidade que lhe cabe enquanto provedor dos serviços de saúde.

Esse processo, no entanto, passa pela construção e multiplicação dos grupos de mulheres, espaço próprio e único de mulheres, onde elas

recuperam a fala, informam-se sobre o funcionamento de seu corpo para melhor conhecê-lo e, assim, passam a gostar dele como um amigo íntimo. Dessa forma, o corpo deixa de ser aquele desconhecido da mulher.

Por que essa relação com o corpo? É porque o corpo da mulher conhecido abre todas as portas e janelas para atuação no espaço público. É a pele da identidade feminina que as mulheres vão tecendo e limpando ao longo de suas vidas, como passo essencial para a conquista da cidadania.

Essas mulheres mostram que são capazes de reinventar os mais diferenciados espaços de atuação política dia-a-dia, estendendo-os em direção à conquista da cidadania feminina, passando de excluídas da história a cidadãs do mundo, com direito a decidirem sobre os rumos de sua própria vida, tecendo os fios de uma nova concepção da história social, política e econômica.

Essas mulheres, atuando no sindicato rural, têm procurado corajosa-

mente enfrentar o mundo das relações de gênero no interior do sindicato, cruzando essas relações com as relações de classe, na luta contra as perversidades do mundo do latifúndio e do Estado, este enquanto responsável por implementar e executar, de fato, políticas públicas de saúde integral da mulher que atendam as necessidades e os interesses das próprias mulheres.

Eleonora Menicucci de Oliveira é feminista, professora da Escola Paulista de Medicina e assessora da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional.

Hilda Rodrigues da Silva é feminista, membro do Sindicato Rural de Alagoa Grande, do Grupo de Mulheres de Alagoa Grande e da CUT-PB.

Josefa Ferreira Cardoso é feminista, membro do Sindicato Rural de Alagoa Grande e do Grupo de Mulheres de Alagoa Grande.

Maria da Penha do Nascimento é feminista, secretária do Sindicato Rural de Alagoa Grande, secretária geral da CUT-PB, membro da Executiva Estadual do PT-PB, membro da Comissão Nacional das Questões da Mulher Trabalhadora da CUT.

Maria Soledade Leite (Zefinha) é feminista, membro do Sindicato Rural de Alagoa Grande, membro da CUT-PB, da Comissão de Mulheres da CUT-PB e do Grupo de Mulheres de Alagoa Grande.

OS ESQUERDOS DA PROcriação

João Roberto Ripper/Imagens da Terra

*Em nome da ciência,
a genética tenta mudar
a natureza e introduzir
novas formas de controle
da vida, reproduzindo
a lógica capitalista*

Ana Regina Gomes dos Reis

Para fazer uma reflexão sobre os direitos da reprodução, o ideal seria possuir uma cultura enciclopédica, como se dizia antigamente, poder citar Hegel, lembrar as influências do código napoleônico, deixar frases inteiras em latim. Infelizmente pertencemos a uma geração da cultura telegráfica que, longe de enciclopédica, quase não chega a ser dicionária. Assumindo uma ignorância que, afinal, não é só minha, resolvi dar um passeio pelo verbete “direito” do Aurélio, que foi o que nos restou como referência maior quando queremos saber o que significam as palavras que usamos.

Vinte e dois significados tem, no Aurélio, a palavra direito. O curioso é que a definição primeira se faz em relação ao corpo: direito é o lado em que, no tipo normal, é o mais forte, o mais ágil. Em seguida, me informam que direito é o que segue sempre a mesma direção, reto, direito. Que não é curvo; apumado. Ereto.

Sem me desviar por interpretações psicanalíticas de almanaque (um estágio cultural bem abaixo do dicionário), sigo em frente para saber o que segue sempre a mesma direção, reto, apumado, é sinônimo de íntegro, probo, justo e honrado. E o que assim se porta é leal, franco, sincero. O canal hepático pode ser direito, marés são direitas, direitas as



Direito pode ter 22 significados. Um deles é a ciência das leis que disciplinam as ações dos homens

margens. Direito é o que é justo, reto e conforme a lei. Aqui aparece ela, oito exemplos passados.

Direito é, portanto, a faculdade legal de praticar ou deixar de praticar um ato. Quando respiro, segura da justeza e gravidade do conceito assim definido, perturba-me a verdade seguinte, introduzindo a incômoda palavra “prerrogativa”, atrelada à posse de alguém, que, por possuí-la, exige a outrem a prática ou abstenção de certos atos, ou o respeito a situações que “lhe aproveitam”.

A definição mais completa vem depois desses prolegômenos: é a ciência das normas obrigatórias que disciplinam as ações dos homens.

É penoso ter que repetir o que todo mundo já sabe: numa sociedade de classes, a classe dominante formula as leis e as impõem. A grande maioria, conhecendo ou não, concordando ou não, sendo ou não representada, tem que obedecer. Nas chamadas democracias ocidentais, onde a lei deveria valer para todos, onde todos têm seus direitos assegurados, os parlamentares são eleitos por uma minoria que vota, você pode ir preso e ficar meses na cadeia, sem processo, no melhor estilo das ditaduras latino-americanas, que levam a fama nas democracias ocidentais, se você não pega o seu seguro saúde, você está em maus lençóis. Se você não tem muito dinheiro para pagar bons advogados, bem sabidos para defender seus direitos, você vai ficar lendo seus direitos no papel.

Num mundo onde existe, além da divisão em classes, a divisão por

gênero, o Direito é pensado, escrito e executado pelos homens, que falam em nome da humanidade, como se o gênero humano fosse um só: o masculino. Não é à toa que a noção mais inconsciente do que é certo, justo, honrado, probo, leal, seja associado ao lado direito do corpo.

O lado da ação, regido pelo hemisfério cerebral esquerdo, segundo consta, o lado que analisa; o lado direito é também a sede do fígado associado simbolicamente com o poder (é o fígado de Prometeu que o abutre vem comer). O lado esquerdo, regido pelo hemisfério direito, seria o lado receptivo, associado com a intuição, com o coração e o baço, órgão da alegria. Nas gravuras medievais, os seres andróginos eram representados pelo rei à direita e a rainha à esquerda.

Agora é preciso consultar o que nos diz Aurélio sobre o que é esquerdo, presumidamente, o “outro” lado.

Os esquerdos — Logo de saída, vejo que esquerdo vem de esquer, vasc. Vasc é a abreviatura de vaçonço, basco, que na linguagem figurada quer dizer ininteligível. Falar vascônço é dizer algaravias, coisas ininteligíveis. Dizer gracejos, gracejar. Exprimir em estilo muito sutil ou ininteligível. Esquerdo, em primeiro lugar (ou em decorrência?) é o que está no lado oposto ao direito. De novo! O esquerdo, portanto, não existe enquanto ele mesmo, não tem substancialidade. Ambas as palavras são adjetivos, ou seja, qualidades atribuídas a alguma coisa, a alguém.

Mas dizer que o esquerdo é o que se opõe ao direito, é querer significar que o referencial (normal, normativo) é o direito. O adjetivo, então, atua como qualidade em si, substância.

Tudo isso seria engraçado se fosse apenas um jogo de palavras e se não expressasse ideologias que se projetam no real, ditando as normas, substanciando o que é adjetivo (em proveito de quem dita essas normas,

ou seja, dos homens que fazem e executam as leis, esquecendo que os valores por eles atribuídos às coisas ou às pessoas não são universais).

Não é inocente o que se atribui ao esquerdo: obíquo, atravessado, torto, retorcido. Desajeitado, desastrado. Desagradável, incômodo, constrangedor. Por que é que torto ou torcido é associado com desagradável? Por que não é ágil e forte? Por que desajeitado lembra constrangedor? Por que não é conforme as normas obrigatórias? A transgressão do poeta era ser *gauche* na vida: Quem assoprou foi o anjo, mas um anjo das trevas.

Origem da vida — Na longa lista das modalidades de Direito, não existe nenhuma referência aos “Direitos Reprodutivos” ou “Direitos da Reprodução”. Essa terminologia é portanto tão nova que ainda não se incorporou ao verbete do dicionário.

Tem sido muito usada nos meios feministas. Não sei se foram as feministas que a inventaram ou se surgiu dos especialistas que se especializaram em pensar, regular, definir e ditar normas relativas à “reprodução” humana. São muitos e diversos esses especialistas: ginecologistas (que se ocupam das doenças privativas das mulheres), obstetras (parteiros), geneticistas, eugenistas, sociólogos, antropólogos, ministros, juristas, juízes, técnicos do Banco Mundial, fundações, burocratas do Fundo Monetário Internacional, a indústria farmacêutica e, por que não lembrar, o papa.

A produção da reprodução — A dúvida sobre quem teria inventado os ditos “Direitos da Reprodução” me vem por causa de uma mania de querer saber por que se escolhe certas palavras e não outras. Ora, a escolha da palavra “Reprodução” já dá o que pensar. Como diz uma amiga, que tem a mesma mania, Gená Corea, em seu livro *The mother machine*: “Hoje usamos a metáfora da fábrica, reprodução, para descre-

*Hoje usamos a metáfora da fábrica
— reprodução —, para descrever
a transmissão da vida — procriação*

ver a transmissão da vida para a nova geração”.

Re-produzir é produzir, diz Aurélio. Apresentar de novo, multiplicar. Tornar a fazer, repetir. É também considerado sinônimo de gerar, procriar. Mas procriar é dar origem, dar nascimento, lançar rebentos, germinar. Renovar.

Gerar é dar o ser a; dar existência a; fazer aparecer, causar, produzir, formar, desenvolver. Lançar de si. Nascer.

Tornar sinônimos o “tornar a fazer” e o “dar origem”, igualar, “repetir” com “fazer aparecer”, reduzir a procriação à reprodução, é mais que um empobrecimento do conceito, das imagens todas que se cristalizam nas palavras. Nenhum ser humano é repetição, re-produção. Nenhuma criança é o pai novamente, ou a mãe novamente. Somos únicos e sermos únicos torna possível a incrível multiplicidade da espécie.

A utilização da metáfora da fábrica não é hoje tão metáfora assim. A divisão em pedaços do processo de reprodução, tentada a todo custo nos laboratórios da ciência mecanicista, rompe em partes o indivíduo (aquele que não é dividido) e tenta remontá-lo e re-produzi-lo. Nesta remontagem, entra um sistema de valores que é, de novo, feito por aqueles que fabricam o “conhecimento” e detêm as prerrogativas de ditar as normas.

A fertilização *in vitro* retira do interior dos corpos o processo de procriação e divide em várias etapas imitando a re-produção em série da fábrica. Não trata a infertilidade, como apregoa. As pessoas continuam inférteis. Provoca o nascimento de uma criança, o que é diferente. Os fracassos são de 90 a 95%. É, então uma técnica falida. Mas está se espalhando rapidamente pelo mundo, com a força das indústrias de aparelhos e de hormônios e o poder dos novíssimos especialistas — os esterileutas. Atrapalhados, os juristas tentam acomodar os princípios das legisla-

ções sobre a família (“base da sociedade”) num supermercado onde embriões são estocados em laboratórios (mais de 200 mil, só na Europa!) onde se transfere óvulos fecundados para úteros alugados (Quem é a mãe da criança?) onde o esterileuta afirma que só está estocando pré-embriões, numa fase pré-fusional ou seja, antes da união dos núcleos dos espermatozóides e o óvulo e, portanto, não são seres humanos ainda...

Se uma técnica falida se expande dessa maneira, talvez seja oportuno indagar a que veio e para que serve, realmente. A artificialização da procriação — transformada em re-produção, na verdade, é a chave que abre as portas para o controle da produção dos seres humanos e, por que não, para a re-produção no sentido da fábrica mesmo, em série.

A manipulação genética, expressão máxima da arrogância e do autoritarismo da ciência da utilidade, crê ser possível “melhorar” a natureza, alterando o código genético dos seres vivos, que levou bilhões de anos acumulando tentativas, em “erros” e “acertos” que alguma lei natural

regulou. Seus defensores apresentam-na como a solução para os problemas da humanidade: basta trocar os gens e ninguém terá defeitos.

Pela escala de valores desses senhores, podemos adivinhar quais defeitos não serão aceitos. Todos nascem, é claro, direitos. Ágeis e fortes. O exame do líquido amniótico para ver o sexo da criança já eliminou 78 mil fetos femininos na Índia, entre 1978 e 1983.

Os “debaixo” e os de “cima”

— Por outro lado, se esses engenheiros genéticos constroem a matriz (ou deveria dizer a patriz) é de se supor que as outras formas de reprodução devem ser eliminadas. O outro lado da fábrica re-produtora é a esterilização em massa. As diversas formas de esterilização — cirúrgicas e hormonais. Em breve, a novíssima arma desse arsenal: a vacina con-

Gerar é dar o ser a; dar existência a; fazer aparecer, causar, produzir, formar, desenvolver. Lançar de si

João R. Ripper/Imagens da Terra





Há décadas as mulheres lutam por autodeterminação no controle da fertilidade, portanto, da maternidade

traceptiva-anticorpos antiembrião, antióvulo, antiesperma.

Dito assim, parece exagerado, ficção científica. É bom lembrar que 44% das mulheres brasileiras em idade fértil, que usavam algum tipo de contraceptivo, estavam esterilizadas, em 1986. De lá para cá esse número só fez aumentar. Multiplica-se os campos de esterilização na Ásia.

Na Indonésia, mais de 300 mil mulheres estão com os bastonetes contraceptivos Norplant enfiados e costurados sob a pele do braço, sem perigo de “esquecer” de tomar ou poder retirar sozinhas.

Em dezembro de 1990, a aprovação do Norplant pela agência de medicamentos dos EUA, a Food and Drug Administration, foi repercutida em *todas* as emissoras de televisão, saiu em *todos* os jornais, num

incrível esquema de propaganda. Um jornal da Filadélfia (o *Philadelphia Inquirer*) sugeriu, em editorial, que o Norplant pode ser um instrumento útil para reduzir os de “classe baixa”, terminologia usada como sinônimo de “negros”. Na matéria de capa a cores, *O Globo* diz que “alguns grupos” sugerem que o Norplant deveria ser obrigatório para adolescentes, por exemplo. Um juiz em Visalia, Califórnia, decretou como condição para a suspensão da pena de uma mulher negra, condenada por maltratos a criança, que ela fosse obrigada a usar o Norplant.

Falar em Direitos da Reprodução ficou, acho eu, muito complicado. Há décadas as mulheres lutam pela autodeterminação no controle da fertilidade, portanto, da maternidade. Dizer “não” ou “não agora” à maternidade, anos atrás, num contexto de maternidade obrigatória era um desafio. A contracepção nesse sentido, foi vista como libertadora.

As lutas pela emancipação da mulher como ser, que constrói sua identidade e um novo lugar social, ultrapassam, significam muito mais que utilizar contraceptivo. Dizer que a pílula libertou a mulher é jogar no lixo a capacidade revolucionária de mudança de mentalidade e comportamento do feminismo.

Busca do lucro — Atualmente nos deparamos com uma situação diferente: a da esterilidade como modelo. Ninguém ignora as pressões que sofrem as candidatas a um emprego, de que se exige um atestado de gravidez, nos casos menos ferozes, quando não o certificado de esterilização. A longa lista de especialistas vem sempre ao encontro das mulheres, quando se trata de garantir o direito de não ter filhos. Mas o direito à prole (único bem dos proletários, como se dizia antigamente) poucos pensam em assegurar.

A gravidez é freqüentemente qualificada como indesejada, ocultando a pressão econômica e social para

não se ter filhos. Impossibilitada não quer dizer sempre indesejada. Tornada patologia, medicalizada, é chamada de alto risco, sendo as tabelas de risco feita à vontade dos senhores especialistas, como sempre.

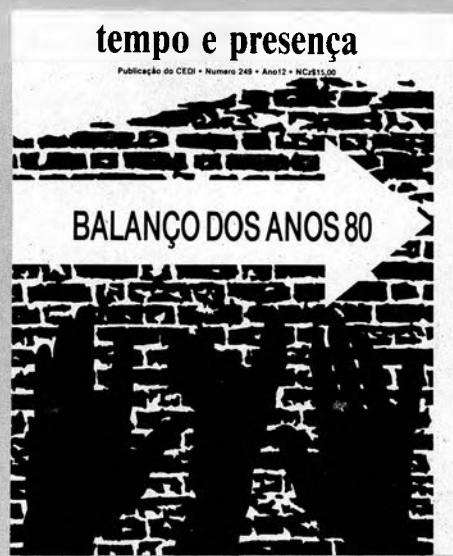
Não se vê tanto empenho desses senhores, quando se trata de garantir o direito à comida, à saúde, à dignidade, à liberdade. Ao contrário, são os primeiros a negá-los. Detentores do poder econômico e político controlam as pesquisas dos contraceptivos, desenhados especialmente para conter a “explosão demográfica” dos países do “Terceiro Mundo”. Os anticoncepcionais são cada vez mais coercitivos e de aplicação fácil e eficaz em grandes contingentes de população feminina. Não correspondem às necessidades das mulheres. São instrumentos, como escancara o editorial do jornal norte-americano, úteis para diminuir o número dos não brancos. Os “esquerdos” do mundo.

Nesse contexto, fica complicado falar em “livre escolha”. Escolher entre uma oferta determinada por outros interesses não é escolha.

São esses senhores que vão também aos jornais defender a legalização do aborto. Especialmente pela ocasião do lançamento no mercado de drogas abortivas. A eles interessa muito concretamente o acesso legalizado aos embriões, para poder expandir livremente o comércio da manipulação genética e a cultura de tecido embrionário para transplantes. Um negócio de bilhões de dólares. Das sondas de DNA para testes, às terapias miraculosas das doenças degenerativas. A criação de lucros, o prestígio pessoal e a implantação da política mais racista, excludente e dominadora, que é o eugenismo, estão longe de coincidir com a utopia feminista.

Muitas feministas, em diferentes países, tem questionado o uso do conceito de “Direitos da Reprodução”, notadamente Farida Akhter e Maria Mies.

ÍNDICE 1990



*Autores, assuntos e resenhas publicados
na revista Tempo e Presença,
nº 249 a 254, janeiro a dezembro de 1990*

AUTORES

- ALMEIDA, Maria Isabel de. *Nova lei de diretrizes e bases da educação*, nº 254, p. 23.
- ALTEMEYER JUNIOR, Fernando. *Dom Quixote e Sancho Pança*, nº 250, p. 14-6.
- ALVES, Rubem. *Conversas ao redor do fogão (1)*, nº 252, p. 40-2.
- . *O relógio*, nº 254, p. 36-7.
- AYALA, Luci. *Existe vida inteligente na escola pública*, nº 251, p. 15-7.
- BATISTA, Israel. *Lições do leste*, nº 252, p. 21-3.
- BEOZZO, José Oscar. 1992: ano de penitência e desafios, nº 254, p. 29.
- BICUDO, Hélio. *Falsa democracia*, nº 249, p. 7-9.
- BITTENCOURT FILHO, José. *Avanços e tropeções*, nº 249, p. 32-4.
- . *Variações da mesma esperança: Programa de Assessoria à Pastoral*, nº 253, p. 26-7.

Cecília Marton



- BOEHLER, Genilma. *Nas questões urbanas, a administração popular*, nº 252, p. 45-6.
- BOFF, Leonardo. *Implosão do socialismo e teologia da libertação*, nº 252, p. 32-6.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *É preciso reinventar a utopia*, nº 249, 21-2.
- . *Oikoumene: a barca dos amantes*, nº 253, p. 16-7.
- CARMO, João Clodomiro do. *Riscos do monopólio*, nº 249, p. 23-5.
- CASTILHO, Carlos. *A trágica herança das ditaduras*, nº 249, p. 38-40.
- CÉSAR, Ely Eser Barreto. *Crítério da nova sociedade*, nº 250, p. 37-8.
- CONVOCATÓRIA MUNDIAL SOBRE JUSTIÇA, PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO (05-13/03/1990: Seul, Coréia). *Afirmções: síntese das afirmações sobre Justiça, Paz e Integridade aprovadas em Seul*, nº 251, p. 28.
- . *Agora é o momento: mensagem final*, nº 251, p. 32.
- . *Ato de compromisso: síntese dos compromissos aprovados*, nº 251, p. 29.
- . *Igrejas e movimentos firmam pactos*, nº 251, p. 31.
- . *Testemunhos*, nº 251, p. 30.
- CUNHA, Carlos. *Ouvidos abertos ao clamor do povo*, nº 250, p. 29-33.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *Evangélicos e poder*, nº 254, p. 10-1.
- DAMASCENO, Alberto & ROCHA, Selma. *A educação "collorida"*, nº 251, p. 21-2.
- DANIEL, Celso. *Dois mitos desgastados*, nº 252, p. 24-6.
- DAVIDOFF CRUZ, Paulo. *O papel do governo no teatro da negociação da dívida externa*, nº 254, p. 19-22.
- DIAS, Zwinglio Mota. *O espírito na vida e história das igrejas*, nº 254, p. 32.
- DREHER, Carlos. *A Bíblia como referencial de autoridade*, nº 253, p. 18-9.
- DUCHROW, Ulrich. *Os pontos fracos do Golias: entrevista*, nº 252, p. 37-9.
- ENCONTRO DE BISPOS E PASTORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (II, 04-09/06/90, Kingston, Jamaica). *Dívida externa e narcotráfico: Declaração de Kingston*, nº 253, 8 p., encarte.
- FEIJÓO, José Lopez. "A tecnologia deve ter função social": entrevista, nº 250, p. 25-8.
- FERNANDES, Rubem César. *Solidarnosc pós-socialismo*, nº 252, p. 27-9.
- FERRARI, Alceu R. *O analfabeto do ano 2000*, nº 251, p. 10-2.
- FERREIRA, Argemiro. *Nem fim do socialismo e nem fim da história*, nº 252, p. 14-6.
- FERREIRA, Maria José Vale. *De Gramsci a Paulo Freire*, nº 251, p. 36-8.
- FREI BETTO [CHRISTO, Carlos Alberto Libânio]. *Novos sujeitos históricos*, nº 249, p. 17.
- . *O futuro do Leste Europeu*, nº 252, p. 19.
- . *O socialismo morreu, viva o socialismo*, nº 252, p. 17-20.
- GALEANO, Eduardo. *Cadáveres trocados na política*, nº 252, p. 5-8.
- GARCIA, Paulo Roberto. *Assembléia às claras*, nº 254, p. 43.
- GRUPO INTERNACIONAL DE TRABALHO PARA A ALFABETIZAÇÃO — GITA. *Chamado para a ação*, nº 251, p. 8-9.
- HOLLUNDER, Fernando. "Estou renascendo": entrevista, nº 253, p. 28-9.
- IRALA, Flávio. *Memória e utopia*, nº 249, p. 47-9.
- IULIANELLI, Jorge Afílio Silva. *Qual o tamanho da tromba do elefante*, nº 253, p. 30-1.
- LIBÂNIO, João Batista. *Inverno da Igreja*, nº 249, p. 29-31.
- . *500 anos de evangelização*, nº 254, p. 28-30.
- LIMA, José. *Um quê de sábado em plena quarta-feira*, nº 253, p. 14-5.
- LOPEZ, Ricardo Verastegui. *Peru, entre a vida e a morte*, nº 254, p. 38-9.
- MACIEL, Creuza & TYSON, Brady. *A decadência dos EUA e a crise no Oriente Médio*, nº 254, p. 24-7.
- MAGGIE, Yvonne. *Arregaçando as mangas*, nº 250, p. 17-9.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *Luta pela terra*, nº 253, p. 39.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa de. *Conфессионаlismo e ecumenismo*, nº 253, p. 9-11.
- MERCADANTE OLIVA, Aloízio. *O projeto alternativo de sociedade passa pe-*

la disputa parlamentar: entrevista a Jether Pereira Ramalho, nº 254, p. 16-8.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Termômetro social*, nº 249, p. 26-8.

NOVAES, José Roberto Pereira. *Capitalismo em terra*, nº 249, p. 14-6.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *Teoria e prática*, nº 250, p. 10-3.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Saber popular e saber científico*, nº 249, p. 7-9.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro A. de. *Ensinar aprendendo*, nº 250, p. 5-6.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. *A direita continua no jogo*, nº 249, p. 51.

—. *Redenção do carisma revolucionário*, nº 253, p. 12-3.

OLIVEIRA, Rosângela Soares de. *Operação resgate: sempre mulher*, nº 253, p. 24.

PADRÃO, Luciano Nunes. *A fala do campo*, nº 250, p. 39.

PEREIRA, Mauricio Broinizi. *O desejo do possível*, nº 252, p. 47.

PEREIRA, Nancy Cardoso. *Vem, espírito santo, renova toda a criação!* nº 254, p. 40-2.

PIXLEY, Jorge. *A chegada da Bíblia à América Latina*, nº 253, p. 34-5.

RAINHO, Luís Flávio. *Sindicalismo: enfim, respeitado*, nº 249, p. 10-3.

RAMALHO, Jether Pereira. *Canberra: momento forte de ecumenismo*, nº 254, p. 31-5.

—. *Uma desafiante convocatória mundial*, nº 251, p. 27-32.

RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira. *Aproximação necessária*, nº 250, p. 20-2.

RAMALHO, Luiz Augusto. *Caiu o muro, viva Gorbachov*, nº 249, p. 41-2.

RIOS, Rute M. *Lendo o mundo no plural*, nº 250, p. 23-4.

ROCHA, Selma & DAMASCENO, Alberto. *A educação "collorida"*, nº 251, p. 21-2.

ROMÃO, José Eustáquio. *Sem motivos para festa*, nº 251, p. 5-7.

SADER, Emir. *O voto como direito universal*, nº 254, p. 12-3.

SAENZ, Adolfo Miranda. *Nicarágua: uma eleição sem sabor*, nº 252, p. 43-4.

SANDER, Luís Marcos. *Quem é o clandestino?* nº 254, p. 43.



SANTA ANA, Julio de. *A hora e a vez do popular*, nº 249, p. 35-7.

—. *Impulsos e freios na vida da Igreja: entre a esperança e o realismo*, nº 253, p. 5-8.

SANTAROSA, Vane. *Ler e entender o mundo*, nº 251, p. 39.

SANTILLI, Márcio. *Segundo turno forja oposições fisiológicas*, nº 254, p. 14-5.

SCHILLING, Paulo R. *O colapso econômico da Argentina*, nº 250, p. 34-6.

SCHWANTES, Milton. *Movimento bíblico e pastoral*, nº 253, p. 23-5.

SIQUEIRA, Maria Clara di Pierro. *Um passo à frente*, nº 251, p. 26.

SOARES, Magda Becker. *Alfabetização e escola*, nº 251, p. 13-4.

SOARES, Sebastião A. Gameleira. *Pentecostes: o combate de Deus*, nº 253, p. 36-8.

SOUZA, Herbert de. *É preciso estar atento e forte*, nº 249, p. 5-6.

—. *O nome do socialismo*, nº 252, p. 12-3.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Dimensão libertadora da crise do socialismo*, nº 252, p. 9-11.

SOUZA, Marcelo de Barros. *Uma lamparina na madrugada: a Bíblia, símbolo da caminhada*, nº 253, p. 20-2.

SPOSITO, Marília Pontes. *Gestão democrática*, nº 251, p. 18-20.

TONETO, Bernadete. *Eleitores disparam voto contra o governo e renovam 63% do Congresso*, nº 254, p. 5-9.

TORRES, Rosa Maria. *Lições do Equador*, nº 251, p. 23-5.

TYSON, Brady & MACIEL, Creuza. *A decadência dos EUA e a crise no Oriente Médio*, nº 254, p. 24-7.

VIANNA, Aurélio. *A preocupação dos Calungas*, nº 253, p. 32-3.

VIEIRA, Liszt. *Receita (explosiva) de bolo ambiental*, nº 249, p. 18-20.

WALDMAN, Maurício. *Glasnost é desafiada*, nº 249, p. 42.

—. *O leste europeu passado a limpo*, nº 252, p. 30-1.

—. *Mundo guerreiro*, nº 249, p. 43-6.

ZWETSCH, Roberto E. *“Dos pobres é o reino dos céus”*, nº 251, p. 33-5.

Douglas Mansur



ASSUNTOS

AMÉRICA LATINA

CASTILHO, Carlos. *A trágica herança das ditaduras*, nº 249, p. 38-40.

LOPEZ, Ricardo Verastegui. *Peru, entre a vida e a morte*, nº 254, p. 38-9.

PIXLEY, Jorge. *A chegada da Bíblia à América Latina*, nº 253, p. 34-5.

SAENZ, Adolfo Miranda. *Nicarágua: uma eleição sem sabor*, nº 252, p. 43-4.

SCHILLING, Paulo R. *O colapso econômico da Argentina*, nº 250, p. 34-6.

TORRES, Rosa Maria. *Lições do Equador*, nº 251, p. 23-5.

BÍBLIA

BEOZZO, José Oscar. *1992: ano de penitência e desafios*, nº 254, p. 29.

BOEHLER, Genilma. *Nas questões urbanas, a administração popular*, nº 252, p. 45-6.

CÉSAR, Ely Eser Barreto. *Critério da nova sociedade*, nº 250, p. 37-8.

DREHER, Carlos A. *A Bíblia como referencial de autoridade*, nº 253, p. 18-9.

IRALA, Flávio. *Memória e utopia*, nº 249, p. 47-9.

PEREIRA, Nancy Cardoso. *Vem, espírito santo, renova toda a criação!* nº 254, p. 40-2.

PIXLEY, Jorge. *A chegada da Bíblia à América Latina*, nº 253, p. 34-5.

SCHWANTES, Milton. *Movimento bíblico e pastoral*, nº 253, p. 23-5.

SOARES, Sebastião A. Gameleira. *Pentecostes: o combate de Deus*, nº 253, p. 36-8.

SOUZA, Marcelo de Barros. *Uma lamparina na madrugada: a Bíblia, símbolo da caminhada*, nº 253, p. 20-2.

ZWETSCH, Roberto E. *“Dos pobres é o reino dos céus”*, nº 251, p. 33-5.

CATOLICISMO

SIQUEIRA, Maria Clara di Pierro. *Um passo à frente*, nº 251, p. 26.

LIBÂNIO, João Batista. *Inverno da Igreja*, nº 249, p. 29-31.

CAMPO/MOVIMENTO CAMPONÊS

HOLLUNDER, Fernando. *“Estou renascendo”*: entrevista, nº 253, p. 28-9.

NOVAES, José Roberto Pereira. *Capitalismo em terra*, nº 249, p. 14-6.

CEDI

BITTENCOURT FILHO, José. *Variações da mesma esperança*: Programa de Assessoria à Pastoral, nº 253, p. 26-7.

CONJUNTURA

FREI BETTO [CHRISTO, Carlos Alberto Libânio]. *O futuro do Leste Europeu*, nº 252, p. 19.

—. *O socialismo morreu, viva o socialismo*, nº 252, p. 17-20.

RAMALHO, Luiz Augusto. *Caiu o muro, viva Gorbachóv*, nº 249, p. 41-2.

TYSON, Brady & MACIEL, Creuza. *A decadência dos EUA e a crise no Oriente Médio*, nº 254, p. 24-7.

WALDMAN, Maurício. *Glasnost é desafiada*, nº 249, p. 42.

—. *Mundo guerreiro*, nº 249, p. 43-6.

CONSTITUINTE

CONSTITUINTE deixou muito a desejar, nº 249, p. 9.

CULTURA

BOTAS, Paulo Cesar Loureiro. *É preciso reinventar a utopia*, nº 249, p. 21-2.

DÍVIDA EXTERNA

DAVIDOFF CRUZ, Paulo. *O papel do governo no teatro da negociação da dívida externa*, nº 254, p. 19-22.

ENCONTRO DE BISPOS E PASTORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (II, 04-09/06/90, Kingston, Jamaica). *Dívida externa e narcotráfico*: Declaração de Kingston, nº 253, 8 p., encarte.



ECONOMIA

DANIEL, Celso. *Dois mitos desgastados*, nº 252, p. 24-6.

DAVIDOFF CRUZ, Paulo. *O papel do governo no teatro da negociação da dívida externa*, nº 254, p. 19-22.

LOPEZ, Ricardo Verastegui. *Peru, entre a vida e a morte*, nº 254, p. 38-9.

MACIEL, Creuza & TYSON, Brady. *A decadência dos EUA e a crise no Oriente Médio*, nº 254, p. 24-7.

MERCADANTE OLIVA, Alofzio. *O projeto alternativo de sociedade passa pela disputa parlamentar: entrevista a Jether Pereira Ramalho*, nº 254, p. 16-8.

SCHILLING, Paulo R. *O colapso econômico da Argentina*, nº 250, p. 34-6.

ECUMENISMO

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *Oikoumene: a barca dos amantes*, nº 253, p. 16-7.

CONVOCATÓRIA MUNDIAL SOBRE JUSTIÇA, PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO (05-13/03/1990: Seul, Coréia). *Afirmções: síntese das afirmações sobre Justiça, Paz e Integridade aprovadas em Seul*, nº 251, p. 28.

— *Agora é o momento: mensagem final*, nº 251, p. 32.

— *Ato de compromisso: síntese dos compromissos aprovados*, nº 251, p. 29.

— *Igrejas e movimentos firmam pactos*, nº 251, p. 31.

— *Testemunhos*, nº 251, p. 30.

DÍAS, Zwinglio Mota. *O espírito na vida e história das igrejas*, nº 254, p. 32.

AS GRANDES assembleias do movimento ecumênico, nº 254, p. 33.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa de. *Confessionalismo e ecumenismo*, nº 253, p. 9-11.

RAMALHO, Jether Pereira. *Canberra: momento forte de ecumenismo*, nº 254, p. 31-5.

— *Uma desafiante convocatória mundial*, nº 251, p. 27-32.

SANTA ANA, Julio de. *A hora e a vez do popular*, nº 249, p. 35-7.

EDUCAÇÃO

ALMEIDA, Maria Isabel de. *Nova lei de diretrizes e bases da educação*, nº 254, p. 23.

AYALA, Luci. *Existe vida inteligente na escola pública*, nº 251, p. 15-7.

DAMASCENO, Alberto & ROCHA, Selma. *A educação "collorida"*, nº 251, p. 21-2.

FERRARI, Alceu R. *O analfabeto do ano 2000*, nº 251, p. 10-2.

GRUPO INTERNACIONAL DE TRABALHO PARA A ALFABETIZAÇÃO — GITA. *Chamado para a ação*, nº 251, p. 8-9.

RIOS, Rute M. *Lendo o mundo no plural*, nº 250, p. 23-4.

ROMÃO, José Eustáquio. *Sem motivos para festa*, nº 251, p. 5-7.

SIQUEIRA, Maria Clara di Pierro. *Um passo à frente*, nº 251, p. 26.

SOARES, Magda Becker. *Alfabetização e escola*, nº 251, p. 13-4.

SPOSITO, Marília Pontes. *Gestão democrática*, nº 251, p. 18-20.

TORRES, Rosa Maria. *Lições do Equador*, nº 251, p. 23-5.

HIDRELÉTRICAS

VIANNA, Aurélio. *A preocupação dos Calungas*, nº 253, p. 32-3.

HISTÓRIA

BATISTA, Israel. *Lições do leste*, nº 252, p. 21-3.

FERREIRA, Argemiro. *Nem fim do socialismo e nem fim da história*, nº 252, p. 14-6.

IGREJAS

BEOZZO, José Oscar. 1992: ano de penitência e desafios, nº 254, p. 29.

CONVOCATÓRIA MUNDIAL SOBRE JUSTIÇA, PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO (05-13/03/1990: Seul, Coréia). *Afirmções: síntese das afirmações sobre Justiça, Paz e Integridade aprovadas em Seul*, nº 251, p. 28.

— *Agora é o momento: mensagem final*, nº 251, p. 32.

— *Ato de compromisso: síntese dos compromissos aprovados*, nº 251, p. 29.

— *Igrejas e movimentos firmam pactos*, nº 251, p. 31.

— *Testemunhos*, nº 251, p. 30.

CUNHA, Carlos. *Ouvidos abertos ao clamor do povo*, nº 250, p. 29-33.

DÍAS, Zwinglio Mota. *O espírito na vida e história das igrejas*, nº 254, p. 32.

DUCHROW, Ulrich. *Os pontos fracos do Golias*: entrevista, nº 252, p. 37-9.

ENCONTRO DE BISPOS E PASTORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (II, 04-09/06/90, Kingston, Jamaica). *Dívida externa e narcotráfico*: Declaração de Kingston, nº 253, 8 p., encarte.

AS GRANDES assembleias do movimento ecumênico, nº 254, p. 33.

LIBÂNIO, João Batista. *500 anos de evangelização*, nº 254, p. 28-30.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa de. *Confessionalismo e ecumenismo*, nº 253, p. 9-11.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *Teoria e prática*, nº 250, p. 10-3.

RAMALHO, Jether Pereira. *Canberra*: momento forte de ecumenismo, nº 254, p. 31-5.

— *Uma desafiante convocatória mundial*, nº 251, p. 27-32.

SANTA ANA, Julio de. *A hora e a vez do popular*, nº 249, p. 35-7.

— *Impulsos e freios na vida da Igreja*: entre a esperança e o realismo, nº 253, p. 5-8.

MEIO AMBIENTE

VIEIRA, Liszt. *Receita (explosiva) de bolo ambiental*, nº 249, p. 18-20.

MOVIMENTO OPERARIO E SINDICAL

RAINHO, Luís Flávio. *Sindicalismo*: enfim, respeitado, nº 249, p. 10-3.

RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira. *Aproximação necessária*, nº 250, p. 20-2.

MOVIMENTOS POPULARES E SOCIAIS

ALTEMEYER JUNIOR, Fernando. *Dom Quixote e Sancho Pança*, nº 250, p. 14-6.

FREI BETTO [CHRISTO, Carlos Alberto Libânio]. *Novos sujeitos históricos*, nº 249, p. 17.

MAGGIE, Yvonne. *Arregaçando as mangas*, nº 250, p. 17-9.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Saber popular e saber científico*, nº 249, p. 7-9.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro A. de. *Ensinar aprendendo*, nº 250, p. 5-6.

MULHER

OLIVEIRA, Rosângela Soares de. *Operação resgate*: sempre mulher, nº 253, p. 24.

PASTORAIS

ALTEMEYER JUNIOR, Fernando. *Dom Quixote e Sancho Pança*, nº 250, p. 14-6.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *Oikoumene*: a barca dos amantes, nº 253, p. 16-7.

DREHER, Carlos A. *A Bíblia como referencial de autoridade*, nº 253, p. 18-9.

HOLLUNDER, Fernando. *“Estou renascendo”*: entrevista, nº 253, p. 28-9.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Qual o tamanho da tromba do elefante*, nº 253, p. 30-1.

LIBÂNIO, João Batista. *500 anos de evangelização*, nº 254, p. 28-30.

LIMA, José. *Um quê de sábadomingu em plena quarta-feira*, nº 253, p. 14-5.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa de. *Confessionalismo e ecumenismo*, nº 253, set./out., p. 9-11.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *Teoria e prática*, nº 250, p. 10-3.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Redenção do carisma revolucionário*, nº 253, p. 12-3.

OLIVEIRA, Rosângela Soares de. *Operação resgate*: sempre mulher, nº 253, p. 24.

SANTA ANA, Julio de. *A hora e a vez do popular*, nº 249, p. 35-7.

— *Impulsos e freios na vida da Igreja*: entre a esperança e o realismo, nº 253, p. 5-8.

SCHWANTES, Milton. *Movimento bíblico e pastoral*, nº 253, p. 23-5.

SOUZA, Marcelo de Barros. *Uma lamparina na madrugada*: a Bíblia, símbolo da caminhada, nº 253, p. 20-2.

POLÍTICA

BICUDO, Hélio. *Falsa democracia*, nº 249, p. 7-9.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Evangelicos e poder*, nº 254, p. 10-1.

DAMASCENO, Alberto & ROCHA, Selma. *A educação “collorida”*, nº 251, p. 21-2.

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. *O projeto alternativo de sociedade passa pela disputa parlamentar*: entrevista a Jether Pereira Ramalho, nº 254, p. 16-8.

SADER, Emir. *O voto como direito universal*, nº 254, p. 12-3.

SANTILLI, Márcio. *Segundo turno forja oposições fisiológicas*, nº 254, p. 14-5.

SOUZA, Herbert de. *É preciso estar atento e forte*, nº 249, p. 5-6.

TONETO, Bernadete. *Eleitores disparam voto contra o governo e renovam 63% do Congresso*, nº 254, p. 5-9.

PROTESTANTISMO

BITTENCOURT FILHO, José. *Avanços e tropeções*, nº 249, p. 32-4.

CUNHA, Carlos. *Ouvidos abertos ao clamor do povo*, nº 250, p. 29-33.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Evangelicos e poder*, nº 254, p. 10-1.

SABER CIENTÍFICO

ALTEMEYER JUNIOR, Fernando. *Dom Quixote e Sancho Pança*, nº 250, p. 14-6.

FEIJÓO, José Lopez. *“A tecnologia deve ter função social”*: entrevista, nº 250, p. 25-8.

MAGGIE, Yvonne. *Arregaçando as mangas*, nº 250, p. 17-9.

NOVAES, Regina Célia Reyes. *Teoria e prática*, nº 250, p. 10-3.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Saber popular e saber científico*, nº 249, p. 7-9.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Ensinar aprendendo*, nº 250, p. 5-6.

RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira. *Aproximação necessária*, nº 250, p. 20-2.

RIOS, Rute M. *Lendo o mundo no plural*, nº 250, p. 23-4.

SAÚDE

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Termômetro social*, nº 249, p. 26-8.

SINDICALISMO

FERNANDES, Rubem César. *Solidarnosc pós-socialismo*, nº 252, p. 27-9.

SOCIALISMO

BATISTA, Israel. *Lições do leste*, nº 252, p. 21-3.

BOFF, Leonardo. *Implosão do socialismo e teologia da libertação*, nº 252, p. 32-6.

DANIEL, Celso. *Dois mitos desgastados*, nº 252, p. 24-6.

DUCHROW, Ulrich. *Os pontos fracos do Golias*: entrevista, nº 252, p. 37-9.

FERNANDES, Rubem César. *Solidarnosc pós-socialismo*, nº 252, p. 27-9.

FERREIRA, Argemiro. *Nem fim do socialismo e nem fim da história*, nº 252, p. 14-6.

FREI BETTO [CHRISTO, Carlos Alberto Libânio]. *O futuro do Leste Europeu*, nº 252, p. 19.

—. *O socialismo morreu, viva o socialismo*, nº 252, p. 17-20.

GALEANO, Eduardo. *Cadáveres trocados na política*, nº 252, p. 5-8.

SOUZA, Herbert de. *O nome do socialismo*, nº 252, p. 12-3.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Dimensão libertadora da crise do socialismo*, nº 252, p. 9-11.

WALDMAN, Maurício. *O leste europeu passado a limpo*, nº 252, p. 30-1.

TECNOLOGIA

CARMO, João Clodomiro do. *Riscos do monopólio*, nº 249, p. 23-5.

FEIJÓO, José Lopez. "A tecnologia deve ter função social": entrevista, nº 250, p. 25-8.

TEOLOGIA

ALVES, Rubem. *Conversas ao redor do fogão (I)*, nº 252, p. 40-2.

—. *O relógio*, nº 254, p. 36-7

BOFF, Leonardo. *Implosão do socialismo e teologia da libertação*, nº 252, p. 32-6.

DUCHROW, Ulrich. *Os pontos fracos do Golias*: entrevista, nº 252, p. 37-9.

RESENHAS

BIEHL, João Guilherme. *Clandestino: no cotidiano e na teologia*. Rio de Ja-

neiro, Sinodal/Vozes, 1990. 100 p. nº 254, p. 43.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. nº 251, p. 36.

DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. Petrópolis, Vozes, 1989. 294 p. nº 249, p. 51.

FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985. nº 251, p. 38.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. nº 251, p. 37.

GEEMPA. *Alfabetização em classes populares*. Porto Alegre, Kuarup, 1987. nº 251, p. 38.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. nº 251, p. 36.

HARA, Regina. *Ler, escrever, contar: construção de cartilhas para alfabetização de adultos*. São Paulo, CEDI, 1990. 133 p. nº 251, p. 39.

MOREIRA, Ana Angélica Albano. *O espaço do desenho: a educação do educador*. São Paulo, Loyola, 1984. nº 251, p. 38.

NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo, Ática, 1989. nº 252, p. 47.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez, 1988. nº 251, p. 37.

SINDICALISMO no campo. Rio de Janeiro, CEDI, 1990, 122 p. (cadernos do CEDI, 20). nº 250, p. 39.

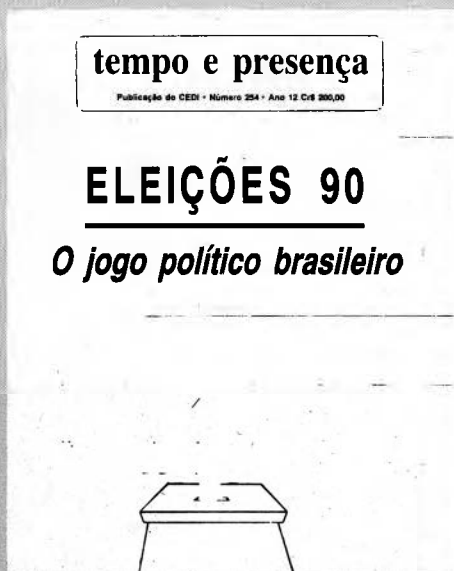
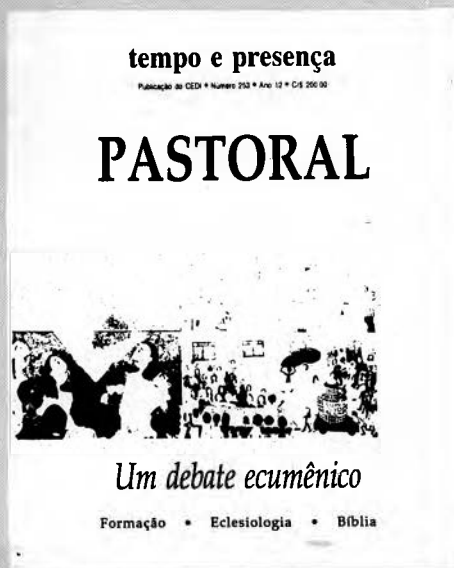
SOARES, Magda B. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo, Ática, 1986. nº 251, p. 37.

TEBEROSKY, Ana. *Psicopedagogia da linguagem escrita e reflexões sobre o ensino da leitura e escrita*. São Paulo, Unicamp/Trajatória Cultural, 1989. nº 251, p. 38.

VEM, *Espírito Santo, renova toda a criação*. São Paulo, CEDI/CMI, 1990. 112 p. nº 254, p. 43.

VIANNA, Aurélio; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa & ESTERCI, Neide. *Terra de trabalho, terra de negócio*. Rio de Janeiro, CEDI, 1990. 55 p. nº 253, p. 39.





Ambas discutem o contexto de onde vem esses enfoques, as sociedades individualistas e egoístas do Ocidente. Reduzir os direitos à esfera da reprodução é, para Farida, de novo ver a mulher só como reprodutora. Maria Mies dissecou o discurso neo-liberal e a sua utilização estratégica para mais uma vez, com outras palavras, subjugar a mulher.

Outros argumentos têm sido introduzidos recentemente na cantilena controlista. Aproveitando o crescimento da consciência ecológica, vêm agora nos dizer que o planeta não comporta tanta gente. Não se discute, evidentemente, o modelo de produção e consumo, se esquece que o desperdício das sociedades industrializadas, a fome interminável de crescimento, o mito do progresso é que são responsáveis pelo esgotamento e depredação dos recursos naturais. Os países dominantes, com menos de 1/4 da população mundial, consomem e controlam 4/5 dos recursos. Um cidadão dos EUA consome 140 vezes mais que um habitante do Bangladesh ou do Quênia e 280 vezes mais que um nepalês ou um haitiano.

Não contentes em utilizar com má fé a desculpa “ecológica”, têm trabalhado ativamente para cooptar mulheres do movimento feminista, que já vêm assumindo publicamente suas ligações com a ideologia eugenista em publicações como a revista da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe. No número de julho-agosto-setembro de 1990, Marge Berer defende a implantação de uma política de população feminista.

No Brasil, oferece-se, via EUA, a Bemfam às feministas. Depois de décadas de denúncia e sistemática oposição às práticas lesivas da Bemfam, tal proposta é um insulto.

As exigências do movimento de mulheres, comprometido com a autonomia e a saúde da população, foram debatidas e incorporadas no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde,

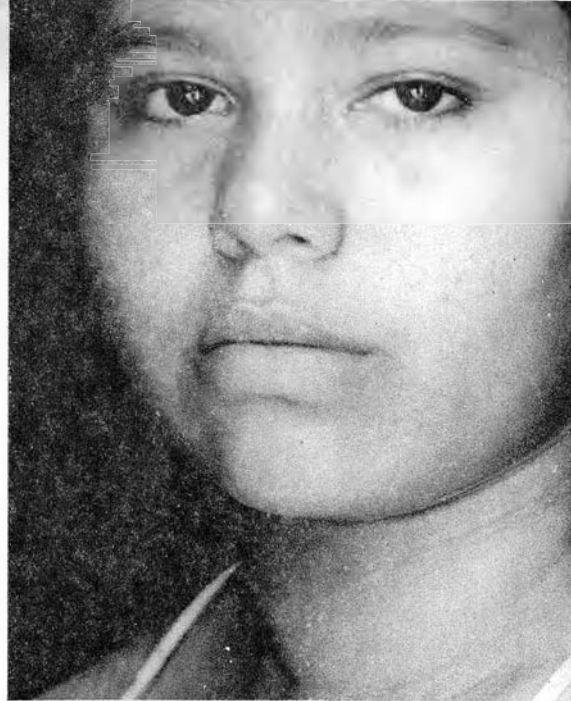
em 1984. Se a implantação das propostas, muito corretas no papel, não chegou à rede de serviços, é porque não existe prioridade de atenção às necessidades das mulheres. Tentar resolver o problema da contracepção fora dos serviços de saúde, em programas isolados de controle de população, é retroceder anos de lutas e mais uma vez jogar no lixo importantes progressos. De assistência integral passou-se a defender a “qualidade de atenção dos programas de controle populacional”, como se tal coisa fosse possível.

Em tempos de embaralhamento de conceitos e palavras, querem nos fazer engolir acrílicas pílulas como “o fim da história” e nos vender o fim das ideologias juntamente com os caquinhos empacotados do muro de Berlim. Não seremos nós, as viúvas desse mundo caduco, como o poeta não foi o seu cantor.

Mistérios do desejo — O corpo humano tem dois lados, como vêm de nosso pai e de nossa mãe os nossos tão cobiçados cromossomos. A divisão dos indivíduos começou há mais tempo que as idéias de Descartes. O falso antagonismo entre cultura e natureza, corpo e mente, direito e esquerdo foi criado por uma maneira de pensar, ver e estar no mundo, que só vai ser superada se ampliarmos nossa visão, se mudarmos nossa maneira de ser e estar.

Essa mudança não é fácil, como não é fácil a construção diária da vida. A inclinação atual de entregar todas as soluções à tecnologia e às normas “científicas” tende a aumentar a separação que existe entre homens e mulheres, humanos e natureza, e a nos exilar de nós mesmos.

A procriação, acho eu, é um fenômeno que nunca compreenderemos totalmente. Por isso, usar palavras como controle, programa, projeto é, no fim das contas, ilusório. Se fosse uma questão unicamente de acesso a informações e métodos, as mulheres que se “especializaram” na teo-



João Roberto Ripper/Imagens da Terra

*Nem sempre a gravidez é indesejada.
E poucos especialistas pensam
em assegurar o direito a ter filhos*

ria e prática dos “Direitos da Reprodução” não abortariam tanto. Os mistérios do desejo dão risada das convenções sociais. Aceitá-los também faz parte do conhecimento. Ampliar o que podemos saber talvez ajude a diminuir tanto sofrimento pelo qual passam as mulheres, nesse mundo que não gosta de curvas, dos desajeitados e dos retorcidos. Tarefa difícil para nossa cultura telegráfica, esquecida dos ritos, dos ciclos, das festas e seus gozos.

Os artigos a que me referi acham-se à disposição na Redeh — Rede de Defesa da Espécie Humana. Escreva se quiser cópias, assim como informações sobre o desenvolvimento da biotecnologia, a engenharia genética e as novas técnicas de artificialização da procriação.

O endereço é: Rua Barão do Flamengo, 22 sala 304, cep 22210, Rio de Janeiro, RJ.

Ana Regina Gomes dos Reis é médica, trabalhou com política de saúde, implantação de rede básica de serviços de saúde. Ex-Diretora da Divisão Técnica de Informação do Ministério da Saúde, participou do grupo responsável pela Paism. Atualmente é pesquisadora independente e coordenadora técnica da Rede de Defesa da Espécie Humana.

SUELY CARVALHO E DJANIRA RIBEIRO

'NASCER DE FORMA MAIS HUMANIZADA'

O parto sempre foi o momento em que a mulher, com o auxílio de uma parteira, entrava em total harmonia com a natureza. Tudo muito simples. Com a institucionalização do saber médico e do progresso científico, foram criadas novas normas sobre o corpo feminino, uma forma de controle dos desejos e do poder de decisão da mulher sobre a sua vida, envolvendo de maneira particular a maternidade. Dentro dessa realidade, o conhecimento empírico das parteiras foi marginalizado e hoje elas estão desaparecendo de cena. Mas há tentativas de resistência, como as das parteiras de Pernambuco. Nesta entrevista, a paranaense Suely Carvalho, profissional há quinze anos, conta porque abriu mão do trabalho em hospitais para tornar-se agente de saúde comunitária, atuando basicamente no interior e na região metropolitana do Recife. E Djanira Ribeiro, integrante do grupo Curumim Geração e Parto, fala da organização não-governamental que há dois anos trabalha no sentido de entender as relações inerentes à maternidade e, conseqüentemente, resgatar a emoção da hora da chegada de uma nova vida

Entrevista a Márcia Larangeira/SOS Corpo

TP — *Existem estatísticas recentes sobre a incidência de partos hospitalares e domiciliares no Nordeste? E destes, quantos são feitos por parteiras?*

Djanira — A gente sabe que existe uma incidência muito grande de parto hospitalar não apenas no Nordeste, mas no Brasil como um todo. Nos últimos anos também caiu muito a incidência de parto domiciliar na zona rural. Ao mesmo tempo, estima-se que, atualmente, 99% dos partos realizados em hospitais da rede pública de saúde sejam feitos por parteiras. Prá se ter uma idéia, no final do ano passado fizemos um encontro com 30 parteiras — basicamente todas do interior do Estado — que atendem nas cidades e na zona rural, sendo poucas as que fazem partos em casa. Elas atendem naqueles hospitais pequenos com um raio de ação bastante grande no interior. Dizem que não gostam do parto domiciliar porque se sentem inseguras.

Eu acho que há um quadro de desestímulo à ação dessas parteiras.

TP — *A que você atribui esse desestímulo?*

Djanira — A uma série de fatores. Em primeiro lugar, institucionalização da medicina de lucro. E, por incrível que pareça, este alia-se, a meu ver, a uma relativa consciência das mulheres de que o parto — bem entendido nestas condições de miséria em que elas vivem — contém o fator de risco e, neste contexto, torna-se mais seguro para elas ir para o hospital. Entre as mulheres de baixa renda da região metropolitana do Recife, por exemplo, o parto em casa está diretamente relacionado à falta de instrução e de poder aquisitivo. Em outras palavras, é sinônimo de barbárie e subdesenvolvimento. Então, dar a luz no hospital representa que o cuidado que elas desejam obterão por uns dias. E isso é muito importante para mulheres que são super carentes, sobretudo de afetividade. O fato é que, teoricamente, terão um médico e um sistema que vai olhar por elas.

TP — *Mesmo que elas saibam que as condições de saúde no sistema público são deficientes?*

Djanira — Mesmo assim, devido a uma carência que gera uma expectativa. Cito um exemplo: estima-se que 95% dos partos podem acontecer absolutamente sem nenhum atendimento. É um índice muito alto! Isto significa que muitas mulheres que se encontram em trabalho de parto num hospital poderiam até conceber sozinhas, mas elas exigem ter alguém por perto, o que é reforçado pelo descrédito na rede hospitalar. Por fim, a ausência de parteiras bem preparadas e a forma como a profissão vem se extinguindo torna o quadro complicado.

TP — *Suely, o que leva as parteiras a sair de cena?*

Suely — A minha ligação maior, hoje, é com parteiras leigas que atuam no interior. Então, percebo que, para elas, o trabalho é extremamente penoso, por que são idosas e carentes. Para atender uma mulher, devem percorrer longas distâncias a pé, a cavalo ou de carona. No final o “pagamento” que recebem são uns trocados ou alimentos: uma galinha, um saco de feijão. Isto quando são pagas.

TP — *O que mantém um caráter doméstico da relação parteira/parturiente.*

Suely — Como a profissão não é reconhecida, automaticamente não é remunerada. E aí existe o repasse

do saber. Quem vai se interessar em trabalhar dessa forma? Outra consequência grave dessa relação é a grande mistificação do ofício. Muitas delas acreditam que nasceram com o dom da profissão. Daí, pergunta-se: “E como a gente sabe que nasceu com esse dom?”. Essa incerteza, aliada ao sacrifício, faz muita gente reconhecer que não tem dom para a profissão. É preciso acabar de uma vez por todas com esta mistificação.

TP — Saindo do espaço domiciliar, nós vamos encontrar as parteiras nos hospitais. E nestas instituições, que tipo de dificuldades são enfrentadas?

Djanira — Elas são contratadas pelos hospitais, mas o próprio Inamps já extinguiu a denominação de parteira do seu quadro de profissionais. E o Estado está em vias de seguir o mesmo caminho, mais pela prática.

Suely — Aí entra uma questão legal. Se a profissão não existe juridicamente, como a instituição vai assinar a carteira de uma parteira sem que ela tenha amparo na lei? Resultado: elas vão receber um salário de auxiliar de enfermagem para fazer, praticamente, todos os partos normais, enquanto o médico é quem recebe pagamento por esses partos. Agora, se houver alguma complicação, algum óbito, por exemplo, quem responde perante a lei é a parteira, isto é uma forma de a instituição tentar se eximir da responsabilidade — razão para tentarmos que a profissão seja regulamentada no Brasil.

TP — Como está se encaminhando esse processo?

Suely — Diante desta triste realidade, a única forma viável seria a regulamentação da parteira como agente de saúde comunitária. Os agentes estão organizados em todo o país. E são eles que fazem um trabalho de prevenção às doenças em comunidades carentes, inclusive o acompanhamento da gestação até que as mulheres sejam encaminhadas para os hospitais. Quando há uma parteira nesse meio, ela faz um ou outro parto em casa.

Em maio do ano passado, representantes de agentes de saúde e de parteiras de todo o Brasil, começaram a discutir e partiram para elaborar um anteprojeto de regulamentação da profissão de agente comunitário. Nós sugerimos que dentro dessa categoria fosse incluída a função de parteira. Esse anteprojeto foi aprovado em assembleia durante o congresso nacional dos profissionais, realizado em fins do ano passado, no Paraná. O próximo passo será encaminhá-lo à Câmara dos Deputados, em Brasília, para que seja votado ainda no segundo semestre deste ano.

TP — Isso não traz o risco de limitar as funções da parteira?

Suely — Eu entendo essa preocupação, mas depois de aprovado, ele será rediscutido em todo o país, para

A profissão de parteira não é reconhecida. Automaticamente, não é remunerada. Quem vai se interessar em trabalhar dessa forma?

aprovação dos critérios para enquadramento das parteiras e dos agentes. O que importa, num primeiro momento, é a segurança dos profissionais nas instituições. Vamos supor que, para ser parteira, seja necessário o curso de auxiliar de enfermagem. Se este aprendizado não informa sobre questões de anatomia — onde você pode suturar, por exemplo — ela vai aprender isto empiricamente, certo? Se ela não possui o conhecimento técnico, pode se negar a fazer determinados procedimentos. Pode, inclusive, escolher que partos conduzirá de acordo com as possibilidades de que dispõe, para não correr o risco de se comprometer com um possível acidente.

TP — Este conhecimento da parteira permite que ela faça o acompanhamento pré-natal, sem que a gestante precise recorrer a um médico?

Djanira — Eu acho que dá pra fazer um acompanhamento, mas tecnicamente ele é bastante discutível, devido ao estado já patológico das mulheres brasileiras. Há um estudo na Inglaterra que conclui o seguinte: quanto maior o número de consultas pré-natal, maior a probabilidade de ocorrer problemas no parto.

TP — A que se atribui isso?

Djanira — À patologização, à medicalização do parto. Mas este, assim como a gravidez, não é doença. Ambos pertencem à esfera da vida amorosa e da sexualidade das pessoas. No Brasil, onde as mulheres são doentes por carência, fome, stress etc., eu me pergunto, será que a avaliação das parteiras é suficiente?

Essa questão técnica me preocupa porque eu acho que as parteiras são fundamentais para a devolução do parto às mulheres. Eu não acredito que a mulher possa assumir o controle do parto, se ele está nas mãos do poder médico. Por outra parte, é justamente essa limitação técnica que permitirá a eliminação das parteiras. Elas têm um saber acumulado empiricamente, transmitido de uma para outra, mas que não é sacralizado pelo poder médico. A não ser na prática, quando eles vão dormir e entregam o parto a elas. E essa desvalorização da classe também se dá porque elas não

O parto, assim como a gravidez, não é doença. Ambos pertencem à esfera da vida amorosa e da sexualidade do ser humano

sabem falar do que fazem. Por isso o Curumim se preocupa com a formação de novas parteiras que se fundamentem num saber técnico que permita a elas se defenderem e — por que não? — ganhar estatuto igual ao dos médicos.

TP — Há resistência das mulheres em serem atendidas pelas parteiras. Existe preconceito?

Suely — Não sei se é preconceito. Acontece que a mulher pensa ser menor o risco de alguma complicação quando se encaminha para o médico. Mas, se é verdade que ela chama por esse médico na hora das contrações, também verificamos que depois de fazer um parto com parteira, no segundo a parturiente vai preferir que esta esteja ao seu lado.

Djanira — A gente vê de tudo: a mulher dá escândalo, xinga a parteira. Esta ameaça: “Se você não parar de gritar, chamo o médico”. A outra se cala. Eu acho que, basicamente, ela não é dona do parto, do corpo, do bebê.

TP — Esta relação muda quando se trata de parturientes de nível social mais alto?

Djanira — No geral, não. Mas entre estas, o índice de cesarianas é muito maior, se revelando como expres-

são máxima do poder médico e deixando bem clara a condição de submissão da mulher.

Suely — O que mais nos choca é perceber que a mulher entregou, ou lhe foi tomado, o comando de seu corpo no período da maternidade. Ela transferiu a sua responsabilidade para as mãos do poder técnico formado em sua grande maioria por homens.

Djanira — Ela pensa que se entregou para o poder da equipe, quando no fundo, ficou em mãos do poder econômico.

TP — Refazendo o caminho inverso, como é a relação das parteiras com a gestante e, por extensão, com o ato da concepção? Apesar do quadro caótico, o que faz com que as mulheres sejam parteiras?

Djanira — Eu reconheço que a profissão deve ser desmistificada, mas alguma coisa acontece na vida dessas mulheres para que elas tenham a coragem de se aventurar no parto, deixando de lado todo e qualquer conhecimento técnico. Elas se revelam orgulhosas — isto é uma mística que anima a vida das parteiras. As motivações são da ordem do mágico e, ao mesmo tempo, há uma curiosidade pela vida, isto foi revelado no seminário realizado no ano passado. Nesse encontro, fizemos também um questionamento que não estava planejado: as parteiras gostam de parir? Odeiam! A maioria das entrevistadas, inclusive, têm as trompas ligadas.

Suely — Enveredando pela sexualidade das parteiras, as da rede hospitalar chegam a um ponto de rejeição tão grande de seu próprio sexo que não suportam, depois de algum tempo, sentir cheiro de mulher ou ver mais uma vagina, por exemplo. Isto porque é muito interessante o número de partos e os diferentes tipos de reações que se deve encarar: uma ri, outra chora, a terceira grita, enquanto tem outra parindo no corredor. E você não se envolve, emocionalmente, para agüentar o tranco.

Em cinco anos de trabalho em hospital, só eu fiz cerca de 5 mil partos! Só que eu me emocionava com cada um, imaginando como seria a vida de cada uma daquelas mulheres — se tinham dificuldades com a sexualidade, ou de ordem afetiva, mas não havia tempo para conversas. Aí eu só fico imaginando como ficam as parteiras depois de 10, 20 anos de profissão. Depois desse tempo, eu senti medo de perder a emoção e sai da vida hospitalar.

Djanira — E hoje a gente alimenta um sonho de fazer uma casa de parto que seja organizada por mulheres, dirigidas por elas e que realmente sirva à elas. Onde a gente só contasse com parteira, como a Suely. Imagine quanta emoção nessa casa de parto... Nascer da forma mais humanizada possível. Acho que tá na hora de começar a botar energia aí.

Durante a maternidade, a mulher entrega o comando de seu corpo para os médicos.

No fundo, ficou nas mãos do poder econômico

A VIDA PODE TRAZER MORTE

No Brasil, o ato de gerar a vida pode trazer a morte. Estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam uma taxa de 250 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos, uma cifra 25 vezes maior que a do Canadá. De acordo com o Ministério da Saúde, no estado de São Paulo 2,5% do total de mortes de mulheres entre 15 e 49 anos são devidos a problemas de gravidez, parto ou puerpério, apesar de 99% dos nascimentos serem assistidos de alguma forma.

Contudo, estudos da própria OMS concluíram que entre 88% e 98% das mortes maternas poderiam ter sido evitados com atendimento adequado. Um dos exemplos é o alto coeficiente de partos cesárea (45%) feitos no Brasil, em detrimento dos partos normais. A cirurgia é fonte de lucro de hospitais e traz consigo um risco 12 vezes maior de morte materna, de 7 a 20 vezes maior de morbidade, maior permanência hospitalar, maior período de convalescença e alterações psico-afetivas. Para o bebê, há maior proporção de asfixia ao nascer, transtornos respiratórios e prematuridade iatrogênica.

ESTERILIZAÇÃO SOLUÇÃO PARA A POBREZA

Esterilizar mulheres e evitar o nascimento de crianças pobres. E a ideologia dos programas de controle populacional acabou vingando no país

Fátima Vianna Mello

As mulheres brasileiras estão adotando amplamente a esterilização como método contraceptivo. Este fenômeno indica que o Brasil parece ter encontrado uma “solução” para a sua gravíssima crise:

evitando o nascimento de crianças pobres, cria-se a ilusão de que nossos problemas estruturais estarão resolvidos.

Há que se estabelecer como foi construída esta “solução” do controle populacional no país. Em 1950, a maioria esmagadora da população brasileira vivia no campo, onde a existência de famílias com muitos filhos tinha um significado positivo do ponto de vista cultural e do trabalho: um grande número de filhos “enchia e alegrava a casa” e garantia mais braços para o trabalho da roça. Ao longo dos últimos 40 anos, a população foi expulsa de forma maciça do campo para as cidades, empurrada por um modelo de desenvolvi-

mento que centrou seu eixo na industrialização combinada com a internacionalização da economia e a concentração da renda. Para realizar a acumulação, era necessário criar um “excesso” populacional nas cidades, que garantisse um custo baixíssimo de mão de obra. Esta urbanização acelerada não modificou apenas a localização geográfica da população brasileira; mexeu sobretudo com toda a concepção social e cultural de família.

As crianças que hoje vivem nas ruas das metrópoles brasileiras são fruto da dinâmica perversa e excludente deste modelo de desenvolvimento. Para resolver as graves desigualdades geradas por este processo, está se escolhendo o caminho mais

Enio Brauns



Para manter o sistema concentrador de renda, é preciso controlar o crescimento populacional. As mulheres é oferecida a saída da esterilização

Para controlar a natureza do corpo feminino, a esterilização é usada de forma massiva no Brasil

curto, injusto e equivocado, que é o de evitar que o “problema” apareça, impedindo que as crianças nasçam.

As estatísticas sobre a esterilização feminina no Brasil revelam que esta ideologia do controle populacional vingou no país. E vingou por vários motivos.

Os que querem controlar o corpo feminino partem do mesmo princípio dos que desejam controlar toda a natureza. A natureza tem seus ciclos, suas imprevisibilidades e é isso que a faz cheia de encantos e diversidade. É isto que tira o sono dos racionalistas e cartesianos: como pode haver no planeta algo que fuja a

suas fórmulas e ao seu domínio? Como pode a fertilidade da natureza ficar a mercê do clima, da lua, das marés? E como pode o corpo feminino ser controlado pura e simplesmente pelo desejo, pelo prazer e pela decisão autônoma da mulher? Para controlar a natureza do corpo feminino — e não para dar à mulher autonomia e cidadania — a esterilização está sendo utilizada de forma massiva no Brasil.

Argumenta-se que a esterilização é um método eficaz. Mas o raciocínio da eficácia tem sido utilizado, por exemplo, na aplicação de tecnologias agrícolas de combate às pragas: estas tecnologias podem ser capazes de salvar momentaneamente uma safra, mas os danos que produzem ao solo e ao meio ambiente são muito mais graves do que os benefícios imediatos. Da mesma for-

ma, a esterilização pode estar “solucionando” momentaneamente o problema de milhões de mulheres que não estão podendo ou querendo ter filhos. O que pode significar para o futuro, porém, uma população feminina estéril.

Do ponto de vista ecológico, a esterilização feminina, da forma como vem se realizando no Brasil, é extremamente violenta. Não dá para concordar, nem ao menos entender, como alguns ecologistas podem falar que para defender o meio ambiente é necessário controlar a natalidade. O argumento do “excesso” populacional no Brasil é uma armadilha ideológica que nos deixa na superfície do problema, enquanto o centro da questão permanece intocado: um modelo que concentra a propriedade da terra nas mãos de pouquíssimos latifundiários, cria uma estrutura industrial gigante e altamente monopolizada, exclui a maioria da população do acesso aos direitos básicos, criando um Brasil sem democracia, sem cidadania, ecologicamente irresponsável e socialmente injusto.

Ademais, o problema é encarado de forma invertida: ao invés da sociedade exigir que o Estado realize sua tarefa de implementar uma efetiva política de saúde — que seja democrática e que, portanto, seja concebida a partir dos desejos e necessidades dos cidadãos — a população acaba criando estratégias para conseguir sobreviver à ausência das políticas públicas. A omissão por parte do governo em relação aos direitos da reprodução humana é tão grave que recentemente o ministro da saúde do governo Collor, Alcení Guerra, declarou à imprensa que ficou “espantado” com os altos índices de esterilização no país e com a atuação de entidades internacionais de controle de natalidade (*Jornal do Brasil*, 15/07/90). Ou seja, o ministro assumiu sua pasta sem saber — e, portanto, sem ter uma política definida — que cerca de 7 milhões de mulheres brasileiras têm suas trompas liga-

COMO A BRASILEIRA EVITA FILHOS



Em 1986, uma pesquisa entre mulheres de 15 a 54 anos, usuárias de contraceptivos, mostrou que o método mais utilizado no Brasil é a esterilização, seguida da pílula anticoncepcional. Os chamados métodos naturais, juntos, não ultrapassam 12%, contra um índice de 61% verificado entre as mulheres do Primeiro Mundo.

Método	%
Esterilização	44,4
Pílula	41,0
Vasectomia	0,9
DIU	1,5
Camisinha	1,8
Interrupção do coito	2,5
Tabela	6,2
Outros	1,7
Total	100,0

Fonte: IBGE, PNAD 1986, Dados Preliminares

das, apesar da legislação e do código brasileiro de ética médica condenarem a ligadura de trompas, salvo em algumas situações muito especiais. Será que o ministro da Saúde também não prestou atenção às inúmeras denúncias, veiculadas pelos principais jornais do país e ditas incansavelmente pelo movimento feminista, de empresas que exigem atestados de esterilização para admissão no emprego, só para não terem que dar os 120 dias de licença-maternidade conquistados a duríssimas penas na Constituição de 1988?

A ausência de políticas públicas de saúde deixa as portas abertas para a ação de organismos privados internacionais de controle populacional, como é o caso da Bemfam e do CPAIMC, as duas mais poderosas agências atuando no país com financiamento internacional para o "planejamento familiar". Basta verificar que dois terços das mulheres brasileiras esterilizadas realizaram suas cirurgias em clínicas particulares. Se considerarmos, no entanto, que o Brasil é um país paupérrimo, onde a maioria das mulheres mal tem o que comer, teremos fortíssimos indícios de que este "serviço" está sendo oferecido a preços irrisórios ou até mesmo gratuitamente. É triste constatar que no nosso país seja permitida a atuação de organismos controlistas internacionais, que não discutem com a sociedade as suas necessidades reais e sobre os quais não é possível exercer nenhum tipo de controle social.

A omissão governamental também acaba por viabilizar a ação legal no setor público. Os hospitais da rede pública de saúde são um palco também freqüente de realização de ligaduras de trompas — apesar da não legalização da esterilização no Brasil — feitas geralmente durante cesarianas e sem nenhum critério quanto à idade da mulher, necessidade real ou inviabilidade efetiva de outras alternativas contraceptivas. Isto explica, inclusive, porque o índice

de cesarianas no Brasil é um dos mais altos do mundo.

A esterilização feminina tem sido realizada de forma tão ampla e indiscriminada que, em épocas de campanha eleitoral, chega-se ao absurdo de trocar votos por operações de ligadura de trompas. Em recente reportagem sobre a campanha para governador no estado do Amazonas o Jornal do Brasil afirmou: "No vale-tudo da disputa dos votos, inclui-se até presentear mulheres com uma operação de ligação de trompas na maternidade Ana Néri, de Manaus. (...) Um detalhe: a maternidade, que Mestrinho (candidato a governador deste estado) inaugurou no seu primeiro governo com o nome de sua mãe, e os governos pós 64 rebatizaram, encontra-se interditada por falta de condições físicas".

Diante de uma demanda tão freqüente e de índices de esterilização tão altos a impressão que fica é que as mulheres estão optando pela eliminação definitiva de sua fertilidade. Mas, será que existe a possibilidade real de opção face à total ausência de alternativas? Como optar se não existe acesso à informação e a outros métodos contraceptivos para quem não deseja ter filhos? E quem quer tê-los acaba correndo sério risco de vida, resultado das péssimas condições de atendimento à gestação, parto e pós-parto: "Meu problema atual é de estar com um buraco na vagina por onde passam as fezes. Foi consequência do atendimento que tive no meu quinto parto, na Casa de Saúde Jardim Primavera" (a denúncia consta do "Dossiê Caxias — Maternidades maltratando mulheres e bebês causam até mortes", da Comissão Especial dos Direitos da Reprodução da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, de 1986). Para agravar ainda mais o quadro, o Brasil apresenta taxas elevadíssimas de abortos, feitos na clandestinidade, expondo as mulheres a situações de extremo perigo de vida. Chega

Em época de campanhas eleitorais chega-se a trocar votos por operações de ligadura de trompas

a ser grotesca a forma como se trata, no Brasil, uma questão tão importante como é o aborto: diante da (óbvia) condenação por parte de toda poderosa Igreja Católica, prefere-se adotar a postura hipócrita de não se discutir o assunto e deixar prevalecer a lei que criminaliza (salvo em comprovadas situações de gestações com risco de vida ou decorrentes de estupros) a mulher que interrompe uma gravidez.

Esta situação dramática já foi diagnosticada há anos pelo movimento feminista do país, que conseguiu ver suas demandas por uma efetiva política de saúde traduzidas num programa de ação governamental — "Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher" — que existe desde 1984 mas, infelizmente, nunca saiu do papel. Tendo incorporado uma série de conceitos feministas, a implantação deste programa requer uma ampla mudança na forma de se encarar a saúde, fortalecendo a sociedade e concebendo a mulher como cidadã detentora do direito de decidir com autonomia sobre a regulação de sua fertilidade.

Toda esta omissão e, ao mesmo tempo, autoritarismo no trato com a saúde da mulher e de toda a sociedade faz com que uma aparentemente antiga reivindicação feminista seja revisitada com nova força: as mulheres brasileiras devem ter o direito de viver sua sexualidade sem ter que necessariamente gerar filhos de forma quase contínua, mas o direito e o prazer de gestar, parir e criar filhos sadios também deve ser plenamente assegurado.

Fátima Vianna Mello é pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e membro do Coletivo Feminista Folha de Eva.

ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA

Cresceu no país o mito da mulher sem filhos, justificando o controle da natalidade. Para isso foi usada a política de esterilização, em especial entre o segmento mais espoliado da nação

Jurema Pinto Werneck

Conquista do movimento de mulheres de todo o mundo a partir da construção do que passou a se chamar “política do corpo”, o direito de decidir, a auto-determinação pela mulher em relação a ter ou não ter filhos e quantos, está presente também no Brasil, através de discursos, reflexões e da ação das mulheres de diferentes camadas sociais. Controlar nossos próprios corpos (e vidas) tem sido a mola mes-

Carlos Carvalho

tra a partir da qual, nós, mulheres, construímos, passo a passo, nossa cidadania.

A partir daí, a fecundidade tem ocupado lugar privilegiado nas discussões, notadamente ao que se refere à sua regulação.

Ao observarmos a história do Brasil, percebemos uma longa tradição de multiparidade, ou seja, muitos filhos, desde a colônia até décadas recentes.

Da década de 70 para cá, no entanto, temos um corte. Repentinamente a fecundidade decresce, de forma abrupta e veloz. À mesma época, ou um pouco antes, intensifica-se no país a ação de entidades de controle da natalidade, a partir de políticas neo-maltusianas, ditadas por grandes potências do capitalismo mundial através de organismos como Fundação Rockefeller, Usaid, Fundação Pathfinder e outros.

Por outro lado, no interior do movimento feminista começam a repercutir informações e reflexões do movimento feminista internacional acerca das políticas do corpo e do direito a auto-regulação da fecundidade.

Pílulas, aborto etc. são colocados na ordem do dia e a década de 80 inaugura um novo aspecto para o movimento feminista brasileiro. O fim da ditadura militar, o movimento pró-diretas e as diversas ações no sentido de redemocratização brasileira são faces de uma sociedade que se transforma. O movimento feminista organizado e participativo define-se e um dos setores se institucionaliza. Há a criação de Delegacias da Mulher e dos Conselhos dos Direitos da Mulher. Surge o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism) trazendo entre seus itens o livre acesso a métodos anticoncepcionais no interior das uni-



A ESTERILIZAÇÃO VISTA PELA LEI

dades públicas de saúde, programa institucionalizado em 1986. Tem início a formação de lobbies na Assembléia Constituinte e o direito ao planejamento familiar é incluído na nova Constituição. Ponto para nós, mulheres.

No entanto, há que se ver nas entrelinhas destas ações uma definição antinatalista, talvez decorrente da apropriação, por parte dos controlistas, do nosso discurso em favor da autonomia reprodutiva e, a partir daí, manipulando-o e transformando-o em anticoncepção pura e simples, talvez por inspiração dos movimentos feministas do Primeiro Mundo, com suas reivindicações de anticoncepção — ainda que no Brasil bandeiras por melhores condições de saúde, por creches, por licença-maternidade e outras foram levantadas e algumas tenham saído vitoriosas ou talvez apenas em decorrência do processo de modernização da nossa sociedade.

De qualquer modo, uma breve panorâmica sobre a sociedade brasileira revela uma clara definição no sentido da contracepção, com a difusão do “mito da mulher sem filhos”, inicialmente nas classes dominantes e, a partir destas, atingindo também as classes desfavorecidas.

Política que decide controlar ou diminuir o número de nascimentos numa população, o controle da natalidade é uma realidade no Brasil e os dados sobre a situação atual da fecundidade atestam essa afirmação.

O aborto é ainda ilegal, mas mesmo assim o país possui a incrível estimativa de mais de sete abortos realizados a cada minuto, tendo entre suas conseqüências a terrível estatística de 50 a 80 mil mulheres morrendo e cerca de 400 mil com seqüelas por ano.

A pílula anticoncepcional completa 30 anos e no Brasil tem sido o principal método utilizado, com 41% entre mulheres usuárias de anticoncepção, com idade entre 15 e 54 anos, perdendo apenas para a esterili-

A Constituição federal, promulgada a 5 de outubro de 1988, garante que o planejamento familiar é “livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições privadas e oficiais”.

Segundo o Código Penal — que já tem vinte anos de vigência — a esterilização é considerada lesão corporal de natureza grave, com pena de reclusão variando de dois a oito anos. Com isso, a

zação feminina. Usada de forma perigosa, já que na ausência de orientação e supervisão de profissionais de saúde, na maioria dos casos, a pílula é responsável por um número ainda desconhecido de mortes, de esterilidade, de alterações hormonais e outras, numa grande quantidade de mulheres.

Cerca de vinte milhões de mulheres estão esterilizadas no Brasil, ainda que por lei esta só seja permitida em casos específicos, onde a gravidez coloca sob risco a vida da mulher (os dados são extra-oficiais; segundo o IBGE, há mais de 10 milhões de mulheres, correspondendo a 49% das usuárias de alguma forma de anticoncepção, com idade entre 15 e 54 anos). Neste contingente, há um número inestimado de mulheres arrependidas e sem acesso à cirurgia de reversão da esterilidade. Há um número também inestimado de mulheres com alterações menstruais, infecções pélvicas, alterações de peso corporal, de desejo sexual, de relacionamento com parceiro e mesmo há aquelas que morreram em decorrência da intervenção cirúrgica.

A partir destes dados, cabe indagar qual o significado que a anticoncepção tem assumido para a maioria da população feminina brasileira. Ainda que se argumente, com justa

operação só poderá ser feita sob rigorosa indicação médica, naqueles casos em que a gravidez representa um risco de vida para a mulher.

O Código de Ética Médica proíbe ao médico realizar este tipo de cirurgia nas mulheres que não apresentem graves problemas de saúde.



razão, que tal direito vem sendo sistematicamente distorcido, qual tem sido a orientação do movimento popular neste sentido? Por que razão o movimento popular pouco discute os aspectos relativos à natalidade?

Já se delinea, para o país jovem que somos, um futuro idoso e certamente desassistido — com a queda da fecundidade a população brasileira envelhece.

Ao observarmos que a maioria da população brasileira é negra e mestiça, situação que se repete em relação ao segmento feminino, em que medida o “mito da mulher sem filhos” tem servido a políticas racistas, voltadas para o embranquecimento da população, somando-se a outras estratégias que produzem o genocídio do povo negro? Cabe indagar, também, em que medida o movimento popular tem refletido esse aspecto.

A lei garante: ter filhos é opção e a esterilização só é permitida em caso de risco de vida

No Brasil há uma clara difusão do mito da mulher sem filhos, que já chegou às classes desfavorecidas

Os movimentos populares devem se manifestar contra a esterilização, um crime que atinge a nação inteira

Há muitas igualdades entre nós. Há também muitas diferenças: brancas, negras, índias, homossexuais, bissexuais, heterossexuais, burguesas, faveladas, patroas, empregadas, mulheres e homens. O que tem pesado mais nesta balança? O pessoal, o cotidiano é político, sabemos. De que lado estamos, então?

Acredito que vivemos um momento propício e necessário à reflexão destas questões, nesta época em que setores conservadores da sociedade se organizam e propõem para o Brasil uma política oficial de controle de natalidade, através da elaboração de projetos de lei pelo Congresso Nacional, visando legalizar a esterilização como forma de evitar filhos.

Ainda que de forma incipiente, a sociedade brasileira já começa a se mobilizar em torno da questão, principalmente através do Conselho Federal de Medicina, do movimento feminista, do movimento de mulheres negras, do movimento negro e dos Conselhos de Direito da Mulher. São diversas posições, às vezes antagônicas, às vezes nem tanto, sendo colocadas.

Mas em todas, é importante que se reflita o seguinte:

1. A esterilização não é método anticoncepcional e não deve ser usada como tal, pelo seu caráter definitivo e por suas repercussões na saúde física e mental da pessoa a ela submetida. As exceções, ou seja, os casos em que a esterilização se faz necessária, já estão previstos e regulamentados, não necessitando de nova legislação.

2. A esterilização tem sido instrumento de campanha internacional para países do Terceiro Mundo, como forma eficaz da natalidade.

3. Apesar da alta influência de esterilização em nosso meio, um estu-

do, ainda que superficial, demonstra que a real necessidade da população se refere pura e simplesmente a algum método anticoncepcional eficaz e sem danos à saúde — que, em certa medida já existe necessitando apenas da divulgação e disponibilidade maior nos serviços públicos de saúde (aqui incluída a ampliação da rede pública).

4. O governo brasileiro e suas principais instituições vêm oficiosamente apoiando o controle da natalidade, corroborando propostas decorrentes de ideologias racistas, sexistas e classistas divulgadas pelo capitalismo internacional, que elegem o negro, a mulher e o pobre como inferiores e objetos das mais diversas manipulações, financiando boa parte das esterilizações femininas.

5. A esterilização incide e continuará incidindo, a partir da aprovação deste projeto, principalmente sobre a mulher das camadas mais pobres, negras e mestiças na sua maioria. Os dados da PNAD de 1986 demonstram claramente não apenas a alta incidência do procedimento em nosso país (49%), comparado a Itália (1%) e a Bélgica (5%), por exemplo, como também a sua distribuição claramente racial e classista nos diversos estados. Com isso, o estado do Maranhão, de população majoritariamente negra, indígena e mestiça, ocupa o primeiro lugar em esterilização (79,8%). Por outro lado, o Rio Grande do Sul, com sua famosa colonização européia, apresenta-se em último lugar na estatística (22,6%). As diferenças raciais e de renda *per capita* nestes estados, nos impedem de acreditar que tais índices sejam mera coincidência.

6. A necessidade de legalização da esterilização certamente está vinculada ao fato de grande parte dos recursos internacionais para o controle da natalidade estar sendo agora dirigida a outros países, principalmente os da África, necessitando então que o Brasil passe a investir, de forma oficial, recursos nesta área.

(A Bahia talvez seja o estado “pioneiro”, com a inauguração de 13 unidades de “planejamento familiar” por parte da Secretaria Estadual de Saúde, com apoio do Centro de Pesquisas e Assistência em Reprodução Humana — Cerparh, do doutor Elismar Coutinho e da Fundação Pathfinder do Brasil. Algumas destas unidades são consideradas “centros de referência e capacitação” para a esterilização cirúrgica).

7. A sociedade brasileira ainda não enfrentou de forma objetiva a contradição de que se estabelece entre o mito da mulher sem filhos e a tradição de multiparidade presente na memória e no inconsciente da população. O que resta então para grande parte das mulheres esterilizadas é a afirmativa dolorosa de que “não sou mais mulher”, com todas as repercussões existenciais daí advindas, vividas de forma solitária e desassistida.

8. É necessário que se reflita muito ainda e de forma mais ampla em todos os segmentos da sociedade, no sentido de se aprovar ou reprovamos um projeto desse tipo.

É tarefa do movimento popular como um todo, e não apenas das mulheres, encarar de frente o problema com a proposição de soluções urgentes, já que estamos diante de um crime contra toda a população, toda a nação brasileira. Ou, como bem classificou o atual ministro da Saúde, um crime de lesa-pátria! Assim, espero que esta reflexão contribua para a construção da cidadania brasileira e de todas nós, mulheres, principalmente do ponto de vista do segmento mais expoliado, ainda que majoritário em nossa população, ou seja, as mulheres negras e mestiças do Brasil.

Jurema Pinto Werneck é médica, integrante do Programa de Mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), autora do Projeto Mulher Esterilizada e coordenadora do Fórum Permanente contra a Esterilização em Massa do Rio de Janeiro e da Campanha Nacional contra Esterilização em Massa.

ABORTO

ENTRE A FOME E O DESEJO

A construção de uma ética libertadora esbarra em doutrinas idealistas e descontextualizadas. Não serão conceitos filosóficos e teológicos que julgarão o aborto

Haidi Jarschel

Quando falamos em aborto é necessário falar da sexualidade, da política, do sistema econômico, da ideologia. Temos que falar da fome e do desejo; é do corpo que se fala em sua totalidade. O desrespeito pelo eu-corpo (criação) na interpretação do relato bíblico e na ideologia ocidental, influenciado pelo

pensamento grego, resultou nesta dicotomia e desintegração do humano, e que, por sua vez, é explorado pela ideologia dominante. Essa manipulação religiosa (ambígua) é muito eficiente para manter o *status quo*: o cotidiano entre as mulheres, empobrecidas especialmente, coloca isto em evidência. A negação e sublima-

ção do desejo se transforma em força contrária, ou seja, aniquilação do impulso de vida.

Ética libertadora — A primeira tarefa da ética cristã consiste em suspender este “saber”: noção do bem e do mal. Determinar *a priori* o que é bem e mal, concepção a-histórica

João Roberto Ripper/Imagens da Terra



A religião tem atribuído a si o discernimento do bem e do mal, caindo em legalismo e domínio

que não tem fundamentação no Evangelho, não ajuda avançar na reflexão e no posicionamento frente a questões sociais. Trata-se mais de uma segurança humana (auto-justificação) para legislar sobre seres humanos, garantindo assim uma “ordem”.

Não é tarefa da ética cristã saber sobre o bem e o mal. Este é um conhecimento que cabe a Deus. Se nós (teólogos/os) nos arrogamos em sabê-lo e dizê-lo, então já nos afastamos de Deus. O conhecimento implica em domínio. A religião tem tomado esta postura de atribuir-se o conhecimento e discernimento do bem e do mal, caindo em legalismo e domínio. “Trazendo em si o conhecimento do bem e do mal, o ser humano se tornou juiz de Deus e dos se-

res humanos, como é o seu próprio juiz” (Dietrich Boenhoefer). O pensamento positivista perpassa a conceituação ética, limita a realidade, polarizando-a em bem/mal, feio/bonito, pecado/não pecado, sofrimento/não sofrimento, imoralidade/moralidade etc.

A realidade, no entanto, clama mais alto em situação de opressão, questionando nossa conceituação e julgamentos. Não serão conceitos filosóficos e teológicos que julgarão idealisticamente o aborto. Percebo que não há dificuldades em fazermos uma teologia a partir do chão, do contexto histórico, social, político — é a nossa teologia da libertação. Uma teologia contextualizada e histórica, que se faz dialeticamente. Teoriza-se e lê-se o Evangelho a partir do clamor dos empobrecidos, expoliados. No entanto, quando chega o momento de se fazer uma ética contextualizada e libertadora, esbarra-se com o ponto forte da doutrina idealista, a-histórica, universalista e descontextualizada, elaborada por uma classe dominante.

Existe um temor em trazer a tona alguns temas e afrontá-los com clareza porque a doutrina julga-os

imorais. Não é difícil para a igreja falar da “barriga vazia”, mas discutir a sexualidade é perigoso. O ser humano é corpo que tem fome e desejo! Diante da realidade temos que nos perguntar: qual é o conflito que determina a experiência e a conceituação ética? Como enfrentamos este conflito? Aqui se coloca a questão fundamental para uma elaboração ética contextualizada. É a realidade concreta histórica à luz da experiência da cruz de Jesus Cristo que vai determinar o conflito para traçar dialeticamente um conceito ético libertador.

Aborto nos relatos bíblicos —

É curioso constatar que a palavra “aborto” não aparece nos escritos do Antigo e Novo Testamento. No hebraico antigo (bíblico) a palavra não existe. Temos apenas um texto muito vago sobre mulher e feto, em Êxodo 21,22-25. Ele aponta para o feto como propriedade do homem, nem sequer da mulher. Argumenta em favor da vida da mulher e não coloca o feto no mesmo nível. A partir da lei do Talião, aquele que atentar contra a vida da mulher grávida, e lhe trouxer danos graves à sua vida, pagará com a vida. Se algo ocorrer ao feto pagará com o que o marido desta mulher estabelecer.

Fica a pergunta pelo que não foi escrito. A suspeita pelo que não é relatado por este povo hebreu leva a questionamentos, já que os outros povos da época o condenavam. Uma hipótese é a da valorização da maternidade: necessitava-se muita mão-de-obra para trabalhar a terra e cuidar dos rebanhos. O povo vivia dentro do sistema tribal antes da criação do Estado. Talvez a prática do aborto não existisse.

“Há uma ordem da totalidade que se totaliza alienando o outro e neste caso a lei e a praxis são dominadoras; é uma ordem injusta.

Há uma ordem à qual a totalidade se abre, se expõe, ordem que deverá organizar-se em favor do outro

Não é difícil para a igreja falar da ‘barriga vazia’, mas é perigoso discutir a sexualidade



Salvador/Agência Estado

que agora está na intempérie do direito estabelecido e, neste caso, a lei ainda não foi promulgada e a praxis é analética ou libertadora” (Enrique Dussel, *Ética e moralidade*, vol. II, p. 80).

Em geral a discussão desta realidade do aborto polariza sobre o feto (ser inanimado ou animado) como um subterfúgio para não querer ver a realidade destes seres humanos históricos, as mulheres, que na prática do aborto sofrem sequelas físicas, emocionais, psicológicas e sociais, quando têm sorte de não perderem a vida.

É, sem dúvida, mais fácil ficar falando idealisticamente do feto no lugar de procurar conhecer a fundo a vida destas mulheres que praticam esta violência contra si e das que não o fazem por falta de coragem. Ao conhecermos toda a gama de violência que antecede o próprio ato, o cotidiano de milhões destas mulheres que abortam e das mulheres como tal, não mais nos preocuparemos tanto em defender isoladamente a vida do feto, abrir-se-á para nós uma porta que exalará o fedor e a hipocrisia que se vive nesta sociedade machista e classista. Teremos obrigatoriamente que defrontar-nos com a dupla moral, com a repressão sexual, com a fome, com a exploração da força de trabalho, com o machismo, com a política e a ideologia desta sociedade. A “voz da consciência ética” será outra. Quando vamos às causas que levam à prática do aborto desvendaremos as várias facetas emaranhadas e disfarçadas debaixo de uma moral e uma ideologia dominante e totalitarista.

A partir de uma ética libertadora, somos livres da tarefa de julgar, estando assim disponíveis e podendo nos empenhar em apontar aos clamores do povo, o clamor clandestino e silenciado destas mulheres que gritam a solidão e opressão da mulher. Veremos então a carga da responsabilidade de criar os fi-



Vera Jursys

lhos. A sociedade não compartilha desta responsabilidade — sabe apenas apossar-se dos frutos para produção. Estaremos disponíveis para apontar os sinais de morte e historicamente encontrar sinais de vida. Restituir a vida em toda sua plenitude e totalidade deve ser nosso compromisso. Esta luta pela vida aponta neste momento histórico para a despenalização do aborto, que trará consigo a revelação da farsa em prol da verdade contextualizada e da libertação.

Aponta ainda para respeitar a pessoa e o seu direito de liberdade. A pessoa é pessoa quando tem liberdade de decisão. As mulheres, deverá devolver-se seu direito à autonomia e liberdade de decisão sobre a maternidade ou não. Terminar com a culpabilidade individual. As mulheres que desejam o aborto e o provocam, julgam-se “naturalmente” pecadoras e criminosas,

A recuperação da integralidade da vida exige uma postura contra toda exploração e repressão sexual

por uma ética totalitária, que lhe impõe esta culpa. Não podemos mais compactuar a partir da ética libertadora, com esta transferência de responsabilidade e culpabilidade da sociedade sobre a mulher individualmente.

A recuperação da integralidade da vida exige de nós uma postura contra a exploração econômica, patriarcalismo, dupla moral, repressão sexual. Integralidade da vida e do corpo nas dimensões da fome e do desejo. A reprodução é apenas uma das dimensões no ser humano.

Haidi Jarschel é pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

CERTEZAS E INCERTEZAS NO CMI

Durante a 7ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, realizada na Austrália, em fevereiro, o movimento ecumênico encontrou novos desafios

Julio de Santa Ana

O impulso que tomou, em nosso século, o movimento ecumênico é razão suficiente para caracterizá-lo com um dos principais fatores que influenciaram na vida das igrejas de nosso tempo. O vocábulo ecumênico, até bem pouco empregado por especialistas, ganhou a rua e passou a uso corrente. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) foi fundado em 1948 com o propósito de servir e fazer crescer esse movimento que tende à unidade de todos os cristãos e das igrejas.

Em 1959, João 23 convocou um "concílio ecumênico" da Igreja Católica Romana, oficializando a parti-

cipação dessa confissão no movimento pela aprovação do Decreto sobre Ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*), em novembro de 1964. Embora a Igreja Católica Romana não seja membro do CMI, mantém com ele relações permanentes, mais claramente expressas pela presença oficial de teólogos católico-romanos na Comissão de Fé e Constituição do CMI e pelo trabalho permanente do Grupo Misto de Trabalho CMI-Santa Sé, formado em 1966. A adesão das Igrejas Ortodoxas ao CMI, bem como a presença das grandes confissões protestantes no conselho, fazem deste um instrumento importantís-

simo para levar avante a causa da unidade entre os cristãos e as igrejas.

A 7ª Assembléia do CMI — Este acontecimento se deu em Canberra, Austrália, de 6 a 20 de fevereiro deste ano. A Assembléia Geral anterior foi em Vancouver, Canadá, em julho de 1983. Essas grandes reuniões são geralmente precedidas de convocações, nas quais as igrejas que participam do CMI vão definindo suas linhas de pensamento e ação ante os desafios a que devem responder. Antes da reunião de Canberra, houve em Seul, Coréia do Sul, um grande encontro de igrejas que promoveu uma aliança em favor da Justiça, da Paz e da Integridade da Criação (JPIC). Essa iniciativa começou a tomar forma na assembléia do CMI em Vancouver, quando igrejas da América do Norte e América Central fizeram uma aliança de apoio mútuo, no momento em que eram muito fortes as tensões que se haviam criado entre os Estados Unidos e a Nicarágua. A partir de então, desenvolveu-se a idéia de uma grande convocação para formular essa nova aliança em nível mundial. Por algum tempo se esperou que a Santa Sé co-patrocinasse oficialmente o encontro de Seul, o que não se concretizou. Não obstante, as Conferências Episcopais da Igreja Católica, tanto em âmbito nacional como regional, podiam participar do processo de JPIC, o que algumas fizeram.

A reunião de Seul (fevereiro-março de 1990) permitiu constatar o quão difícil é chegar a formular um consenso ecumênico sobre problemas sociais, econômicos e políticos em nossos dias. Para muitas igrejas do Primeiro Mundo, a prioridade para seus programas parece ser o meio ambiente; para as do então chamado "Segundo Mundo" (países que

Plenárias da Assembléia do CMI no Centro Nacional de Convenções de Canberra

Peter Williams/WCC Photo





Peter Williams/WCC Photo

passaram por experiências denominadas “socialistas”) a prioridade é a busca da paz; ao passo que para as igrejas da África, Ásia, Caribe, América Latina, Oriente Médio e Pacífico, o desafio mais importante é de que modo levar avante a causa da justiça para os povos a quem estão servindo. Esta dificuldade do diálogo ecumênico no início da última década de nosso século, ao mesmo tempo que ajuda a compreender as dificuldades que se levantam para a unidade dos cristãos em torno da justiça, da paz e da integridade da criação (lembrem-se: a Santa Sé não quis co-patrocinar essa convocação mundial), também permite constatar o avanço do movimento ecumênico. De fato, o diálogo era muito mais viável e fácil quando se dava entre ocidentais e tradições cristãs antigas. Porém, é muito mais difícil e complexo a partir do momento em que as igrejas mais jovens participam do mesmo, representando os povos no seio dos quais desenvolvem sua missão.

Essa mesma dificuldade de diálogo tornou-se evidente por ocasião da Conferência Missionária Mundial realizada em San Antonio, Texas (EUA), em junho de 1989. Duas coi-

sas muito importantes foram postas em evidência: por um lado, que o cristianismo está chegando finalmente a ser uma religião universal. Ninguém pode duvidar deste caráter da fé cristã, na qual homens e mulheres de todos os povos e culturas têm possibilidade de participar. Foi precisamente no começo deste século que isso passou a se concretizar. Embora o cristianismo não seja a religião que mais rapidamente cresce (sendo esta uma característica do islamismo), em compensação agora está presente em todas as nações. Por outro lado, porém, este fato ocasionou a existência, hoje, de uma diversidade grande entre os cristãos: as antigas tradições orientais coexistem com as igrejas independentes africanas; o catolicismo e o pentecostalismo estão presentes entre as massas pobres da América Latina e do Caribe; as igrejas tradicionais da reforma protestante do século 16 estão experimentando sacudidas impressionantes pelas maneiras como são reformulados no Terceiro Mundo seus valores e liturgias. Este fato, que Rahner e Friesch destacaram em seu livro sobre a unidade cristã, foi claramente percebido na reunião de San Antonio, repercutindo também na assembléia

de Canberra. Trata-se da questão da relação entre o Evangelho e as culturas: estamos chegando a uma consciência da unidade que temos na mesma fé. Contudo, ao expressarmos nossa fé em contextos culturais que são diferentes, a fé que compartilhamos é expressa de modo diverso. Para alguns, isso é inevitável e resulta do imperativo da missão que consiste em anunciar a boa nova da Salvação, segundo a qual, em Cristo, pelo batismo “não há nem grego nem judeu”. Para outros, é uma expressão intolerável de sincretismo;

Peter Williams/WCC Photo



Emílio Castro, secretário geral do CMI, durante a abertura da Assembléia

significa que para estes o cristianismo não pode ser dissociado das culturas onde nasceu e se desenvolveu; tornar-se cristão supõe, em grande parte, assumir essas culturas (e portanto abandonar as próprias). Este problema, sem dúvida, será uma das grandes questões que o movimento ecumênico (e especialmente o CMI) terá que tentar esclarecer no futuro próximo.

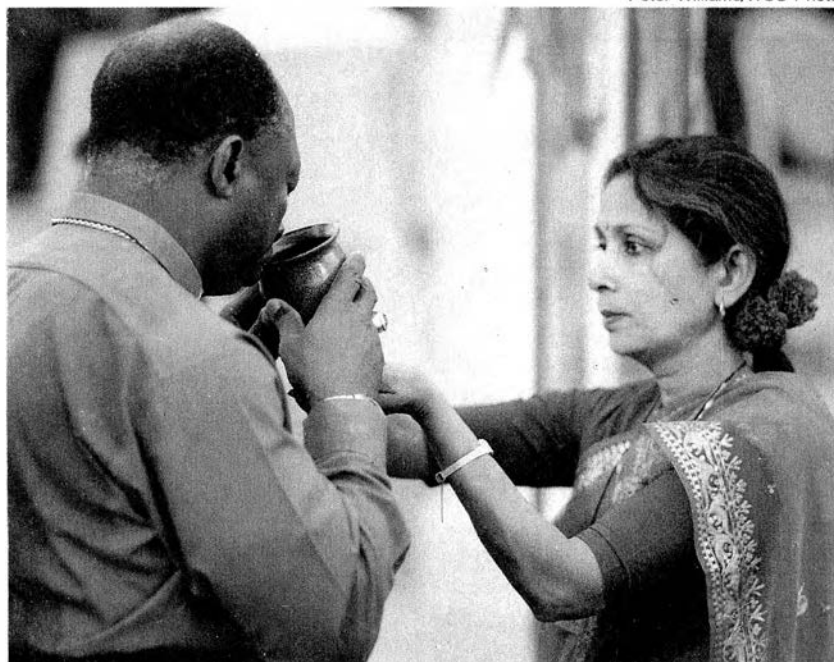
Estas tensões no diálogo ecumênico tornam-se maiores quando se considera o impacto causado pelo movimento feminista no CMI. Um dos grandes processos históricos que experimentamos é o da revolução feminina. Desde que as mulheres começaram a trabalhar fora, em repartições, escolas, fábricas e escritórios, começou a ganhar força um movimento de emancipação feminina que não só causa impacto na sociedade, como também se manifesta na vida das igrejas. Primeiro, as mulheres querem participar como protagonistas na vida eclesial, recusando cada vez mais os papéis secundários que tradicionalmente lhes eram destinados. Segundo, procuram um reconhecimento que lhes deve ser dado através de formas lingüísticas, as

quais têm que perder os matizes do machismo consuetudinário que prevalece nas igrejas. Terceiro, isto traz consequências inevitáveis no campo da hermenêutica bíblica, na discussão de doutrinas teológicas e na maneira de fazer teologia. Muitas igrejas jovens (sobretudo as que seguem as tradições do protestantismo) se abrem a estas possibilidades. Não é o caso, porém, das Igrejas Ortodoxas e da Igreja Católica Romana. O CMI lançou, a partir de 1988, uma "Década Ecumênica das Mulheres", e, certamente, abriga em seu seio as grandes tensões suscitadas pela revolução feminina. Até que ponto as Igrejas Ortodoxas suportarão participar de um corpo multieclesiástico tão aberto às reivindicações femininas? De que modo tudo isto influirá nas relações com a Igreja Católica Romana, que mantém uma posição patriarcalista tradicional em relação à questão do papel e do lugar das mulheres em sua estrutura? Qual deve ser a prioridade do CMI: abrir-se a este processo *ecumênico* (posto que ele vai tomando forma *em todo o mundo habitado*), ou dar a prioridade às relações intereclesiais? Seja como for, não existem dúvidas

de que estas relações são muito afetadas de acordo com as diversas maneiras de as igrejas responderem ao desafio da revolução feminina de nosso tempo.

Essas dificuldades apontadas podem levar o diálogo ecumênico a uma grande intensidade; sobretudo se forem consideradas abertamente, sem apreensões. O movimento ecumênico avançou em nosso século precisamente por haver respondido deste modo a outros desafios que o afrontaram anteriormente. O que, porém, chama a atenção no momento é que, diante destas questões, a produção teológica que se vai desenvolvendo parece ser quase insignificante. É o caso do trabalho da Comissão de Fé e Constituição que, depois de elaborar um documento de convergência sobre "Batismo, Eucaristia e Ministério" (BEM), solicitou respostas das igrejas a ele. O número das propostas que chegaram é muito alto; elas estão reproduzidas em nove volumes publicados pelo CMI no decorrer dos últimos cinco anos. Não obstante a quantidade e a qualidade de algumas dessas respostas, não se conseguiu estabelecer claras linhas de diálogo entre elas; ou seja, não houve progresso. Surge então uma pergunta: não se terá esgotado a linha e o método de trabalho seguido por Fé e Constituição durante os últimos 50 anos? Evidentemente, é possível continuá-lo. Enfrentar, por exemplo, um estudo sobre "a fé apostólica". Entretanto, se esse estudo não fizer mais que repetir e até mesmo — se fosse possível — aprofundar o que já se sabe, não significará o progresso no diálogo ecumênico.

Os problemas levantados previamente (JPIC, Evangelho e Culturas, Mulheres) deram lugar a uma copiosa produção teológica que, em parte, é muito rica e significativa. Trata-se de teologias contextuais cujo dinamismo contrasta com o caráter tautológico e rígido que predomina na produção de Fé e Constituição. Este problema não é exclusivo do que faz



Peter Williams/WCC Photo

essa Comissão; pode-se também perceber um estilo semelhante nas elaborações do Grupo Misto de Trabalho do CMI e da Santa Sé, que publicou seu 6º Relatório onde há pouco o que se comentar, embora a colaboração entre a Igreja Católica Romana e as igrejas-membros do CMI esteja ganhando em intensidade e riqueza em nível das bases. Em outras palavras: ao mesmo tempo em que crescem as teologias contextuais, percebe-se um estancamento na produção teológica clássica. Não terá chegado o momento de criar condições para que comece um diálogo sério e atento, levado adiante de forma ecumênica, entre estas formas de fazer teologia? Foi uma das perguntas por vezes formulada na Assembléia de Canberra. O CMI, cuja assembléia anterior em Vancouver havia percebido o problema, tentou avançar neste terreno e organizou uma reflexão sobre “a teologia vital e coerente” que deve manifestar seu pensamento e seus programas de ação. Um número da *Ecumenical Review* foi dedicado ao assunto. Quando se analisam as diversas contribuições nele publicadas, se percebe uma forma de encarar o problema que, além de ser muito cautelosa, não é clara. O CMI não pode manter esta situação.

É evidente que se trata de um problema muito difícil. Mas, se ele se mantiver tal como tem sido colocado nestes últimos anos, poderá ter efeitos ou paralisantes ou dissociativos. Isto quer dizer que poderá levar a uma esterilidade teológica, ou a que diversos setores que constituem o CMI desenvolvam teologias peculiares que só eventualmente se encontrem entre si. Então o diálogo teológico não terá lugar. Deixará de ser fermento de unidade. A direção do CMI deveria aproveitar esta oportunidade, criando condições para um novo dinamismo na reflexão teológica ecumênica.

Esta situação se complica mais ainda se levarmos em conta o problema financeiro que o CMI está enfren-

tando. Por certo não é exclusivo do conselho; outros órgãos eclesiais também o experimentam, inclusive em termos muito mais graves. Não se trata de falta de apoio financeiro de suas igrejas-membros. O problema tem suas raízes, principalmente, na crescente desordem financeira e na instabilidade cambial resultante. Revela, contudo, que as fontes de financiamento são mais limitadas. As grandes fundações, que antes podiam responder às solicitações dos corpos eclesiais, parecem interessar-se mais pelo que podem fazer as igrejas particulares que pelos projetos do CMI e de outros corpos eclesiais que operam em nível mundial. Isso limita enormemente novas possibilidades de ação. É um fato que pesa fortemente a favor das incertezas.

O contexto global — O CMI — cuja importância privilegiada para manter a vitalidade da causa da-

queles que se esforçam por fazer avançar a unidade entre os cristãos e as igrejas já foi apontada — tem, necessariamente, que levar em consideração os processos que têm lugar na *oikoumene* (todo o mundo habitado). Ao longo dos últimos anos se produziram transformações profundas e aceleradas: em primeiro lugar, caducou a ordem mundial de segurança internacional, vigente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, administrada pelas duas grandes alianças militares hegemônicas pelos EUA e pela URSS. Inicia-se a contribuição para um novo sistema mundial de segurança, no qual, aparentemente, as forças militares dos EUA têm papel decisivo. Os novos confrontos tendem a dar-se entre o Norte e o Sul. A invasão do Panamá, em dezembro de 1989, e a guerra do Golfo indicam como poderão ser administrados os conflitos de “baixa” e “média intensidade” que se apresen-

A “cruz ecológica” foi apresentada durante o plenário sobre Igrejas e solidariedade com as mulheres

Peter Williams/WCC Photo



CATORZE DIAS DE OIKOUMENE

Jorge Luiz Ferreira Domingues

Das sete Assembléias do Conselho Mundial de Igrejas desde 1948, muitas lembranças ficaram. Cada uma marcou, por um aspecto diferente, sua contribuição para o movimento ecumênico. Certamente também marcaram por falhas, erros ou omissões que inclusive fazem parte desta caminhada. Mas uma coisa é comum e crescente em todas elas: a *oikoumene*, terra habitada, reunida a partir de uma fé comum, ciente das suas diferenças, seus limites e suas dificuldades ao lidar com as religiões, culturas e ideologias presentes neste mundo.

Em Canberra, éramos cerca de 850 delegados, 21 delegados representativos, 22 membros do antigo Comitê Central, 40 convidados, 77 assessores, 224 observadores e delegados representativos e observadores, 173 jovens trabalhando como *stewards*, 182 funcionários do CMI, 147 funcionários cooptados e centenas de visitantes. Pessoas de quase 150 países representando 317 igrejas de 21 confissões cristãs, além de outras igrejas e religiões convidadas (católicos, muçulma-

nos, budistas, judeus, hindus). Uma verdadeira experiência de Pentecostes, como já sugeria o tema da Assembléia.

Entretanto, tamanha diversidade não foi suficiente para garantir a representação desejada de mulheres, jovens e leigos, atingindo respectivamente 35%, 11% e 46%. Mas cabe ressaltar que a América Latina, apesar de sua pequena delegação — 26, foi a única entre as oito regiões a superar a meta de 40% de mulheres, 20% de jovens e 50% de leigos.

Inicia-se, assim, mais um período na vida do CMI, ao final do qual ele estará completando 50 anos de existência. E junto aos muitos desafios colocados neste final de século para o Conselho, está a questão da representatividade do corpo da Igreja, composto em sua grande maioria por leigos, jovens e mulheres, e das grandes massas de população do Terceiro Mundo que se voltam para a religião.

Jorge Luiz Ferreira Domingues é pastor da Igreja Metodista da Baixada Fluminense, foi delegado na Assembléia de Canberra e cursa o Mestrado em Sociologia na UFRJ.

tarem em futuro próximo. É uma mudança importantíssima que nos introduz em uma nova ordem ecumênica.

Em segundo lugar, em nível econômico, a grande crise dos socialismos reais abriu o caminho para que se constitua uma ordem global em que predominam claramente os interesses que afirmam a necessidade do mercado livre. As instituições que administram a ordem econômica formulada em Bretton Woods (1944) saem fortalecidas deste processo: tanto o FMI como o Banco Mundial revigoraram sua autoridade. A nova ordem global sucede ao período de internacionalização do capital. Agora se fala em “globalização” ou “mundialização” da economia, dado que o mercado livre parece ser a totalidade consolidada. Contudo, não é inclusivo. O mercado exclui os que não têm poder para participar dele, seja como produtores, consumi-

dores, distribuidores ou comunicadores. A injustiça global aumenta com a ordem da mundialização, globalização do mercado.

O sistema imperante muda: seu centro já não mais se encontra na costa leste dos EUA, migra para o norte do Pacífico (Japão) ou para a Europa Ocidental. Segundo observadores que analisam estes processos, isso pode levar a um aumento de tensões nas relações internacionais. Os EUA, que foram durante muito tempo o centro do sistema capitalista, não dispõem do poder econômico que os caracterizou: altamente endividados, sua produção industrial deixou de ser competitiva, em vários ramos, ante os produtos industrializados do Pacífico Norte e da Comunidade Econômica Européia. Não obstante, conservam sua grande força militar. Isto significa que inevitavelmente se desenvolverão algumas con-

tradições entre esses centros. É necessário sublinhar que, à exceção de alguns países do Extremo Oriente situados na órbita do Japão, o resto da Ásia, a África, o Caribe, América Latina e Pacífico ficam excluídos deste sistema e dos benefícios que possam gerar. Para evitar a deterioração econômica parece que não há outra via senão a adesão a um desses centros. Pois bem, todos eles têm uma coisa em comum: estão orientados pela mesma cultura, o Iluminismo, que guiada pela razão instrumental, tenta resolver problemas sem levar em conta os efeitos não-intencionais de seu pragmatismo. O resultado é uma multiplicação de problemas: na esfera do meio ambiente, da sociedade, da economia e da política. É a cultura dominante, diante da qual as outras culturas devem inclinar-se, aderir, ou desaparecer.

Isso não acontece. A dominação da cultura moderno-iluminista em nível das comunicações sociais, do mercado, da lógica militar, apesar de impor-se rigidamente, tem que enfrentar a resistência das culturas oprimidas através dos símbolos que estas produzem. Quando se fecham para os dominados os caminhos materiais de resistência, a opção pela dissidência simbólica é uma das poucas possibilidades que lhes restam. Isso explica em grande parte o grande dinamismo das expressões religiosas populares da África, Ásia, Caribe, América Latina, Oriente Médio e Pacífico. A rebeldia dos oprimidos se expressa religiosamente. O Islã cresce de modo rapidíssimo na África, mas também as Igrejas Independentes. Na América Latina isso se nota pela proliferação de grupos carismáticos e pentecostais e, ao mesmo tempo, pela força social que caracteriza as comunidades eclesiais de base. Nossas vivências religiosas abrem espaço para a formulação de novas teologias que tentam explicitar o conteúdo da fé testemunhado por esses símbolos de resistência.

Nesse sentido, cumpre reconhecer a vitalidade dos movimentos religiosos. É um erro propor a disjuntiva de optar ou pelas instituições ou pelos movimentos. Ambos se complementam: os movimentos dinamizam as instituições e estas perdem vigência se não são alimentadas pela força dos movimentos. Há uma dialética entre instituições que nenhuma igreja deve perder de vista, e menos ainda o CMI, que é fruto da ação de movimentos eclesiais. Os corpos eclesiásticos perdem sabor se não são salgados e temperados pelas contribuições eclesiais.

É claro que em épocas de transições sistêmicas, como as que estamos experimentando, seja uma reação quase natural diminuir o ritmo da marcha, ser precavidos e cautelosos. É necessário abrir espaço à prudência. “É preciso amainar até que clareie”. Isto é parte da certeza que hoje parece predominar no CMI e em outros corpos eclesiásticos. Entretanto, nestes casos é preciso ter bem claro o rumo que se quer dar ao CMI. Como avançar para a unidade? Não se pode ir a reboque das instituições eclesiásticas, mas sim caminhar junto a elas, tal como faz o prático à entrada do porto, até levá-las ao seu destino. Isso significa ter capacidade de direção. Sem esta, o movimento ecumênico se perde.

Para onde ir? — O CMI nasceu, cresceu e se consolidou nesse período da história de nosso século que agora está chegando ao fim. Durante todo este lapso, ajudou as igrejas a buscarem convergências, a dialogarem e a atuarem juntas. O risco consiste em permanecer repetindo essas linhas de ação, do momento que podem tornar-se obsoletas, anacrônicas. Parece inevitável a necessidade de reduzir programas, de discernir o que é prioritário para enfrentar os desafios deste novo período histórico no qual nos vamos introduzindo progressivamente. A partir de quatro ou cinco eixos fundamentais, que

podem ser considerados como grandes troncos da árvore das igrejas, novos ramos haverão de nascer com suas correspondentes folhagens. Em Canberra, apareceram as seguintes prioridades: tentar forjar uma ordem de segurança global sem exclusões; buscar uma compreensão mais clara do que significa a missão no contexto da pluralidade de culturas, respeitando suas tradições e tentando discernir as sementes do Evangelho que nelas já estão plantadas pelo Espírito de Deus; construir uma ordem sócio-econômica mais justa, na qual o aumento de possibilidades de participação seja a medida da justiça, sobretudo participação daqueles que agora são excluídos pela lógica dominante; ser suficientemente sensível ao desenvolvimento da revolução feminina em curso, abrindo espaços apropriados para que ela se desenrole na sociedade e na igreja, pois em Cristo “não há homem nem mu-

lher”; e, finalmente, reconhecer a importância de participar na promoção da criação de Deus (2 Co 6,1).

Essas cinco orientações já estão presentes na vida do CMI. Trata-se agora de torná-las mais precisas, de criar plataformas amplas que permitam às igrejas e às culturas que representam, dialogar em torno das mesmas, empenhando-se numa reflexão teológica comum e definindo programas para ações conjuntas. Certamente parece muito mais pertinente uma reflexão teológica sobre a paz do que uma série de volumes que reiteram posições já conhecidas sobre os sacramentos e o ministério. Do mesmo modo, levantar os problemas teológicos que estão implícitos na intenção totalitária dos poderes que controlam o mercado, com sua lógica instrumental (a idolatria do dinheiro, a sacralização do espaço econômico), aos quais há que opor a ação gratuita de Deus, os direitos

AMÉRICA LATINA PRESENTE

A delegação latino-americana integrada por representantes de 22 igrejas protestantes de 14 países apresentou propostas para que o CMI se integre às iniciativas, programas e processos latino-americanos sobre o aniversário dos 500 anos de evangelização do continente, em 1992, cooperando com recursos técnicos e econômicos.

O grupo destacou a importância de se travar um diálogo efetivo com o movimento pentecostal e com as igrejas e correntes evangélicas que não aceitam o ecumenismo, principalmente por não aceitar o relacionamento com o Vaticano.

A recomendação é que esta abertura ao diálogo também se estenda às comunidades de base e à igreja popular. As correntes de pensamento que respondem

às teologias contextualizadas do Terceiro Mundo também devem ser admitidas no seio do CMI em seu diálogo aberto com os expoentes da teologia clássica. Boa parte da delegação, entretanto, considerou que a Igreja Católica em várias partes do continente tem endurecido sua posição em relação às Igrejas Protestantes nos últimos anos. O grupo está de acordo que isto se deve principalmente à linha mais centralizadora adotada pelo Vaticano e alguns episcopados nacionais que têm tomado posições mais conservadoras ante o diálogo ecumênico.

A delegação latino-americana pronunciou-se de forma destacada sobre o problema da dívida externa, considerada imoral e ilegítima, sendo um instrumento de opressão dos povos latino-americanos.



Peter Williams/WCC Photo

Grupo de aborígenes participa da abertura da 7ª Assembléia

humanos e uma teologia da criação que seja pertinente para nosso tempo.

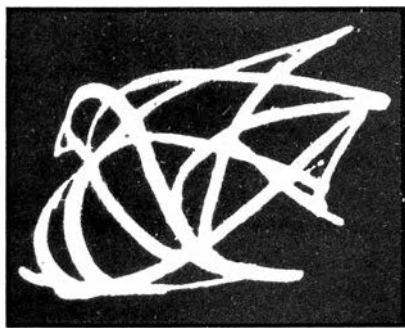
Tudo isto, porém, não basta. O CMI tem que enfrentar os desafios que apresentam os projetos ecumênicos (de unidade), explícitos ou implícitos, das igrejas e das comunidades eclesiais. Queremos mencionar quatro desses projetos: em primeiro lugar, aquele que pode ser caracterizado através de um centro que une periferias diversas. É o projeto da Igreja Católica Romana. O centro é a Santa Sé que, assim como desempenha um ministério de unidade entre suas diversas igrejas particulares, também começou a desenvolvê-lo entre as várias famílias confessionais. É sem dúvida o projeto ecumênico mais claro que existe atualmente. Resta, em relação a ele, uma grave pergunta: pode-se dissociar um ministério de unidade, assim entendido, da função da autoridade? A idéia

de um "Conselho de Igrejas" tem outra dimensão: a unidade se tece graças ao vínculo da paz, o qual permite conservar esse dom (a unidade) do Espírito. Surge então outra pergunta: como formular o projeto ecumênico do CMI em relação ao projeto da Santa Sé?

Em segundo lugar, o Patriarcado de Constantinopla, sofrendo a agressiva ação secularizante do governo de Mustafá Kemal Atatürk desde 1919, tornou pública em 1921 uma Encíclica convocando à criação de uma "Liga Universal de Igrejas". W.A. Visser't Hooft, secretário geral do CMI entre 1948 e 1968, considerava esse documento um antecedente de primeiríssima importância para a fundação do CMI. Uma "Liga de Igrejas", diversamente de um conselho, procura não desafiar seus membros. Um conselho, certamente, não interfere na vida interior de seus

membros, mas formula programas de estudo e ação que de algum modo causam impacto na identidade que o compõem. Uma "liga" é, sobretudo, um espaço de encontro e apoio mútuo. As Igrejas Ortodoxas desejam que o CMI seja menos coercitivo em relação a algumas questões importantes: a produção teológica, a relação do Evangelho com as culturas, e as consequências da revolução feminina para a vida das igrejas (cujas estruturas patriarcais, tão evidentes no caso das Igrejas Ortodoxas, são muito fortemente criticadas e desafiadas a mudar por aqueles que promovem a causa das mulheres no CMI). Nesta linha, desejariam que o CMI definisse as relações intereclesiais mais em termos de "liga" que de "conselho".

Em terceiro lugar, há muitas igrejas que sentem intensamente o problema do encontro com outras reli-



giões. São igrejas empenhadas em programas missionários e de evangelização. Para elas, o movimento ecumênico não pode ficar limitado somente às igrejas cristãs: tem que ser, ainda, um diálogo inter-religioso e intercultural. Portanto, exigem implicitamente (e às vezes, também, de modo explícito) que o CMI abra seu espaço para o diálogo com outras religiões.

Há no CMI um programa que tem essa responsabilidade. Em Canberra houve pessoas que representavam o judaísmo, o islamismo, o hinduísmo, o budismo, os shiks e outras comunidades religiosas. Os que defendem a proposta de um movimento ecumênico inter-religiosos e intercultural desejariam que o CMI se abrisse mais ao diálogo com as outras religiões. Defendem esse ponto de vista apoiando-se na grande atividade de todos esses grupos no campo religioso do assim chamado Terceiro Mundo.

Em quarto lugar, seguindo a grande força que tomou o movimento ecumênico a partir da segunda metade dos anos 60, começou a tomar forma outra expressão ecumênica, mais popular, que dá importância à unidade dos cristãos na base, entendendo que a marcha do movimento ecumênico, tal como é encaminhado pelas hierarquias das igrejas, avança muito lentamente. O movimento ecumênico popular sente que a unidade nas bases não só é possível como se concretiza quando cristãos de confissões diversas se unem entre si, e também com pessoas de outras religiões e convicções ideológicas,

A ASSEMBLÉIA ELEGE

Em suas últimas sessões plenárias, a 7ª Assembléia elegeu os 150 membros que integram o Comitê Central — órgão que rege a vida do CMI entre assembléias — e os sete presidentes que representarão a entidade nos próximos sete anos.

Para o Comitê Central, as religiões que integram o CMI (oito no total) escolhem seus delegados de acordo com o número de membros de suas igrejas. Para a América Latina há seis representantes. Foram eleitos: bispo Paulo Ayres Mattos, da Igreja Metodista (Brasil), reverenda Evanilza Correia, da Igreja Episcopal Anglicana (Brasil), Cristina Rosemberg, da Igreja Evangélica do Rio da Prata (Argentina), reverenda Nélida Ritchie, da Igreja Evangélica Metodista (Argentina), o reverendo Erasmo Farfan Figueroa, da Missão Igreja Pentecostal (Chile) e Carlos Sanchez, da Igreja Batista (El Salvador).

Para a presidência foram esta-

belecidos os seguintes critérios de eleição: que um dos sete fosse uma pessoa de idade entre os 27 e os 30 anos; que três fossem mulheres; que um fosse ortodoxo ocidental e um outro oriental. Uma das eleitas é latino-americana: a pastora Eunice Santana, da Igreja Discípulos de Cristo, de Porto Rico.

Um corpo que cresce e se solidariza — Sete denominações foram recebidas como membros do Conselho Mundial de Igrejas na 7ª Assembléia: Igreja Episcopal das Filipinas, Missão Pentecostal Livre do Chile, Missão Reformada da Holanda, da África do Sul, Igreja Evangélica Luterana da Bolívia, Associação Batista de El Salvador, Sínodo Luterano Salvadorenho e Conselho Cristão da China. As igrejas-membro do CMI, que somavam até a Assembléia 310 denominações, formam um total agora de 317.

em torno de projetos concretos de promoção humana, de luta pela justiça, a paz, os direitos humanos, a defesa do meio ambiente e outros no gênero.

Este projeto se caracteriza, primeiro, por ser muito celebrante. As liturgias unem. Não é de estranhar que se multipliquem as experiências de intercomunhão neste plano, o que significa em muitos casos uma atitude de autonomia diante de disposições contrárias das instâncias hierárquicas das igrejas. Segundo, este projeto não só se nutre de uma reflexão teológica contextual, como também estimula uma produção teológica com essa característica. Terceiro, é um projeto movido por esperanças escatológicas muito profundamente vividas e cultivadas. Contempla o CMI com imenso apreço, embora também manifeste seu desconcerto e perplexidade quando, apesar de dirigentes

do CMI definirem o ecumenismo como prática de solidariedade, o Conselho dá antes prioridade aos interesses institucionais que à causa dos povos.

O CMI, que se define como uma comunidade de Igrejas empenhadas em dar, unidas, um testemunho de Jesus Cristo como Senhor e Salvador, segundo as orientações das Sagradas Escrituras, em obediência fiel ao Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo, tem que considerar esses projetos. Porém, mais importante, deve empenhar-se em formular, através de múltiplos diálogos e encontros, o seu próprio. Isso ajudará a afirmar algumas certezas fundamentais e a dissipar incertezas e confusões.

Julio de Santa Ana, metodista, é professor de teologia em São Paulo, ex-membro do Grupo Misto de Trabalho da Santa Sé e CMI.

ÊXODO

A FORÇA SIMBÓLICA DAS MULHERES

Lori Altmann

“O rei do Egito ordenou às parteiras hebréias, das quais uma se chamava Sifrá, e outra Puá, dizendo: Quando servides de parteiras às hebréias, examina: se for filho, matai-o; mas se for filha, que viva. As parteiras, porém, temeram a Deus, e não fizeram como lhes ordenara o rei do Egito, antes deixaram viver os meninos. Então o rei do Egito chamou as parteiras, e lhes disse: Por que fizestes isso, e deixastes viver os meninos? Responderam as parteiras a Faraó: É que as mulheres hebréias não são como as egípcias; são vigorosas, e antes que lhes chegue a parteira já deram à luz os seus filhos. E Deus fez bem às parteiras; e o povo aumentou e se tornou muito forte. E porque as parteiras temeram a Deus, ele lhes constituiu família. Então ordenou Faraó a todo o seu povo, dizendo: A todos os filhos que nasceram aos hebreus lançareis no Nilo, mas a todas as filhas deixareis viver.” (Êxodo 1,15-22)

O Egito, na época do texto, aparece como império, como poder unificado sob um controle central. Poder baseado no direito divino. Sua base calcada na agricultura, na organização centralizada dos celeiros e do abastecimento, e na necessidade de regular o Nilo com obras de alto custo. O Nilo era essencial para o sucesso da agricultura. A pirâmide da organização social

egípcia era assim constituída: no topo estavam o rei e sua família, logo a seguir camadas intermediárias de funcionários e na base os agricultores e construtores (vejam que as mulheres não aparecem nem na base da pirâmide).

A centralização do poder, que caracteriza a época imperialista do Egito (a partir de 1550 a.C.), convive com uma constante luta interna de poder. É nesta época que se dá o êxodo, a “saída”, não registrada pela história egípcia. O capítulo 1º tem um caráter fundamental para a compreensão do êxodo. Sua função é catalisar a situação vivida pelo povo estrangeiro no Egito. De um lado a história egípcia relata grandes feitos e conquistas, de outro a história dos “apátridas” plena de sofrimento e de saídas para o mesmo.

A realidade mostrava que quanto maior a pobreza do povo escravo maior a necessidade de opressão e de controle, e maior o risco de revolta. Para o poder dominante havia a necessidade de eliminar o aumento (v. 16) dos empobrecidos. Mas um número controlável deles era preciso para a manutenção do próprio império, a continuidade e aumento de seu poder.

O texto se desenrola no contexto da casa, espaço das mulheres. A re-

sistência à situação de dominação e exploração vem do interior das casas onde as mulheres possuem uma função restrita. As parteiras tem circulação livre por todas as casas. O Faraó quer interferir na intimidade das mulheres através das parteiras. As parteiras resistem e não aceitam se deixar instrumentalizar pelo Faraó contra seu próprio povo. A ação das parteiras tem uma perspectiva profética, pois a sua resistência prepara o sucesso da saída dos hebreus, depois manifestado na passagem do Mar Vermelho (Ex 1,9-10; Ex 13,17s).

Êxodo 1-5 mostra a frequência e a importância da participação histórica das mulheres. É a parte na Bíblia onde se encontra o maior número de referências ao papel das mulheres na libertação e na formação de um novo povo livre. O texto das parteiras está inserido neste contexto.

As mulheres vivem das histórias, remendos que vão se juntando um ao outro e formando o tecido. As mulheres não vivem na história oficial. Nem sobrevivem da história oficial. Elas não se reconhecem nela. Assim também se formou a história do Povo de Deus: remendos foram sendo tecidos por mulheres e homens na sua história de libertação. Mulheres, ontem e hoje, emergem do silêncio imposto, forçadas no so-



frimento e na luta por auto-determinação política e por autonomia na apropriação do próprio corpo.

A cumplicidade feminina — O surgimento e a manutenção do patriarcado está intimamente vinculado a estruturas sociais fundadas no belicismo. O cristianismo, pelo contexto em que se desenvolveu, pouco a pouco foi se patriarcalizando e o patriarcalismo se cristianizando. A dimensão bélica não deixou de estar presente em diversos momentos na história do cristianismo.

As mulheres, para a sociedade patriarcal, carregam um pecado maior: serem detentoras dos meios de reprodução. Uma ameaça constante, consciente ou inconscientemente, aos machos das classes dominantes e ao seu projeto expropriador (J. Biehl e G. Gassen). Tomar consciência é encetar um processo de reconstrução de si mesmas como mulheres.

A capacidade reprodutiva da mulher produz temor na classe dominante. Um medo mais simbólico do que real. Semelhante ao medo que eles sentem dos oprimidos: quanto mais os afligiam, tanto mais se multiplicavam e tanto mais se espalhavam (v. 12).

As parteiras hebréias recebem uma ordem do rei do Egito: matar os meninos e deixar viver as meninas. Numa situação instável de guerra iminente com grupos externos, o aumento da opressão e dos oprimidos significava uma ameaça. Medo da revolta dos homens. Homens fazedores de guerra/guerrilha. Reação armada. Exército.

A manutenção das mulheres era necessária como reprodutoras da

mão-de-obra escrava, como também era necessário eliminar alguns escravos. Não todos, porém. Reduzi-los, mantendo-os: condições de existência do próprio império.

As mulheres desobedecem. Mentem. Não acatam a ordem. Ocorre uma cumplicidade entre mulheres. Elas se opõem ao projeto dominante do estado opressor. Manifestam uma estratégia de sobrevivência, de defesa da vida e do projeto histórico do seu povo. Assumem uma atitude de autonomia frente ao poder do Faraó.

As parteiras não assumem uma atitude apenas ética de uma ética individual, mas uma atitude política e teológica. Elas demonstram que não são destituídas nem de poder, nem de vontade. Detêm, não o poder das armas, da violência, mas o poder simbólico de decidir pela geração ou não da vida.

Concepções éticas são história, social e culturalmente situadas. O controle de natalidade deve ser visto também nesta perspectiva. Vejam um exemplo. A maternidade, entre povos indígenas, caçadores e coletores, é valorizada e estimulada. Isso não tira, como é o caso dos Kulina, a possibilidade de as mulheres evitarem e até interromperem a gravidez quando esta não é desejada (filho pequeno, separação, relações passageiras, nomadismo etc). O interesse social não absorve nem anula o direito individual. O controle de natalidade entre os Kulina convive com uma maternidade apaixonada, carregada de sentimento. Encontrando sua expressão máxima no Mito da entidade feminina chamada Massosso. Relata o mito que os Kulina/homens caçando próximo ao lago encontram

e matam com arco e flexa o filho de Massosso. Cheia de sofrimento e ódio, chorando, ela promete vingar a morte de seu filho. Passada uma lua, ela vai até a aldeia cumprir a sua ameaça. Significativamente, a sua arma é a fonte de vida, agora inútil, do filho morto: esguicha sobre a aldeia e as pessoas e leite materno que, na sanha da vingança, torna-se incendiário. Simbólica e dialeticamente, são vida e morte confrontando-se. Os Kulina/homens atemorizam-se diante da fúria da mãe e sofrem a consequência do seu ato, causador de medo/morte.

Nas sociedades indígenas, um filho significa um interesse social, e não só individual ou familiar, portanto é de responsabilidade social a sua existência. Isso não é o que acontece nas sociedades com estado. O estado se dá o direito de interferir na decisão dos pais de terem ou não filhos, mas não se responsabiliza em garantir as condições de vida para eles.

A decisão das parteiras no texto de Êxodo, passa a ser uma decisão coletiva, articulada cultural e historicamente. Isso transparece no discurso do povo sobre sua história e suas origens. É quando o texto foi inserido na história do êxodo, da saída do Egito. Aí percebo uma semelhança entre o povo hebreu e os povos indígenas, o povo Kulina especificamente.

A reapropriação do próprio corpo — A decisão sobre o controle da natalidade, no decorrer do processo histórico, em muitas sociedades, esteve restrito ao mundo das mulheres. Aos poucos isso foi mudando. As mulheres foram sendo expropriadas deste espaço, até que, chegando



na sociedade capitalista/industrial, restou-lhes pouca capacidade de influência. Hoje os médicos são na maioria homens. As indústrias farmacêuticas são dirigidas por homens. São cientistas homens que criam toda uma parafernália (DIUs, pílulas, diafragma etc.), destinada quase que exclusivamente para o consumo das mulheres.

O controle da reprodução e o parto saem então da esfera doméstica para a esfera pública (postos de saúde, hospitais, maternidades etc.). Ocorre uma usurpação por parte do estado e dos homens, do conhecimento que as mulheres tinham do próprio corpo. O estado hegemônico quer então determinar os índices de natalidade conforme seus próprios interesses, que passam a ser considerados superiores aos interesses individuais. Por isso o aborto em muitas épocas e lugares foi considerado crime contra o estado e não contra o indivíduo.

Planejamento familiar, em última instância, é uma questão que envolve a luta da propriedade contra a vida. O lugar privilegiado em que se vive esta tensão é o corpo da mulher, onde vida e propriedade se defrontam. O corpo individual da mulher no corpo social, isto é, a mulher integrada numa malha social, que determina seu valor e sua função (V. Westhelle).

A falta de autonomia da mulher — sobretudo da mulher pobre e sua família — para decidir conscien-

te a respeito da questão da procriação, é o fator determinante da dependência. Esta dependência vai contra a integridade feminina, duplamente abalada: como mulher e como pobre. A mulher é instrumentalizada também duplamente como meio de procriação e como meio de produção.

Povos diferentes, quando encontram possibilidades de opção, em situações semelhantes, podem tomar diferentes decisões no que diz respeito ao número de filhos. Alguns povos em situações de exílio, guerra ou desespero decidem reduzir o número de filhos. Por exemplo, o povo indígena Tapirapé (MT), alguns anos atrás, no desespero do pós-contato, decidiu não ter mais do que três filhos, optando praticamente pelo auto-extermínio. Outras mulheres de outros povos vêem no aumento do número de filhos uma esperança de saída, de superação do problema, como as mulheres hebréias no texto. Elas decidem ter filhos apesar da realidade de escravidão em que viviam e contra a vontade do estado egípcio. As parteiras mostram que, mesmo com a tentativa de interferência do Estado, a decisão neste caso ainda pode estar nas mãos das mulheres.

Margareth Sander, pioneira do movimento feminista, escrevia em 1920: “Nenhuma mulher pode se dizer livre enquanto não puder escolher conscientemente se quer ou não ser mãe”. O movimento feminista, contra a intervenção do Estado, quer restituir à mulher o controle sobre a procriação.

O corpo transformado — O corpo transformado é um corpo que não se curva ante o medo, mas persiste

na sua coragem de decidir. As mulheres sempre resistiram ao poder patriarcal. A historicidade desta luta foi silenciada nos textos oficiais, mas está viva na memória subversiva das mulheres que lutaram por dignidade e liberdade de pessoas humanas. Pessoas que têm corpo. Corpo fonte de prazer. Corpo fértil de vida. Corpo que se faz sociedade. Corpo que, no resgate do individual, participa do coletivo.

As mulheres hebréias ao preservarem os meninos contra a ordem do faraó, arriscaram participar da história da libertação do seu povo. História que mostra mais uma vez que se move a partir da margem.

As parteiras temeram a Deus (Ex 1,17), porque não se atemorizaram diante do poder autoritário do faraó, pois quem é vítima do medo, não pode temer a Javé. O temor a Javé (Sl 112) gera confiança, enquanto o temor imposto abala a confiança em Javé e em si própria, gerando a subserviência e a submissão.

Em nosso país, hoje vivemos sob o império do medo e da insegurança. Este temor imposto quer calar a mulher e amedrontar o pobre. Isso é idolatria (V. Westhelle). Negação da fé. O temor imposto vem de um Estado autoritário e de uma Igreja patriarcal. O temor a Deus, por sua vez, traz a superação do medo. Liberta o corpo da mulher e o corpo social para o novo, para a esperança, para o que virá. Para o Reino de Justiça e Amor (Cf. 1Jo 4,13-21; Sl 112,7.6.8). Utopia maior.

Lori Altmann é pastora da IECLB e mestranda em Ciências da Religião no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em São Bernardo do Campo (SP).

*O corpo transformado não se curva
ante o medo mas persiste na
sua coragem de optar e resistir*



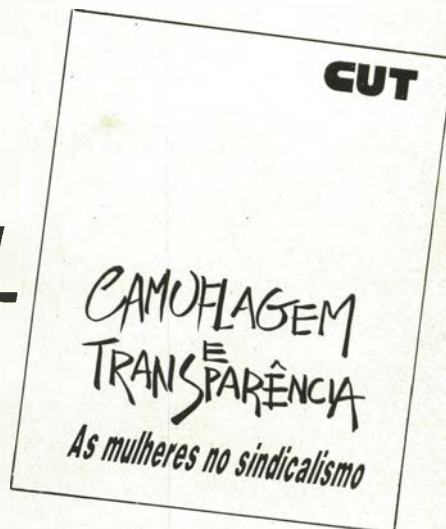
MULHERES

A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO SINDICAL

CAMUFLAGEM E TRANSPARÊNCIA

As mulheres no sindicalismo, CUT, colaboração do CEDI,
São Paulo, 1991, 44 p., 21x28cm

Paola Cappellin



Tratar da participação das mulheres trabalhadoras no sindicalismo exige hoje uma reflexão que aponte para as diferentes formas de sua incorporação política. Esta diversidade se evidencia já na própria escolha do título do Caderno: *Camuflagem e transparência*. Este apresenta o debate ocorrido em setembro de 1990, quando a CUT e o CEDI organizaram o seminário "A participação da mulher no movimento sindical" e é enriquecido por um conjunto de artigos que abordam a complexidade da relação mulheres e movimento sindical.

A leitura do Caderno evidencia um ponto comum entre os debates realizados no decorrer do seminário e os artigos redigidos: a existência de vários desafios à participação das mulheres no sindicalismo. Isto é, há ainda hoje algumas tensões que dificultam, atrasam, desconhecem, impedem a ampla participação das mulheres no movimento sindical. Há, enfim, freios para o "agir político" das mulheres.

Onde, por quê, sob quais sinais se expressam estas tensões? O Caderno sugere que estas se expressam na discrepância entre a ampla participação e a seletividade da representação política. Com efeito, é claro que o sindicalismo tem características próprias para propor, em nome dos

trabalhadores, um projeto de mudança e para fortalecer os princípios igualitários e democráticos de participação via representação política. A concepção de *poder* emerge como questão fundamental: para possibilitar a emergência dos anseios e plataformas; para realizar o trabalho de representação; para formar os porta-vozes; para mobilizar e defender as reivindicações.

As experiências sindicais das mulheres apontam que é urgente hoje repensar as situações e as práticas

sindicais porque nestas se encaminha a elaboração da concepção de *poder* por parte da classe trabalhadora. Neste sentido, este Caderno oferece subsídios para todos (mulheres e homens) que se propõem a construir relações democráticas e igualitárias afastando definitivamente visões e práticas tradicionais do "agir politicamente".

Paola Cappellin, socióloga, é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Lançamentos

ESTAÇÃO DE SECA NA IGREJA

Comunicações do Iser nº 39, Iser, Rio de Janeiro, 1990, 88p., 14x21 cm

Uma ofensiva restauradora vem cortando as fontes da Igreja da Libertação. Os sinais da seca religiosa se multiplicam, crispando o chão onde só mandacaru resiste. Será esta somente uma estação que vem e depois dá lugar à ressurreição? Ou trata-se de uma longa estiagem de efeitos imprevisíveis? Os artigos apresentados na revista *Comunicações do Iser*, sob o título *Estação de seca na Igreja*, são o resultado de diversas pesquisas sobre os acontecimentos na Igreja Católica Romana nos últimos dez anos. Eles pretendem situar a reflexão atual sobre essa seca no seu contexto mais amplo, semeando a semente de uma nova estação.

4

5

6

11

12

13

18

19

20